

# DOCUMENTAÇÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Licitação Nº 13/2019 - PROCESSO SEI: Nº 19.16.3720.0000931/2019-55  
Modalidade Pregão Eletrônico



01



Florianópolis, 26 de março de 2019.

Ao  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
Att: Sr. Pregoeiro  
Belo Horizonte - MG

Licitação nº 13/2019

Prezados Senhores,

PLANSUL - Planejamento e Consultoria Eireli., inscrita no CNPJ sob o n.º 78.533.312/0001-58, sediada à Rua Joaquim Costa, 270, Agrônômica, Florianópolis, SC, apresenta a documentação e proposta ajustada ao último lance, visando à habilitação e classificação no processo licitatório em epígrafe.

Para esclarecimentos adicionais, contatar a PLANSUL através de:

Tel./Fax: (48) 3271-1313

Atenciosamente,

  
Rafael Beda Gualda  
Superintendente









## RELATÓRIO CRC - CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DO FORNECEDOR

### Registro Cadastral

Número CRC: 132126  
Data Validade: 22/03/2020  
Inscrito no CAFIMP: Não  
Anotação Cadastral: Não

### Identificação

CNPJ: 78.533.312/0001-58  
Nome Empresarial: PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
Nome Fantasia: PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA  
Porte: Outro  
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada

### Endereço

Rua/Av/Praça: RUA JOAQUIM COSTA 270  
Bairro: AGRONOMICA Cidade: FLORIANOPOLIS  
Estado: SC CEP: 88025-400

### Contato

Fax: (48) 32711301 Email: COSTAESILVA@COSTAESILVACONTABILIDADE.CO  
Página Internet: WWW.PLANSUL.COM.BR  
Telefone(s):  
(31)3567-8260

Certificamos que o fornecedor acima está inscrito no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Minas Gerais, em conformidade com a legislação vigente. Caso outras exigências sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, como de qualificação técnica e econômica, essas deverão ser exigidas nos instrumentos convocatórios ou nos processos de dispensa ou inexigibilidade.

### Objetivo Social

Fornecimento e Gestão de Recursos Humanos Para Terceiros, Elaboração e Implantação de Cadastro Técnico Municipal, Organização de Sistemas Administrativos, Planejamento Urbano e Regional, Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Processamento de Dados, Serviços de Digitação e Digitalização, Atividades dos Serviços de Tecnologia da Informação, Tratamento de Dados, Hospedagem na Internet, Limpeza e Conservação, Prestação de Serviços de Locação de Mão de Obra, Serviços de Escritório e Apoio Administrativo, Instalação de Maquinas e Equipamentos, Manutenção e Reparação de Máquinas e Equipamentos, Instalações Elétricas, Hidráulicas em Construção, Atividades de Teleatendimento, Operação de Telemarketing, Pesquisa de Mercado e Opinião Pública, Atividades de Rádio, Atividades de Televisão, Prestação de Serviços na Área de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens, Atividade de Impressão, Serviços de Pré-Impressão e Acabamentos Gráficos, Edição de Livros, Jornais, Revistas e Serviços Combinados de Escritório e Apoio Administrativo.

### Contrato Social

#### Representante(s) legal(is)

CPF	Nome	Tipo de Assinatura
135.633.517-91	ROGERIO CRESPO GUALDA	Isoladamente
932.194.409-59	RAFAEL BEDA GUALDA	Isoladamente



Documentação		
Documento	Situação do Documento	Validade
<b>Habilitação Jurídica</b>		
Contrato Social e sua última alteração registrado na Junta Comercial ou estabelecimento competente, na forma da lei	Aceito	-
<b>Habilitação Jurídica</b>		
Certidão Negativa de Falência, Insolvência Civil ou Recuperação Judicial da Empresa, expedida pelo Distribuidor da sede da empresa	Aceito	16/04/2019
<b>Habilitação Jurídica</b>		
Comprovação da condição de pequena empresa (microempresa ou empresa de pequeno porte)	Aceito	-
Declaração de menores e fato superveniente	Aceito	-
<b>Habilitação Jurídica</b>		
Balanço Patrimonial e Demonst. Contábeis registrado na Junta Comercial ou estabelecimento competente, na forma da lei	Aceito	30/04/2019
<b>Regularidade Fiscal Básica</b>		
Certificado de Regularidade de Situação - CRS (FGTS)	Aceito	15/04/2019
Inscrição no CNPJ	Aceito	-
Prova de quitação com a Fazenda Estadual (ICMS), do respectivo Estado onde está instalada a pessoa jurídica	Aceito	30/03/2019
<b>Regularidade Fiscal Complementar e Trabalhista</b>		
Prova de quitação com a Fazenda Municipal, do respectivo município onde está instalada a pessoa jurídica	Aceito	11/06/2019
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - (CNDT)	Aceito	28/04/2019
Certidão de Débitos Tributários - CDT (SEF-MG)	Aceito	04/05/2019
Prova de quitação com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-Dívida Ativa)	Aceito	10/07/2019
Prova de Inscrição no Cadastro Estadual de Contribuintes, do respectivo Estado onde está instalada a pessoa jurídica	Aceito	-



**Balanco**

Último exercício: 2017

**Índices**

Liquidez geral: 1,85

Liquidez corrente: 1,30

Solvência geral: 2,00

**Responsável pelas informações**

Nome: ROGERIO CRESPO GUALDA

CPF: 135.633.517-91

**Dados da unidade cadastradora**

Sigla: CAGEF/SEPLA Nome: CADASTRO DE FORNECEDORES/SCSCLP

Endereço: RODOVIA PAPA JO

Cidade: BELO HORIZONTE

UF: MG

CEP: 31630901

Telefone(s)

3916-9755

A utilização deste Certificado para fins previstos em Lei está condicionada a verificação de autenticidade no site de Compras do Estado de Minas Gerais: [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br)

04

7





Presidência da República  
Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso do órgão de registro  
JUCESC)  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA  
CATARINA

18/951125-7

Matrícula(da sede ou da filial  
quando a sede for em outra UF)  
42600195371

CÓDIGO DA  
NATUREZA  
JURÍDICA  
2305

Nº DE MATRÍCULA DO AGENTE  
AUXILIAR DO COMÉRCIO



ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Requerimento: 8180000271716  
DBE analisado.  
Emitida em 13/04/2018 - V3

23 ABR 2018

NOME: PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI

Requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato.

Nº DE VIAS Cód. ATO Cód. Evento QTD DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO

0	002			ALTERAÇÃO
		021	1	Alteracao de Dados (Exceto Nome Empresarial)

VIA ÚNICA

22 MAIO 2018

FLORIANÓPOLIS  
13/04/2018

Representante Legal da Empresa/Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: ROGERIO CRESPO GUALDA

Assinatura:

Telefone de contato: (48) 32711311 juliana@plansul.com.br

☒ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s)

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.

A decisão.

☐ NÃO

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☒ Processo em exigência  
(Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e

☐ Processo indeferido.

25 ABR. 2018

2º Exigência

3º Exigência

4º Exigência

5º Exigência

29 MAIO 2018

Luiz Alfredo Werka

Vogal JUCESC

Representante da FETRANCESC

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência

(Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e

☐ Processo indeferido.

2º Exigência

3º Exigência

4º Exigência

5º Exigência

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES:

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 29/05/2018

Arquivamento 20189511257 Protocolo 189511257 de 23/04/2018

Nome da empresa PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI NIRE 42600195371

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 411924885403505

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/05/2018

por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

29/05/2018





**57ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**ROGÉRIO CRESPO GUALDA**, brasileiro, natural de Belo Horizonte (MG), divorciado, advogado, portador da Cédula de Identidade N.º 2.567.986 expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina – SSP/SC e CPF N.º 135.633.517-91, residente e domiciliado à Rua Frei Caneca, 146 – apto 1102 - Centro – Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88.025-000 titular da empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Joaquim Costa, N.º 270, Agrônômica – Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88.025-400, inscrita no CNPJ/MF sob N.º 78.533.312/0001-58, registrada na JUCESC sob NIRE 42200680379 em 21/09/84 e transformada em EIRELI pelo NIRE 42600195371 em 04/01/2016, resolve alterar seu ato constitutivo conforme as cláusulas abaixo descritas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A sociedade altera a Clausula Quarta, em razão da inclusão em seu objeto social da atividade de “Serviços Combinados de Escritório e Apoio Administrativo” passando a ter a seguinte redação:

Tem por tem por objeto social os ramos de: Fornecimento e Gestão de Recursos Humanos Para Terceiros, Elaboração e Implantação de Cadastro Técnico Municipal, Organização de Sistemas Administrativos, Planejamento Urbano e Regional, Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Processamento de Dados, Serviços de Digitação e Digitalização, Atividades dos Serviços de Tecnologia da Informação, Tratamento de Dados, Hospedagem na Internet, Limpeza e Conservação, Prestação de Serviços de Locação de Mão de Obra, Serviços de Escritório e Apoio Administrativo, Instalação de Maquinas e Equipamentos, Manutenção e Reparação de Máquinas e Equipamentos, Instalações Elétricas, Hidráulicas em Construção, Atividades de Teletendimento, Operação de Telemarketing, Pesquisa de Mercado e Opinião Pública, Atividades de Rádio, Atividades de Televisão, Prestação de Serviços na Área de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens, Atividade de Impressão, Serviços de Pré-Impressão e Acabamentos Gráficos, Edição de Livros, Jornais, Revistas e Serviços Combinados de Escritório e Apoio Administrativo.

**Permanecem inalteradas as demais cláusulas do ato constitutivo sendo o mesmo consolidado a seguir.**



1/5



Ob





**NIRE 42600195371**  
**CNPJ 78.533.312/0001-58**

**CONSOLIDAÇÃO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A sociedade gira sob o nome empresarial de **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI**.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

A com sede e domicílio a Rua Joaquim Costa, 270, Agrônômica, Florianópolis/SC, CEP: 88.025-400.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

A EIRELI possui as seguintes filiais:

- a) FILIAL N.º 01, localizada à Rua Souza Júnior, 15, Jardim Olímpico, Porto Alegre (RS), CEP 90.880-180, registrada na JUCESC sob NIRE n.º 429003448511 de 24/02/1994 inscrita no CNPJ sob n.º 78.533.312/0002-39, sendo destacada a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) do capital da matriz.
- b) FILIAL N.º 09, localizada à Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 654, Centro, Curitiba, PR, CEP 80010-130, registrada na JUCESC sob n.º 20090389654 de 02/02/2009 e, na JUCEPAR sob NIRE n.º 41901085557 de 23/03/2009 inscrita no CNPJ sob n.º 78.533.312/0011-20, sendo destacada a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) do capital da matriz.
- c) FILIAL N.º 10, localizada no SRTVN - Setor de Rádio e TV Norte, quadra 702, conjunto "P", sala 1052/1053, Edifício Brasília Rádio Center, Brasília, DF, CEP 70.719-900, registrada na JUCESC sob n.º 20130608009 de 27/02/2013 e, na JCDF sob NIRE n.º 53900322580 de 18/06/2013 inscrita no CNPJ sob n.º 78.533.312/0008-24, sendo destacada a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) do capital da matriz.
- d) FILIAL N.º 11, localizada na Rua Ramos de Azevedo, nº 298 - Bairro Monsenhor Messias, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30720-470, registrada na JUCESC sob n.º 20140413057 de 24/02/2014 e, na JUCEMG sob NIRE n.º 31902352810 com registro 5255891 de 14/04/2014 inscrita no CNPJ sob n.º 78.533.312/0009-05, sendo destacada a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) do capital da matriz.

2/5

MATRIZ: Rua Joaquim Costa, 270 - Agrônômica - CEP 88025-400 - Florianópolis - SC - Fone: (48) 3271.1313 - Fax: (48) 3271.1301 - [www.plansul.com.br](http://www.plansul.com.br)

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 29/05/2018

Arquivamento 20189511257 Protocolo 189511257 de 23/04/2018

Nome da empresa PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI NIRE 42600195371

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 411924885403505

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/05/2018  
por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral,

29/05/2018



07



- e) FILIAL N.º 12, localizada na Avenida Presidente Vargas, n.º 583, sala 15º Andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20071-003, registrada na JUCESC sob n.º 20147803977 em 19/09/2014 e, na JUCERJA sob NIRE n.º 33901316595 de 17/10/2014 inscrita no CNPJ sob n.º 78.533.312/0010-49, sendo destacada a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) do capital da matriz.
- f) FILIAL N.º 13, localizada na Rua Helio de Castro Maia, n.º 421, sala 01, Jardim Paulista, Campo Grande, MS, CEP: 79050-020, registrada na JUCESC sob n.º 20176863354 de 06/11/2017 e, na JUCEMS sob NIRE n.º 54480024 de 18/12/2017 inscrita no CNPJ sob n.º 78.533.312/0012-00, sendo destacada a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) do capital da matriz.
- g) FILIAL N.º 14, localizada na Rua Quatro de Fevereiro, n.º 375, Sala 2, Itoupava Norte, Blumenau, SC, CEP: 89.052-500, registrada na JUCESC sob NIRE n.º 42901184688 de 07/02/2018 inscrita no CNPJ sob n.º 78.533.312/0013-91, sendo destacada a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) do capital da matriz.
- h) FILIAL N.º 15, localizada na Rua Jose Garibaldi Rocha Tinn, n.º 191-D, Centro, Chapecó, SC, CEP: 89.814-040, registrada na JUCESC sob NIRE n.º 42901184696 de 07/02/2018 inscrita no CNPJ sob n.º 78.533.312/0014-72, sendo destacada a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) do capital da matriz.
- i) FILIAL N.º 16, localizada na Rua Dona Francisca, 364 – Centro, Joinville, SC, CEP 89201-250, registrada na JUCESC sob NIRE n.º 42901186401 de 21/02/2018 inscrita no CNPJ sob n.º 78.533.312/0015-53, sendo destacada a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) do capital da matriz.

#### **CLÁUSULA QUARTA**

Tem por tem por objeto social os ramos de: Fornecimento e Gestão de Recursos Humanos Para Terceiros, Elaboração e Implantação de Cadastro Técnico Municipal, Organização de Sistemas Administrativos, Planejamento Urbano e Regional, Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Processamento de Dados, Serviços de Digitação e Digitalização, Atividades dos Serviços de Tecnologia da Informação, Tratamento de Dados, Hospedagem na Internet, Limpeza e Conservação, Prestação de Serviços de Locação de Mão de Obra, Serviços de Escritório e Apoio Administrativo, Instalação de Maquinas e Equipamentos, Manutenção e Reparação de Máquinas e Equipamentos, Instalações Elétricas, Hidráulicas em Construção, Atividades de Teleatendimento, Operação de Telemarketing, Pesquisa de Mercado e Opinião Pública, Atividades de Rádio, Atividades de Televisão, Prestação de Serviços na Área de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens, Atividades de

3/5

MATRIZ: Rua Joaquim Costa, 270 - Agrônômica - CEP 88025-400 - Florianópolis - SC - Fone: (48) 3271.1313 - Fax: (48) 3271.1301 - [www.plansul.com.br](http://www.plansul.com.br)

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

29/05/2018

Certifico o Registro em 29/05/2018

Arquivamento 20189511257 Protocolo 189511257 de 23/04/2018

Nome da empresa PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI NIRE 42600195371

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 411924885403505

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/05/2018

por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral:



08



#### **CLÁUSULA QUINTA**

Iniciou suas atividades em 13 de setembro de 1984 e seu prazo de duração é indeterminado, podendo, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada pelo sócio administrador:

#### **CLÁUSULA SEXTA**

O capital social é de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), dividido em 5.000.000 (cinco milhões) de quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, expressas em moeda corrente nacional já totalmente integralizadas (Art. 980-A).

#### **CLÁUSULA SETIMA**

A responsabilidade do titular é restrita ao valor de seu capital e responde exclusivamente pela integralização do capital. (art. 1.052, CC/2002)

#### **CLÁUSULA OITAVA**

Será administrada por **ROGÉRIO CRESPO GUALDA**, a quem caberá a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, desta EIRELI.

**Parágrafo Único:** O administrador poderá nomear procurador para fins determinados, com os poderes e atribuições de administrar os negócios sociais, vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse empresarial ou assumir obrigações seja em favor do titular ou de terceiros, sendo vedado onerar ou alienar bens imóveis da empresa, sem autorização do titular da empresa. (artigos 997, VI; 1.013, 1.015, 1064, CC/2002, obrigatória no caso de administrador não sócio). O procurador nomeado poderá ser destituído da função, sem direito a qualquer indenização.

#### **CLÁUSULA NONA**

O exercício social será encerrado em 31 de dezembro de cada ano.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA**

Falecendo o titular, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMAPRIMEIRA**

**ROGÉRIO CRESPO GUALDA**, declara, sob as penas da lei, que não participo de nenhuma outra empresa dessa modalidade.

*[Assinatura]*  
24/5





**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

(Os) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da EIRELI, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

Fica eleito o foro da comarca de Florianópolis/SC, para dirimir quaisquer dúvidas, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

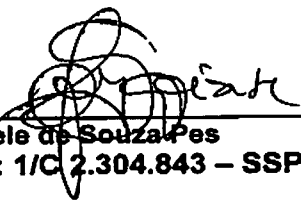
O titular assina o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual forma e teor, que será levado a registro perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, para que a mesma adquira personalidade jurídica, de acordo com a legislação em vigor.

Florianópolis (SC), 19 de fevereiro de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
**ROGÉRIO CRESPO GUALDA**

Testemunhas:

  
\_\_\_\_\_  
**Rafael Bida Gualda**  
RG.: 12019 - OAB/SC

  
\_\_\_\_\_  
**Gisele de Souza Res**  
RG.: 1/C 2.304.843 - SSP/SC

5/5









189511257

**TERMO DE AUTENTICACAO**

NOME DA EMPRESA	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI
PROTOCOLO	189511257 - 23/04/2018
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

**MATRIZ**

NIRE 42600195371  
CNPJ 78.533.312/0001-58  
CERTIFICO O REGISTRO EM 29/05/2018  
SOB N: 20189511257



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

29/05/2018

Certifico o Registro em 29/05/2018

Arquivamento 20189511257 Protocolo 189511257 de 23/04/2018

Nome da empresa PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI NIRE 42600195371

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 411924885403505

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/05/2018

por Henry Goy Petry Neto - Secretario-geral.



Livro: 0304  
Folha: 116V

Protocolo nº: 32702 - 12/06/2018

MARIA ALICE COSTA DA SILVA - TITULAR

Rua Joaquim Lobato, 1349 - 1.º andar - Trindade  
Florianópolis - Estado de Santa Catarina  
Fone: 48 3234-0034 - CEP 81030-003 - e-mail: cartorioverantono@trindade.com.br

**PROCURAÇÃO AD NEGOTIA**

**PROCURAÇÃO PÚBLICA** bastante que faz **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI**, na forma abaixo:-

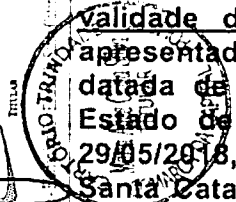
**SAIBAM** quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, aos 12 (doze) dias do mês de junho do ano de 2018 (dois mil e dezoito), neste Notário da Trindade 4º Subdistrito de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, perante mim, MARIA ALICE COSTA DA SILVA, Tabeliã, compareceu como outorgante: **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 78.533.312/0001-58, NIRE nº 42600195371, com sede na Rua Joaquim Costa, nº 270, Agrônômica, em Florianópolis/SC, representada neste ato por seu sócio administrador: **ROGÉRIO CRESPO GUALDA**, brasileiro, empresário, divorciado, declara que não vive em regime de união estável, cédula de identidade nº 2.567.986-4, expedida pela SSP/SC, em 18/06/2004, CPF nº 135.633.517-91, nascido aos 13/09/1946, filho de João Gualda e de Maria José Crespo Gualda, residente e domiciliado na residente e domiciliado à Rua Frei Caneca, nº 146, ap 1102, Centro, em Florianópolis/SC, endereço eletrônico: matriz@plansul.net.br; a presente devidamente identificada e qualificada por mim MARIA ALICE COSTA DA SILVA, Tabeliã, e de cuja capacidade e identidade para o ato dou fé; e por ela me foi dito que nomeia e constitui seu bastante procurador: **RAFAEL BEDA GUALDA**, brasileiro, advogado, cédula de identidade profissional nº 12019, expedida pela OAB/SC, em 03/11/1997, CPF nº 932.194.409-59, casado, nascido aos 23/08/1974, filho de Rogério Crespo Gualda e de Sandra Maria Beda Gualda, residente e domiciliado na Rua Frei Caneca, nº 180, ap. 601-A, Agrônômica, em Florianópolis/SC, endereço eletrônico: matriz@plansul.net.br; a quem confere amplos, gerais e ilimitados poderes para gerir e administrar a empresa outorgante ativa e passivamente em todo o território nacional, podendo dito procurador, representá-la em repartições públicas, federais, estaduais, municipais, órgãos públicos ou particulares, Delegacia da Receita Federal, INSS, Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), Junta de Conciliação e julgamento, Sindicato dos Empregados, admitir e demitir empregados, dar aviso prévio, férias ou não, assinar carteiras de trabalho e previdência social, constituir advogados para ressalva dos direitos e defesa da outorgante, receber e assinar toda e qualquer correspondência da empresa outorgante, comprar e vender mercadorias de seu ramo de negócios, participar de procedimentos licitatórios, inclusive na modalidade de pregão, assinar propostas, interpor recursos, apresentar e impugnar documentos, assinar contratos com todas as cláusulas e solenidades de estilo, e tudo mais que for preciso ao fiel e cumprimento do presente mandato, enfim, usar de todos os poderes necessários, o que dará por bom, firme e valioso, podendo subestabelecer em todo ou em parte. A presente procuração terá prazo de validade de 01 (um) ano a contar da data de sua lavratura. Foi apresentado pela outorgante a 57ª Alteração Contratual Consolidada, datada de 19/02/2018, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina-JUCESC sob nº 20189511257, em data de 29/05/2018, e a Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, expedida em 05/06/2018, com data de último arquivamento em 29/05/2018, sob o n.º 20189511257. Fica para tanto nestas notas cópia dos referidos, arquivados em pasta própria. A outorgante declara ainda sob pena de responsabilidade civil e penal, ser esta a última alteração contratual existente, respondendo para tanto pela veracidade dos fatos narrados, inclusive quanto a completa qualificação do outorgado. Que o presente instrumento encontra-se protocolado sob nº 32702 - 12/06/2018, no livro de Protocolos. Ficam dispensadas as testemunhas, tendo em vista a apresentação dos documentos pessoais de



**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dá fé, Trindade, 12 de junho de 2019.  
JULIANA TRACET DA SILVA - ESCRIVENTE

Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,00  
SELO NORMAL: FIG26416-5501 / Confira os dados do ato em: selo.tjcc.jus.br

Protocolado em 12/06/2018, às 14h05min, no Livro de Protocolos nº 32702 - 12/06/2018, sob o nº 32702 - 12/06/2018.



Handwritten signature and initials

Protocolo nº: 32702 - 12/06/2018

**PROCURAÇÃO AD NEGOTIA**

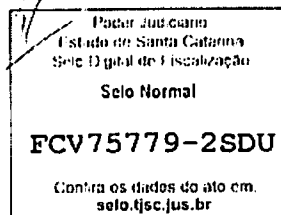
identificação dele outorgante. Assim o disse do que dou fé e me pediu este instrumento que lhe li, aceita, ratifica e assina comigo, MARIA ALICE COSTA DA SILVA, Tabeliã, que o digitei, subscrevo e assino. Dou fé. Os documentos apresentados para lavratura do presente ato constam devidamente arquivados em pasta própria. Emolumentos: R\$ 52,20 - Selo: R\$ 1,90.

FLORIANÓPOLIS, 12 de junho de 2018.

PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
ROGERIO CRESPO GUALDA  
Representante

MARIA ALICE COSTA DA SILVA  
Tabeliã

ESCRIVANIA 4º SUBDISTRITO  
Priscilla da Silva Pinco  
Escrivente



75 417 972/0001 - 85

BEL. MARIA ALICE COSTA DA SILVA  
Tabeliã de Notas e Of. Reg. Civil das Pessoas Naturais  
4º. Subdistrito - Comarca da Capital  
Rua Lauro Linhares, 1849 - 1º Andar  
Trindade - Florianópolis - SC  
Fones (0--48) 3234-0003 - CEP: 88036-003

ESCRIVANIA DE PAZ DO SUBDISTRITO TRINDADE - COMARCA DA CAPITAL  
TABELIONATO DE NOTAS E OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
M. MARIA ALICE COSTA DA SILVA - TITULAR

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé. Trindade, 14 de Março de 2019.  
JULIANA IRACET DA SILVA - ESCRIVENTE



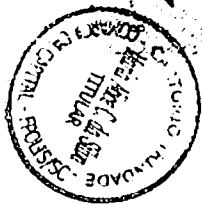
Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,90  
SELO NORMAL: FIG26396-31WR // Contra os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br



**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia reproduz autenticamente o documento original, do que dou fé em Trindade, 19 de Fevereiro de 2019.  
3º SUBSTITUTO  
**PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE**  
Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95  
SELO NORMAL: FJG10794-H70V / Confira os dados do ato em: [selo.tjsc.jus.br](http://selo.tjsc.jus.br)  
TITULAR

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DE SANTA CATARINA  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME	RAFAEL BÉGA GUALDA
Matrícula	12019
Associação	ROGÉRIO GRESPO GUALDA SANDRA MARIA BÉGA GUALDA
DATA DE NASCIMENTO	23/08/1974
RESIDÊNCIA	RIO DE JANEIRO-RJ
CPF	2678326 - SSP/SC
DATA DE EXERCÍCIO	932 194.409-59
DATA DE EXERCÍCIO	01 30/07/2005
SIM	PAULO ROBERTO DE BORBA PRESIDENTE



O documento ora autenticado contém ( 02 ) emenda(s) no(s) ponto(s) indicação(s) pela(s) seja(s) e minha(s) rubrica(s) Trindade, 19/02/19

BRANCO

O documento ora autenticado  
contém ( ) rubrica  
( ) rubrica ( ) rubrica  
( ) rubrica ( ) rubrica  
( ) rubrica ( ) rubrica  
Indique ( )



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
78.533.312/0001-58  
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
21/09/1984

NOME EMPRESARIAL

PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

\*\*\*\*\*

PORTE

DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

18.11-3-01 - Impressão de jornais

18.13-0-99 - Impressão de material para outros usos

18.21-1-00 - Serviços de pré-impressão

33.13-9-99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente

33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais

33.29-5-01 - Serviços de montagem de móveis de qualquer material

33.29-5-99 - Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente

43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica

43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração

58.11-5-00 - Edição de livros

58.12-3-01 - Edição de jornais diários

58.13-1-00 - Edição de revistas

60.10-1-00 - Atividades de rádio

60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta

62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda

62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação

63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet

70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios

82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)

LOGRADOURO

R JOAQUIM COSTA

NÚMERO

270

COMPLEMENTO

CEP

88.025-400

BAIRRO/DISTRITO

AGRONOMICA

MUNICÍPIO

FLORIANOPOLIS

UF

SC

ENDEREÇO ELETRÔNICO

juliana@plansul.com.br

TELEFONE

(48) 3271-1313 / (48) 3271-1312

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 18/03/2019 às 16:55:45 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2

15/03/2019

Receita Federal do Brasil



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO  
78.533.312/0001-58  
MATRIZCOMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRALDATA DE ABERTURA  
21/09/1984NOME EMPRESARIAL  
PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELICODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
82.20-2-00 - Atividades de teleatendimentoCODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza EmpresáriLOGRADOURO  
R JOAQUIM COSTANUMERO  
270

COMPLEMENTO

CEP  
88.025-400BAIRRO/DISTRITO  
AGRONOMICAMUNICÍPIO  
FLORIANOPOLISUF  
SCENDEREÇO ELETRÔNICO  
juliana@plansul.com.brTELEFONE  
(48) 3271-1313 / (48) 3271-1312ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVADATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 18/03/2019 às 16:55:45 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI**  
**CNPJ: 78.533.312/0001-58**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:17:42 do dia 11/01/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/07/2019.

Código de controle da certidão: **0512.F3C1.97C0.35B2**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Observações RFB:**

Contribuinte possui arrolamento de bens, conforme Lei nº 9532/1997.

JS





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS**

Nome (razão social): **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI**  
CNPJ/CPF: **78.533.312/0001-58**

**Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.**

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	190140027235181
Data de emissão:	19/03/2019 17:03:40
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	18/05/2019

**A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Secretaria Municipal da Fazenda

## Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Municipais e Dívida Ativa do Município

CMC	CNPJ	Nome
0489760	78.533.312/0001-58	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI
4057287	78.533.312/0006-62	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da(s) pessoa(s) acima identificada(s) que vieram a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda (SMF) e a inscrições em Dívida Ativa do Município. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação da pessoa jurídica no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda de Florianópolis.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/receita>>, Serviços - Serviços on-line - link Verificação de Documentos Eletrônicos, passando o número do documento 1847947 e o código 51C275DA

Certidão Número 4273819

Emitida 13/03/2019 09:35:05

Válida até 11/06/2019 conforme o Art. 194 Lei Complementar 4823 de 02 de janeiro de 1996.

Florianópolis (SC) 13 de março de 2019  
Secretaria Municipal da Fazenda

Assinatura Digital: 51C275DA2B03D8C4F02537FC94D5D6502CB364C8  
Data: 13/03/2019 09:35:05 - Protocolo: 18450101 - Documento: 1847947  
Documento autenticado digitalmente



7

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento

Rua Tenente Silveira 60, Centro - Florianópolis - SC 0\*\*48 3251 6400 - CEP 88010-300.  
<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/receita>, link Serviços - Serviços on-line -Verificação de Documentos Eletrônicos.

17





# PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Secretaria Municipal da Fazenda

## Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Municipais e Dívida Ativa do Município Declaração de Situação Fiscal da Unidade Imobiliária

Nome / Razão Social **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI**  
CPF/CNPJ **78.533.312/0001-58**

Inscrição	Endereço / Localização	Número	Bloco	Apto
45.77.085.0947.001-200	RUA JOAQUIM COSTA	270		

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da(s) pessoa(s) acima identificada(s) que vieram a ser apuradas, é certificado que não constam pendências na inscrição imobiliária acima identificada, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda (SMF) e a inscrições em Dívida Ativa do Município. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação da pessoa jurídica no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda de Florianópolis.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/receita>>, Serviços - Serviços on-line - link Verificação de Documentos Eletrônicos, passando o número do documento 1836586 e o código BB76964E

Certidão Número 3181019

Emitida 12/03/2019 08:22:35

Válida até 10/06/2019 conforme o Art. 194 Lei Complementar 4823 de 02 de janeiro de 1996.

Florianópolis (SC) 12 de março de 2019  
Secretaria Municipal da Fazenda

Assinatura Digital: BB76964E73EF9B2ED7E60815BA34FC22331B5033  
Data: 12/03/2019 08:22:35 - Protocolo: 16436049 - Documento: 1836586  
Documento autenticado digitalmente



ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento

Rua Tenente Silveira 60, Centro - Florianópolis - SC 0\*\*48 3251 6400 - CEP 88010-300.  
<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/receita>, link Serviços - Serviços on-line -Verificação de Documentos Eletrônicos.







Florianópolis, 09 de Janeiro de 2019.

A(o)  
PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
RUA JOAQUIM COSTA 270

Ref.: Identificador de Registro Temporário para Recolhimento de Tributos Municipais (RTM)  
preparatórios ao licenciamento

Conforme sua solicitação constante no Processo Administrativo de Inscrição, fica-lhe atribuído o número de RTM 048.976-0 de modo a permitir, exclusivamente, o recolhimento de tributos municipais preparatórios ao licenciamento para a(s) atividade(s) a seguir relacionada(s):

- 01 - 8121400 LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS
- 02 - 7320300 PESQUISAS DE MERCADO E DE OPINIAO PUBLICA
- 03 - 7020400 ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA
- 04 - 8129000 ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
- 05 - 8220200 ATIVIDADES DE TELEATENDIMENTO
- 06 - 1811301 IMPRESSAO DE JORNAIS
- 07 - 1813099 IMPRESSAO DE MATERIAL PARA OUTROS USOS
- 08 - 3328589 INSTALACAO DE OUTROS EQUIPAMENTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
- 09 - 4322302 INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGER
- 10 - 3328501 SERVICOS DE MONTAGEM DE MOVEIS DE QUALQUER MATERIAL
- 11 - 6201501 DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA
- 12 - 6311900 TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTE
- 13 - 8219899 PREPARACAO DE DOCUMENTOS E SERVICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NAO ESPECIFICA
- 14 - 7820500 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA
- 15 - 7319003 MARKETING DIRETO
- 16 - 8111700 SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS, EXCETO CONDOMINIOS PREDIAIS
- 17 - 7830200 FORNECIMENTO E GESTAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS
- 18 - 6010100 ATIVIDADES DE RADIO
- 19 - 1821100 SERVICOS DE PRE-IMPRESSAO
- 20 - 1822899 SERVICOS DE ACABAMENTOS GRAFICOS, EXCETO ENCADERNACAO E PLASTIFICACAO
- 21 - 5812300 EDICAO DE JORNAIS
- 22 - 5811500 EDICAO DE LIVROS
- 23 - 5813100 EDICAO DE REVISTAS
- 24 - 6021700 ATIVIDADES DE TELEVISAO ABERTA
- 25 - 4321500 INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA
- 26 - 6311900 TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTE
- 27 - 8211300 SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO
- 28 - 4322301 INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS
- 29 - 6204000 CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO
- 30 - 3321000 INSTALACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS
- 31 - 3313899 MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELETRICOS NAO ESPECIFICADOS ANT

..... FIM DA LISTA DE ATIVIDADES .....

2





**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS**

Secretaria Municipal da Fazenda de Florianópolis

Gabinete do Secretário

Desde já, serve a presente como Notificação de que a criação do referido identificador não libera, licencia nem autoriza, mesmo de forma precária ou transitória, o exercício de qualquer atividade econômica.

Após o cumprimento de todas exigências legais o RTM poderá ser convertido em Cadastro Municipal de Contribuintes e emitido o competente Alvará de Licença para Localização.

A Fiscalização Municipal, identificando o funcionamento de atividade econômica sem o atendimento de qualquer dos requisitos legais, procederá a aplicação da(s) penalidade(s) prevista(s) em Lei e promoverá as medidas administrativas e/ou legais que se fizerem necessárias para fazer cessar, de imediato, qualquer funcionamento não autorizado.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada na página da Secretaria da Fazenda de Florianópolis na internet, no endereço <http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/fazenda>, Serviços - Serviços on-line - link Verificação de Documentos Eletrônicos, informando o nº de documento 1784883 e código de segurança 12393DF4.

Assinatura Digital: 12393DF4817E18176A8B345D3F1AAA3031AA7985  
Data: 09/01/2019 08:06:48 - Protocolo: 16329898 - Documento: 1784883  
Documento autenticado digitalmente







## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 78533312/0001-58  
**Razão Social:** PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
**Endereço:** R JOAQUIM COSTA 270 / AGRONOMICA / FLORIANOPOLIS / SC / 88025-400

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 17/03/2019 a 15/04/2019

**Certificação Número:** 2019031700312199387203

Informação obtida em 18/03/2019, às 14:08:08.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'X' or 'K' shape with a long horizontal stroke extending to the right.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS  
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 78.533.312/0001-58

Certidão nº: 168987000/2019

Expedição: 12/03/2019, às 11:37:19

Validade: 07/09/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 78.533.312/0001-58, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0095900-58.2003.5.01.0064 - TRT 01ª Região \*  
0010538-87.2013.5.01.0242 - TRT 01ª Região \*  
0128500-58.2009.5.04.0511 - TRT 04ª Região \*  
0000229-03.2011.5.04.0821 - TRT 04ª Região \*\*  
0072600-56.2003.5.05.0161 - TRT 05ª Região \*  
0000547-82.2012.5.09.0668 - TRT 09ª Região \*  
0422200-60.2009.5.12.0001 - TRT 12ª Região \*  
0010029-22.2013.5.12.0026 - TRT 12ª Região \*  
0000159-80.2014.5.12.0037 - TRT 12ª Região \*

\* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

\*\* Débito com exigibilidade suspensa.

**Total de processos: 9.**

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

*[Assinatura]*





PODER JUDICIÁRIO  
de Santa Catarina  
Comarca da Capital  
Fórum Des. Rid Silva  
Direção do Foro

ESCRITÓRIO DE PAZ DO JUIZADO DE TRIBUTOS - COMARCA DA CAPITAL  
FÓRUM DES. RID SILVA - FORTALEÇA - FLORIANÓPOLIS - SC



**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia reproduz fielmente o  
documento original, do qual dou fé, em 11 de fevereiro de  
2019.  
NARCIZA IGAQUINA COELHO DE SOUZA  
Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Valor: R\$ 3,55 Selo: R\$ 7,05  
Código: FIK3305-JOIM / Confira os dados do ato em: selo.tjc.jus.br

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2019.

## CERTIDÃO

José Claudio Passamani, Chefe de Secretaria do Fórum  
Des. Rid Silva, Comarca da Capital, no uso de suas  
atribuições, etc...

### CERTIFICA

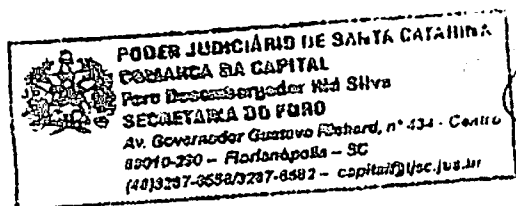
A requerimento verbal da firma **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI, CNPJ N. 78.533.312/0001-58**, que, de acordo com o ofício n.º 196/2003 de 14.02.2003, da egrégia Corregedoria-Geral da Justiça, tendo em vista a instalação, na Comarca da Capital, da Vara de Execuções contra a Fazenda Pública e Precatórios e da Vara Regional de Recuperações Judiciais, Falências e Concordatas, com competência exclusiva para o processamento e julgamento daquelas ações, o único Cartório, competente para distribuir pedidos de Falências e Concordatas é o da Distribuição Judicial Cível, localizado no Fórum Desembargador Rid Silva e os Cartórios de Protestos são os seguintes: 1º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos – Titular Rodrigo Oppitz Alves; 2º Tabelionato de Notas e 1º Ofício de Protestos – Titular Paulo Luis Quintela de Almeida; 3º Tabelionato de Notas e 2º Ofício de Protestos - Titular Adelaide da Silva Jardim e 4º Tabelionato de Notas e 4º Ofício de Protestos - Titular Vanda de Souza Salles.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Valor: R\$ 10,65 (três URC's)  
Validade: 60 dias

O REFERIDO É VERDADE.

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2019.



José Claudio Passamani  
Chefe de Secretaria

**EM BRANCO**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Capital

**CERTIDÃO**  
**FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**CERTIDÃO Nº: 6211307**

**FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Capital, com distribuição anterior à data de 13/02/2019, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

**PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI, portador do CNPJ: 78.533.312/0001-58. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Capital, sexta-feira, 15 de fevereiro de 2019.

**PEDIDO Nº:**

**8517730**



25



## DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATORIO 13/2019

Declaro que a Empresa Plansul - Planejamento e Consultoria Eireli, inscrita no CNPJ (MF) nº 78.533.312/0001-58, estabelecida à Rua Joaquim Costa, 270, Agronômica, Florianópolis/SC, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Contratante	CNPJ	Nº Contrato	Dt. assinatura	Dt. Fim	Vlr. Anual	Município	UF
AGUAS PARANA	11.405.215/0001-09	Nº 24/2018	26/11/2018	20/11/2019	R\$ 449.629,32	CURITIBA	PR
ANAC-RS-3	07.947.821/0001-89	Nº 03/ANAC/2017-UA	30/11/2017	30/11/2019	R\$ 266.442,12	PORTO ALEGRE	RS
ANATEL	02.030.715/0001-12	Nº SRC 27/2014	15/12/2014	12/11/2019	R\$ 29.820.746,52	BRASÍLIA	DF
ANP-RJ	02.313.673/0002-08	Nº 9.048/14-ANP	09/09/2014	07/09/2019	R\$ 15.561.410,04	RIO DE JANEIRO	RJ
ANS	03.589.068/0001-46	Nº 43/2015	13/10/2015	13/10/2019	R\$ 2.162.534,64	RIO DE JANEIRO	RJ
ANTT	04.898.488/0001-77	Nº 032/2018	14/11/2018	14/11/2019	R\$ 6.169.797,36	BRASÍLIA	DF
ARCADIS	07.939.296/0001-50	Nº	17/02/2006	01/12/2019	R\$ 242.479,20	SÃO PAULO	SP
BANRISUL	92.702.067/0001-96	Nº 0100314/2017	01/12/2017	30/11/2019	R\$ 2.584.252,32	PORTO ALEGRE	RS
BB-DF-2	00.000.000/0452-92	Nº 2018.7421.1166	29/05/2018	29/11/2020	R\$ 1.827.112,68	BRASÍLIA	DF
BB-ES-2	00.000.000/5832-78	Nº 201474173436	03/11/2014	03/11/2019	R\$ 934.858,32	BELO HORIZONTE	MG
BB-MG-3	00.000.000/5832-78	Nº 2017.7421.5107	02/10/2017	02/04/2020	R\$ 1.218.986,28	BELO HORIZONTE	MG
BB-RJ	00.000.000/4734-13	Nº 201574220742	11/05/2015	11/05/2020	R\$ 1.671.920,04	RIO DE JANEIRO	RJ
BB-RS-4	00.000.000/5833-59	Nº 2017.7421.1457	24/04/2017	24/10/2019	R\$ 3.068.641,56	CURITIBA	PR
BB-RS-6	00.000.000/5833-59	Nº 2014.7419.2090	05/05/2014	05/05/2019	R\$ 1.729.544,04	CURITIBA	PR
BB-RS-8	00.000.000/5833-59	Nº 201474193497	29/09/2014	29/09/2019	R\$ 2.048.884,08	CURITIBA	PR
BB-SC-5	00.000.000/0001-91	Nº 2018.74171743	04/02/2019	04/08/2019	R\$ 2.039.834,76	SÃO PAULO	SP
BB-SP-4	00.000.000/7300-84	Nº 2015.7421.1738	09/06/2015	09/06/2020	R\$ 927.718,32	SÃO PAULO	SP
BB-SP-6	00.000.000/0387-50	Nº 2014.7421.1265	08/03/2014	08/03/2019	R\$ 4.370.930,04	SÃO PAULO	SP
BB-SP-7	00.000.000/7300-84	Nº 2014.7421.1290	08/03/2014	08/03/2019	R\$ 2.692.563,96	SÃO PAULO	SP
BB-SP-8	00.000.000/0001-91	Nº 2018.7421.3803	27/06/2018	27/12/2020	R\$ 2.959.564,20	SÃO PAULO	SP
CÂMARA-TV-2	00.530.352/0001-59	Nº 2018/092.0	26/07/2018	25/07/2019	R\$ 15.340.926,72	BRASÍLIA	DF
CÂMARA-TV-3	00.530.352/0001-59	Nº 2018/083.0	26/07/2018	25/07/2019	R\$ 14.635.344,24	BRASÍLIA	DF
CEF-DF-1	00.360.305/0002-95	Nº 759/2014	28/04/2014	27/04/2019	R\$ 3.666.137,04	BRASÍLIA	DF
CEF-LIMP-RS-4	00.360.305/2618-46	Nº 3872/2013	03/02/2014	02/05/2019	R\$ 5.641.548,60	PORTO ALEGRE	RS
CEF-MS	00.360.305/2663-09	Nº 2081/2017	10/05/2017	09/05/2020	R\$ 3.624.971,40	CAMPO GRANDE	MS
CEF-MS-2	00.360.305/2663-09	Nº 3107/2017	16/05/2017	15/05/2020	R\$ 1.996.917,96	CAMPO GRANDE	MS
CEF-PR-5	00.360.305/0369-90	Nº 6566/2016	01/11/2016	31/10/2019	R\$ 4.997.392,20	CURITIBA	PR
CEF-RJ 9	00.360.305/2674-53	Nº 3850/2013	18/11/2013	17/05/2019	R\$ 12.196.111,68	RIO DE JANEIRO	RJ
CEF-RS-8	00.360.305/2676-15	Nº 8238/2017	01/09/2017	31/05/2019	R\$ 2.374.790,28	PORTO ALEGRE	RS
CEF-SC/LIMP-6	00.360.305/2669-96	Nº 3640/2017	01/06/2017	31/05/2019	R\$ 15.760.621,20	CURITIBA	PR





CEF-SC-7	00.360.305/2669-96	Nº 07184/2016	01/11/2016	09/11/2019	R\$ 4.810.730,40	IBIRAMA	SC
CEF-SP-8	00.360.305/2679-68	Nº 2839/2018	26/03/2018	25/03/2020	R\$ 26.381.644,56	ITA CRUZ RIO PARDO	SP
CEF-SP-9	00.360.305/2678-87	Nº 324/2017	01/02/2017	31/01/2020	R\$ 6.005.849,88	SÃO PAULO	SP
COBRA	42.318.949/0001-84	Nº 21/2014	10/03/2014	09/07/2019	R\$ 8.868.740,16	RIO DE JANEIRO	RJ
DNIT-ES	04.892.707/0001-00	Nº 01039/2018	07/01/2019	06/01/2021	R\$ 762.913,44	VITÓRIA	ES
DNIT-MA	04.892.707/0031-26	Nº 32/2018	01/03/2019	02/01/2021	R\$ 700.423,20	SÃO LUÍS	MA
DPF-RJ	00.394.494/0035-85	Nº 31/2016	22/07/2016	15/05/2019	R\$ 3.154.934,76	RIO DE JANEIRO	RJ
DRF-FPOLIS	00.394.460.0140-10	Nº 10/2018	20/09/2018	16/05/2020	R\$ 1.487.209,44	FLORIANÓPOLIS	SC
DRT-SC	23.612.685/0021-76	Nº 07/2018	01/10/2018	30/09/2019	R\$ 1.129.328,76	FLORIANÓPOLIS	SC
FINEP-RJ	34.749.086/0001-09	Nº 20.19.0013.00	15/04/2019	15/04/2020	R\$ 1.530.052,08	RIO DE JANEIRO	RJ
FIOCRUZ	33.781.055/0001-35	Nº 09/2016	01/01/2017	31/12/2019	R\$ 6.327.638,04	RIO DE JANEIRO	RJ
FIOCRUZ-2	33.781.055/0001-35	Nº 043/2017	02/10/2017	03/11/2019	R\$ 10.512.485,28	RIO DE JANEIRO	RJ
FNABUCO-PE	07.773.169/0001-59	Nº 30/2016	04/11/2016	03/11/2019	R\$ 2.244.510,00	RECIFE	PE
FUNARTE	26.963.660/0002-42	Nº 1005/2018	16/04/2018	15/04/2019	R\$ 15.879.538,68	RIO DE JANEIRO	RJ
FUNARTE-2	26.963.660/0002-42	Nº 1012/2018	25/06/2018	24/06/2019	R\$ 3.554.687,16	RIO DE JANEIRO	RJ
FUNARTE-3	26.963.660/0002-42	Nº 1015/2018	13/08/2018	12/08/2019	R\$ 1.981.102,56	RIO DE JANEIRO	RJ
FUNDEPAR	22.112.109/0001-53	Nº 847/2018	17/12/2018	17/12/2019	R\$ 685.561,44	CURITIBA	PR
FUNEAS-PR	24.039.073/0001-55	Nº 092/2019	29/03/2019	29/03/2020	R\$ 69.162,00	CURITIBA	PR
IBAMA-GO	03.659.166/0009-60	Nº 04/2018	01/03/2018	28/02/2020	R\$ 428.943,72	GOIÂNIA	GO
IN	04.196.645/0001-00	Nº 16/2017	01/12/2017	01/12/2019	R\$ 4.635.612,48	BRASÍLIA	DF
INCRA-SC	00.375.972/0012-13	Nº 1000/2018	23/03/2018	22/11/2019	R\$ 654.629,16	SÃO JOSÉ	SC
INMET	00.396.895/0010-16	Nº 13/2014	21/11/2014	19/11/2019	R\$ 12.803.940,24	BRASÍLIA	DF
INMETRO-RJ	00.662.270/0003-20	Nº 26/2018	18/12/2018	17/12/2019	R\$ 34.376.747,76	DUQUE DE CAXIAS	RJ
ITCG-PR	07.941.148/0001-70	Nº 019/2018	01/01/2019	31/12/2019	R\$ 165.926,40	CURITIBA	PR
MF-RJ	00.394.460/0011-13	Nº 02/2018	02/02/2018	01/02/2020	R\$ 3.030.616,44	RIO DE JANEIRO	RJ
MF-RS-2	00.394.460/0021-95	Nº 01/2018	01/02/2018	31/01/2020	R\$ 1.339.473,60	PORTO ALEGRE	RS
MP-SE	26.989.715/0030-47	Nº 09/2017	18/04/2017	17/04/2020	R\$ 1.275.521,52	ARACAJU	SE
MT-DF	37.115.342/0001-67	Nº 30/2018	12/12/2018	11/12/2019	R\$ 904.953,96	BRASÍLIA	DF
PF-RS	00.394.494/0037-47	Nº 24/2018	01/07/2018	30/06/2019	R\$ 489.771,84	PORTO ALEGRE	RS
PF-SP-ARAÇATUBA	00.394.494/0040-42	Nº 46/2016	26/12/2016	26/12/2019	R\$ 342.940,80	ARAÇATUBA	SP
PF-SP-ARARAQUARA	00.394.494/0040-42	Nº 47/2016	26/12/2016	26/12/2019	R\$ 339.265,92	ARARAQUARA	SP
PF-SP-CAPITAL	00.394.494/0040-42	Nº 45/2016	26/12/2016	26/12/2019	R\$ 12.770.327,52	SÃO PAULO	SP
PF-SP-MARILIA	00.394.494/0040-42	Nº 51/2016	26/12/2016	26/12/2019	R\$ 336.132,48	MARÍLIA	SP
PF-SP-P.PRUDENTE	00.394.494/0040-42	Nº 53/2016	26/12/2016	26/12/2019	R\$ 346.279,68	RESIDENTE PRUDENTE	SP
PF-SP-S.J.CAMPOS	00.394.494/0040-42	Nº 55/2016	26/12/2016	26/12/2019	R\$ 298.639,32	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
PRF-RS-2	00.394.494/0114-13	Nº 01/2017	29/03/2017	28/03/2020	R\$ 1.710.474,00	PORTO ALEGRE	RS
PRF-RS-3	00.394.494/0114-13	Nº 09/2018	12/06/2018	23/09/2019	R\$ 380.949,48	PORTO ALEGRE	RS
PRF-SC	00.394.494/0120-61	Nº 17/2015	23/11/2015	04/12/2019	R\$ 361.173,60	FLORIANÓPOLIS	SC
PR-SC-FLORIANOPOLIS	26.989.715/0029-23	Nº 37/2016	24/10/2016	23/10/2019	R\$ 1.035.945,36	FLORIANÓPOLIS	SC
PR-SC-JLL	26.989.715/0029-23	Nº 38/2016	24/10/2016	23/10/2019	R\$ 174.053,88	FLORIANÓPOLIS	SC
PR-SC-SMO	26.989.715/0029-23	Nº 39/2016	01/11/2016	31/10/2019	R\$ 119.750,04	FLORIANÓPOLIS	SC



PR-SC-TUBARAO	26.989.715/0029-23	Nº 40/2016	03/10/2016	02/10/2019	R\$ 111.844,32	FLORIANÓPOLIS	SC
RTVE-PR	80.234.537/0001-55	Nº 181/2019	01/04/2019	31/03/2020	R\$ 833.391,96	CURITIBA	PR
SEBRAE-SC	82.515.859/0001-06	Nº 041/2016	23/02/2017	24/02/2020	R\$ 1.573.423,20	FLORIANÓPOLIS	SC
SEMA-PR	68.621.671/0001-03	Nº 09/2018	02/01/2019	31/12/2019	R\$ 399.519,12	CURITIBA	PR
SENADO FEDERAL 2	00.530.279/0001-15	Nº 041/2014	30/06/2014	29/06/2019	R\$ 34.762.013,64	BRASÍLIA	DF
SENADO FEDERAL-5	00.530.279/0001-15	Nº 6652/2018-39	10/09/2018	09/09/2019	R\$ 651.534,96	BRASÍLIA	DF
SENADO FEDERAL-6	00.530.279/0001-15	Nº 065/2015	01/07/2015	30/06/2019	R\$ 7.446.202,80	BRASÍLIA	DF
SENADO FEDERAL-7	00.530.279/0001-15	Nº 2015/0072	01/09/2015	30/07/2019	R\$ 795.612,60	BRASÍLIA	DF
SENADO FEDERAL-8	00.530.279/0001-15	Nº 25/2017	03/05/2017	19/05/2019	R\$ 6.142.565,52	BRASÍLIA	DF
SESP-PR	76.416.932/0001-81	Nº 1007/2018	05/12/2018	04/12/2019	R\$ 305.511,48	CURITIBA	PR
SESP-PR-2	76.416.932/0001-81	Nº 1018/2018	11/12/2018	10/12/2019	R\$ 1.294.916,40	CURITIBA	PR
SESP-PR-3	76.416.932/0001-81	Nº 100/2019	13/03/2019	13/03/2020	R\$ 473.186,76	CURITIBA	PR
SFA-SC	00.396.895/0030-60	Nº 01/2019	01/04/2019	31/03/2020	R\$ 684.762,72	SÃO JOSÉ	SC
SINE	05.509.770/0001-88	Nº 243/2013	01/10/2013	01/10/2019	R\$ 3.264.237,48	FLORIANÓPOLIS	SC
STJ	00.488.478/0001-02	Nº 53/2018	02/10/2018	02/06/2020	R\$ 1.517.254,56	BRASÍLIA	DF
TCU-DF-4	00.414.607/0001-18	Nº 41/2014	05/11/2014	04/11/2019	R\$ 2.034.088,20	BRASÍLIA	DF
TJ-MG-3	21.154.554/0001-13	Nº 467/2015	23/11/2015	21/11/2019	R\$ 16.169.574,24	BELO HORIZONTE	MG
TJ-MG-4	21.154.554/0001-13	Nº 392/2014	21/11/2014	20/11/2019	R\$ 11.166.146,28	BELO HORIZONTE	MG
TJ-MG-5	21.154.554/0001-13	Nº 407/2014	21/11/2014	20/11/2019	R\$ 78.092.712,00	BELO HORIZONTE	MG
TJ-MG-6	21.154.554/0001-13	Nº 285/2017	25/01/2018	24/01/2020	R\$ 702.119,76	BELO HORIZONTE	MG
TJ-MG-7	21.154.554/0001-13	Nº 136/2018	24/07/2018	23/07/2019	R\$ 30.105.212,76	BELO HORIZONTE	MG
TJ-MG-8	21.154.554/0001-13	Nº 012/2019	01/02/2019	31/01/2020	R\$ 23.209.999,92	BELO HORIZONTE	MG
TJ-MG-9	21.154.554/0001-13	Nº 018/2019	18/01/2019	18/01/2020	R\$ 13.056.652,32	BELO HORIZONTE	MG
TJ-RS-6	89.522.064/0001-66	Nº 166/2018-DEC	26/11/2018	23/10/2019	R\$ 325.597,80	PORTO ALEGRE	RS
TRF-PE	24.130.072/0001-11	Nº 041/2016	01/09/2016	31/12/2019	R\$ 428.048,76	RECIFE	PE
TRT-BA	02.839.639/0001-90	Nº 5099/2018	01/11/2018	25/09/2019	R\$ 1.638.859,80	SALVADOR	BA
TRT-PR	03.141.166/0001-16	Nº 16/2016	14/03/2016	13/03/2020	R\$ 197.786,40	CURITIBA	PR
TRT-SC-2	02.482.005/0001-23	Nº 13743/2018	26/11/2018	26/11/2019	R\$ 2.757.321,96	FLORIANÓPOLIS	SC
TST-DF-3	00.509.968/0001-48	Nº PE-046/2014	18/06/2014	06/07/2019	R\$ 414.398,76	BRASÍLIA	DF
TST-DF-4	00.509.968/0001-48	Nº PE-092/2018	10/01/2019	10/01/2020	R\$ 6.530.264,52	BRASÍLIA	DF
UFABC-SP-2	07.022.779/0001-06	Nº 018/2016	15/07/2016	15/07/2019	R\$ 4.445.147,52	SANTO ANDRÉ	SP
UFBA	15.180.714/0001-04	Nº 33/2016	30/05/2016	30/05/2019	R\$ 6.850.439,88	SALVADOR	BA
UFLA	22.078.679/0001-74	Nº 024/2018	01/11/2018	01/11/2019	R\$ 5.353.439,52	LAVRAS	MG
UFMG-1	17.217.985/0001-04	Nº 008/2016	04/05/2016	04/05/2019	R\$ 6.119.127,36	BELO HORIZONTE	MG
UFMG-2	17.217.985/0001-04	Nº 088/2019	11/03/2019	11/09/2021	R\$ 573.999,36	BELO HORIZONTE	MG
UFMS	15.461.510/0001-33	Nº 05/2017	30/03/2017	29/03/2020	R\$ 8.079.683,76	CAMPO GRANDE	MS
UFMS-2	15.461.510/0001-33	Nº 31/2018	25/06/2018	25/06/2019	R\$ 677.292,96	CAMPO GRANDE	MS
UFPE	24.134.488/0001-08	Nº 97/2017	18/11/2017	17/11/2019	R\$ 6.790.911,24	RECIFE	PE
UFRGS-2	92.969.856/0001-98	Nº 084/2018	22/11/2018	21/11/2019	R\$ 833.667,12	PORTO ALEGRE	RS

R\$ 624.199.661,88



**Comprovação da exigência constante do título 3.4.4 do Anexo III do Edital**

<b>VALOR ESTIMADO</b>	<b>R\$</b>	<b>99.255.348,62</b>	<b>16,66%</b>	<b>R\$ 16.535.941,08</b>
<b>CLL</b>	<b>R\$</b>	<b>30.853.886,11</b>		

**Comprovação da exigência constante do título 3.4.5.1 do Anexo III do Edital**

<b>patrimonio liquido</b>	<b>R\$</b>	<b>111.164.062,52</b>
<b>VALOR ESTIMADO</b>	<b>R\$</b>	<b>99.255.348,62</b>
<b>10%</b>	<b>R\$</b>	<b>9.925.534,86</b>

**Comprovação da exigência constante do título 3.2.5.2, do Anexo III do Edital**

<b>Valor total dos Contratos</b>	<b>R\$</b>	<b>624.199.661,88</b>
<b>1/12 avos do valor total de contratos</b>	<b>R\$</b>	<b>52.016.638,49</b>
<b>patrimonio liquido</b>	<b>R\$</b>	<b>111.164.062,52</b>

**Comprovação da exigência constante do título 3.4.5.2, do Anexo III do Edital**

**Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total dos contratos**

**firmados com a iniciativa privada e a/ou a administração Pública em relação a receita bruta discriminada na DRE**

**receita bruta - DRE 31/12/2017** **R\$** **550.770.540,40**

**Valor total de Contratos** **R\$** **624.199.661,88**

**Variação** **13%**

**JUSTIFICATIVAS:**

Esclarecemos que, a variação entre o total de contratos a receita bruta declarada no ano base 2017, é superior a 10%, em razão do incremento de novos contratos no exercício de 2018 e 2019.

Tal variação, não compromete a avaliação econômico financeira da Plansul em especial no que concerne ao item 3.4.5.2 do Edital, tendo em vista que o patrimonio liquido da Plansul é duas vezes superior a 1/12 avos dos compromissos assumidos no ano de 2019.

Rafael Beda Gualda  
Superintendente  
RG: 2678326-6  
CPF.: 932.194.409-59



RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 42200680379	CNPJ 78.533.312/0001-58
NOME EMPRESARIAL PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2017 a 31/12/2017
NATUREZA DO LIVRO LIVRO DIARIO	NÚMERO DO LIVRO 58
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 2D.E5.FB.2E.86.C0.BC.AA.99.AF.2C.61.B9.6B.04.09.06.E0.B6.9E	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador/Contabilista Responsável Pelo Termo de Verificação para Fins de Substituição da ECD	69332347972	MARISETE DIAS DE VARGAS SIMON: 69332347972	812698087035790810 2	01/09/2017 a 21/12/2019	Não
Administrador	13563351791	ROGERIO CRESPO GUALDA:13563351791 PLANSUL	166411800800513957	06/02/2017 a 06/02/2020	Sim
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	78533312000158	PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI: 13563351791	759343578000127101 5	26/01/2016 a 25/01/2019	Não
Contador	72236663900	JULIANA PAUPITZ SANTANGELO DE SOUZA:72236663900	915352379858308612 1	06/02/2017 a 06/02/2020	Não

NÚMERO DO RECIBO:

2D.E5.FB.2E.86.C0.BC.AA.99.AF.2C.  
61.B9.6B.04.09.06.E0.B6.9E-4

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO

em 19/06/2018 às 11:42:02

B8.CA.F6.61.63.50.DD.6D  
45.5E.F4.C1.E6.86.61.54

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo. A comprovação da autenticação dá-se por este recibo. Esta autenticação dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.





## TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017 CNPJ: 78.533.312/0001-58  
Número de Ordem do Livro: 58  
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

### TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
NIRE 42200680379  
CNPJ 78.533.312/0001-58  
Número de Ordem 58  
Natureza do Livro LIVRO DIARIO  
Município FLORIANOPOLIS  
Data do arquivamento dos atos constitutivos 21/09/1984  
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária  
Data de encerramento do exercício social 31/12/2017  
Quantidade total de linhas do arquivo digital 177653

### TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
Natureza do Livro LIVRO DIARIO  
Número de ordem 58  
Quantidade total de linhas do arquivo digital 177653  
Data de inicio 01/01/2017

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 2D.E5.FB.2E.86.C0.BC.AA.99.AF.2C.61.B9.6B.04.09.06.E0.B6.9E-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 1 de 2



## TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017 CNPJ: 78.533.312/0001-58  
Número de Ordem do Livro: 58  
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Data de término

31/12/2017



Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 2D.E5.FB.2E.86.C0.BC.AA.99.AF.2C.61.B9.6B.04.09.06.E0.B6.9E-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 2 de 2





## BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
 Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017 CNPJ: 78.533.312/0001-58  
 Número de Ordem do Livro: 58  
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017  
 Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO	R\$ 200.097.295,86	R\$ 222.681.411,68
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 116.101.590,91	R\$ 133.919.298,81
DISPONIBILIDADES	R\$ 82.409,67	R\$ 1.091.783,98
Caixa	R\$ 52.583,88	R\$ 91.365,00
Caixa Econômica Federal	R\$ 32.412,17	R\$ 1.012.793,36
(-) Banco do Brasil	R\$ (1.867,40)	R\$ (382,74)
Banco Bradesco S/A Ag:347/2657 c/c 0041907-9	R\$ 1,00	R\$ 1,00
Banco Santander S/A Ag: 155 c/c 000130027668	R\$ 29,90	R\$ 19,90
Banco Itaú S/A Ag: 0289 c/c: 10440-8	R\$ 1.522,57	R\$ 441,49
Banco Bradesco SA AG: 2657-3 CC: 0041909-5	R\$ (2.272,45)	R\$ 7,91
(-) Banco SAFRA Ag:06700 Cta: 014891-1	R\$ 0,00	R\$ (12.461,94)
FUNDOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 40.781.097,97	R\$ 50.556.720,18
CEF FIC Executivo RF LP	R\$ 624,00	R\$ 624,00
CEF FIC Especial RF LP	R\$ 5.266.814,02	R\$ 8.564.087,07
Banco Pottencial CDB CDI	R\$ 3.507.689,48	R\$ 1.652.600,73
INVEST PLUS BRADESCO AG:0347-6 CTA 41.907-9	R\$ 50.244,58	R\$ 0,00
BB AMPLO FIC FI RF LP C/C: 20420-X	R\$ 8.376.544,93	R\$ 13.859.311,52
Santander FIC FI Corporate REF DI Ag. 155 c/c 130027668	R\$ 2.203.350,74	R\$ 0,00
Santander FIC EMPRESAS Ag. 155 c/c 130027668	R\$ 6.768,87	R\$ 0,00
Santander Título de Capitalização	R\$ 260.000,00	R\$ 0,00
BB Curto Prazo Automático - c/c 20420-X	R\$ 15.486.613,25	R\$ 21.210.678,89
BRADESCO EMPRESAS FIC FI REF DI AG:2657 C/C 41907-9	R\$ 5.622.448,10	R\$ 4.520.353,12
Santander CONTAMAX EMPRESARIAL ; AG 0155 C/C 13-002766-8	R\$ 0,00	R\$ 287,46
INVEST FÁCIL BRADESCO - AG 2657 C/C 41907-9	R\$ 0,00	R\$ 2.161,52
FDO DE INVESTIMENTO EXE SAFRA - AG 6700 C/C 014891-1	R\$ 0,00	R\$ 746.615,87
CLIENTES	R\$ 20.818.184,57	R\$ 26.629.752,52
CARGO DUTRA II	R\$ 6.715,17	R\$ 0,00
CEF RJ 9	R\$ 33.731,34	R\$ 2.542,52
DNIT RS	R\$ 10.410,61	R\$ 10.410,61
ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S/A	R\$ 115.174,96	R\$ 0,00
HOSPITAL RS-5	R\$ 390.567,61	R\$ 390.567,61

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 2D.E5.FB.2E.86.C0.BC.AA.99.AF.2C.61.B9.6B.04.09.06.E0.B6.9E-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 1 de 13

33



## BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017 CNPJ: 78.533.312/0001-58  
Número de Ordem do Livro: 58  
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017  
Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
MF DF - SUP DE ADM DO MINISTERIO DA FAZE	R\$ 683.966,47	R\$ 683.966,47
SESAI	R\$ 1.902,88	R\$ 1.902,88
TJ MG	R\$ 185.891,60	R\$ 206.227,34
CARGO DUTRA III	R\$ 0,00	R\$ 19.064,79
HOSPITAL RS 3	R\$ 191.486,87	R\$ 191.486,87
MC SP Ministério da Cultura	R\$ 1.924,31	R\$ 1.924,31
CAMARA FEDERAL	R\$ 8.756.262,37	R\$ 5.962.918,41
FIOCRUZ RJ	R\$ 0,00	R\$ 2.141.418,27
INMET DF	R\$ 0,00	R\$ 847.469,47
IPEA DF	R\$ 1.003.788,06	R\$ 3.203,69
CEF RJ 7	R\$ 4.418,21	R\$ 7.409,93
IPRAJ BA	R\$ 2.280,81	R\$ 2.280,81
PR SC - PROC DA REPUBLICA EM SC	R\$ 0,00	R\$ 149.766,41
BB ES	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
CEF BH	R\$ 965.000,00	R\$ 965.000,00
TCU DF	R\$ 0,00	R\$ 96.700,11
MEC DF	R\$ 0,00	R\$ 1.100.254,42
ARCADIS LOGOS	R\$ 16.622,72	R\$ 17.204,51
BB SC	R\$ 0,00	R\$ 20.319,03
HOSPITAL RS 6 E 7	R\$ 1.431.603,54	R\$ 1.431.603,54
ANAC DF,RS - AGENCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 18.090,39
HOSPITAL RS 2	R\$ 503.441,04	R\$ 503.441,04
JF SP	R\$ 29.145,05	R\$ 26.901,97
TJ RS	R\$ 2.957,46	R\$ 2.957,46
TST DF	R\$ 95.265,10	R\$ 3.818,14
MP-SE	R\$ 0,00	R\$ 133.723,50
Crédito Emitido e Não-Recebido	R\$ 3.802.333,25	R\$ 3.802.333,25
CEF RJ5	R\$ 3.265,82	R\$ 3.265,82
SEBRAE SC Serv Apoio Peq Mic Empresa	R\$ 0,00	R\$ 5.510,96
SENADO FEDERAL	R\$ 32.301,08	R\$ 420.020,10
SANTUR Santa Catarina Turismo S/A	R\$ 12.255,65	R\$ 12.255,65
PRF RS Polícia Rodoviária Federal	R\$ 164.656,32	R\$ 2.197,01

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 2D.E5.FB.2E.86.C0.BC.AA.99.AF.2C.61.B9.6B.04.09.06.E0.B6.9E-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 2 de 13

34





**BALANÇO PATRIMONIAL**

Entidade: PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017 CNPJ: 78.533.312/0001-58  
Número de Ordem do Livro: 58  
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017  
Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
PMF SC - SEC MUNIC DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 330.488,28	R\$ 330.488,28
JF RS Justiça Federal Rio Grando do Sul	R\$ 173.000,61	R\$ 173.000,61
CEF SP 7	R\$ 747.748,06	R\$ 0,00
PROCEMPA - COMP DE PROC DE DADOS DO MUNI	R\$ 10.677,62	R\$ 10.677,62
SAMU Prefeitura Municipal de Porto Alegre	R\$ 8.264,20	R\$ 8.264,20
(-) Créditos a Identificar	R\$ (14.468,70)	R\$ (192.453,77)
SINE Secret Estado Assist Soc Trab Habit	R\$ 0,00	R\$ 687.556,95
PF RS Dept Polícia Federal RS	R\$ 448.049,02	R\$ 244.610,74
BB MG	R\$ 0,00	R\$ 26.349,19
AGU SP - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO	R\$ 6.570,18	R\$ 6.570,18
BB RS	R\$ 92,48	R\$ 0,00
UFABC	R\$ 0,00	R\$ 5.198,11
DRF SP - MARÍLIA	R\$ 7.437,32	R\$ 7.437,32
PF SP	R\$ 0,00	R\$ 1.873.568,49
ANATEL	R\$ 0,00	R\$ 1.291.979,94
BANRISUL	R\$ 0,00	R\$ 192.494,78
CEF SC 7	R\$ 0,00	R\$ 2.469,76
CEF SP 8	R\$ 193.170,78	R\$ 193.170,78
COBRA	R\$ 2.683,90	R\$ 238.955,84
DPF RJ	R\$ 0,00	R\$ 179.621,88
DRF FOZ	R\$ 375,13	R\$ 375,13
PRF SC	R\$ 13.153,31	R\$ 25.675,08
TRE CE	R\$ 0,00	R\$ 943.313,45
TRF PE	R\$ 4.589,63	R\$ 0,00
UFBA	R\$ 0,00	R\$ 894.392,13
UFPR 3	R\$ 408.984,45	R\$ 267.878,55
ADIANTAMENTOS	R\$ 10.901.379,36	R\$ 11.690.812,65
Adiantamento de Salários	R\$ 2.322.882,23	R\$ 170,00
Adiantamento de Salário-Família	R\$ 25.321,05	R\$ 20.593,05
Adiantamento de Férias	R\$ 1.333.055,17	R\$ 2.732.510,21
Adiantamento para Sócio	R\$ 6.090.139,75	R\$ 8.642.966,26
Auxílio Maternidade	R\$ 4.435,64	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 2D.E5.FB.2E.86.C0.BC.AA.99.AF.2C.61.B9.6B.04.09.06.E0.B6.9E-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 3 de 13

35



## BALANÇO PATRIMONIAL

**Entidade:** PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
**Período da Escrituração:** 01/01/2017 a 31/12/2017 **CNPJ:** 78.533.312/0001-58  
**Número de Ordem do Livro:** 58  
**Período Selecionado:** 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017  
**Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício**

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
Antecipação RCT	R\$ 156.440,10	R\$ 0,00
Reabertura Lei 11941 (3926)	R\$ 882.317,36	R\$ 0,00
Reabertura Lei 11941 (3932)	R\$ 72.692,59	R\$ 79.900,44
Adiantamento a Fornecedor	R\$ 14.095,47	R\$ 16.642,39
Adesão ao PERT 2017 (5190)	R\$ 0,00	R\$ 198.030,30
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	R\$ 3.961.793,21	R\$ 11.995.597,57
PIS a Compensar	R\$ 333.690,91	R\$ 0,00
COFINS a Compensar	R\$ 1.541.160,17	R\$ 0,00
IRRF a Compensar	R\$ 856.602,23	R\$ 8.354.672,84
CSLL a Compensar	R\$ 143.743,82	R\$ 2.574.856,87
INSS a Compensar	R\$ 282.134,37	R\$ 1.066.067,96
PIS a Recuperar	R\$ 306.619,17	R\$ 0,00
(-) COFINS a Recuperar	R\$ 497.842,54	R\$ (0,10)
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	R\$ 819.420,54	R\$ 232.868,91
IPTU a Apropriar	R\$ 0,00	R\$ 116,91
Anuidades a Apropriar	R\$ 6.982,65	R\$ 2.623,21
Seguros a Apropriar	R\$ 13.747,84	R\$ 24.066,89
Juros a Apropriar	R\$ 776.189,36	R\$ 183.561,21
Serviços a Apropriar	R\$ 22.500,69	R\$ 22.500,69
DIREITOS DE CAUÇÃO	R\$ 57.380,46	R\$ 57.380,46
Cauções de Contratos	R\$ 20.071,86	R\$ 20.071,86
Cauções de Aluguel	R\$ 37.308,60	R\$ 37.308,60
GARANTIAS DE CONTRATOS	R\$ 33.501.803,51	R\$ 31.654.332,54
ANAC - CTA GARANTIA BB AG:1607-1 4200104756983	R\$ 2.344.112,96	R\$ 0,00
CEF BA - CTA VINCULADA - BCO: CEF AG: 1078 OP: 008 CTA: 46-2	R\$ 91.885,15	R\$ 0,00
TJ SC 1: BB CTA VINC AG 3425-8 CTA 5675-	R\$ 619,52	R\$ 619,52
TST DF: CTA VINCULADA AG. 4200-5 CTA 4300130371986	R\$ 45.683,73	R\$ 48.067,96
UFABC SP2: CTA VINCULADA/GARANTIA CTA 5811-4 E 600103812712	R\$ 1.328.623,60	R\$ 997.276,60
JF SP2: CTA VINCULADA	R\$ 27,04	R\$ 27,04
JF SE: CTA VINCULADA	R\$ 18.196,67	R\$ 19.127,07
NÃO UTILIZAR - IPEA/DF - CONTA VINCULADA	R\$ 2.678,36	R\$ 2.678,36

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 2D.E5.FB.2E.86.C0.BC.AA.99.AF.2C.61.B9.6B.04.09.06.E0.B6.9E-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 4 de 13

36



## BALANÇO PATRIMONIAL

**Entidade:** PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
**Período da Escrituração:** 01/01/2017 a 31/12/2017 **CNPJ:** 78.533.312/0001-58  
**Número de Ordem do Livro:** 58  
**Período Selecionado:** 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017  
**Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício**

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
CEF LIMP RS 4,5,6,7 CTA VINCULADA	R\$ 1.981.742,50	R\$ 2.767.760,07
CEF SP 7 - CTA VINCULADA AG.1078 CTA 50-0	R\$ 383.924,46	R\$ 378.722,15
JF SP - CTA VINCULADA/GARANTIA - CTA: 150-9/CTA:400122942414	R\$ 1.352.077,43	R\$ 1.546.358,73
CEF RJ 9 CTA VINCULADA - AG:1078 CTA: 51-9	R\$ 850.629,36	R\$ 991.139,69
TJ MG 1: CTA VINCULADA: CEF AG.0085 CTA.293-8	R\$ 2.354.908,33	R\$ 2.528.393,40
TJ MG 2: CTA VINCULADA: CEF AG.0085 CTA.294-6	R\$ 1.922.438,57	R\$ 2.094.290,32
TST DF 2 CTA GARANTIA AG:4200-5 CTA 4400104442801	R\$ 353.967,15	R\$ 242.089,73
CEF DF LIMP - CTA VINCULADA AG.1078 CTA 61-6	R\$ 244.870,74	R\$ 371.570,98
IPEA DF - CTA VINC. AG:2944 29315-6 - GARANTIA 1500105809329	R\$ 2.747.369,39	R\$ 104.557,42
CEF SC LIMP 6 - CTA VINCULADA AG. 1078 CTA 59-4/ 90-0	R\$ 363.585,06	R\$ 558.885,01
JF SP 4 - Conta Garantia Ag: 5905-6 Cta128384427	R\$ 817.466,67	R\$ 720.132,30
JF SP 3 - Conta Garantia AG: 5905-6 CTA:12838442 6	R\$ 629.533,18	R\$ 613.216,85
CEF SP 8 - CONT.VINC. AG: 1078 C/ 62-4 e 111-6	R\$ 3.535.627,59	R\$ 4.801.327,28
HOSPITAL RS 6/7 CTA VINCULADA AG: 3798-2 C/C: 3000105317159	R\$ 1.497,83	R\$ 1.497,83
TST DF 3 - CONTA VINCULADA AG.42005 CTA 3400129500569	R\$ 65.290,62	R\$ 95.538,98
CEF BH CTA VINCULADA AG: 1078 CTA 64-0	R\$ 508.393,76	R\$ 233.476,36
CEF CE 2 - CTA VINCULADA AG.1078 CONTA:63-2	R\$ 2.596.058,88	R\$ 0,00
ANP RJ CTA GARANTIA AG: 2234-9 CTA: 1900105694737	R\$ 1.988.343,21	R\$ 2.262.430,67
MEC DF 2 - CTA VINCULADA AG:1607 CTA:2300124500747	R\$ 201.418,47	R\$ 0,00
TJ MG 3: CTA VINCULADA CEF: AG: 0085 CTA: 326-8 E CTA 58-3	R\$ 486.516,77	R\$ 292.055,99
TJ MG 4: CTA VINCULADA CEF: AG: 0085 CTA: 328-4	R\$ 377.532,11	R\$ 231.475,45
TJ MG 5: CTA VINCULADA: CEF: AG: 0085 CTA: 327-6	R\$ 1.521.877,06	R\$ 1.434.275,49
TST DF CONTA VINCULADA NOVA AG:4200-5 CONTA: 2000127247941	R\$ 674.990,69	R\$ 655.810,21
ANS DF - CONTA GARANTIA AG 2234-9 CTA 1500121676631	R\$ 213.386,68	R\$ 296.262,03
MF RJ - CTA GARANTIA DEPÓSITO BB AG:2860 1700127999434	R\$ 469.584,07	R\$ 669.641,65
ANATEL PR - CTA GARANTIA Ag:1607 Cta:400109727428	R\$ 1.725.863,00	R\$ 1.968.319,35
INMET DF - CTA GARANTIA DÉPOSITO AG:1607-1 1500110814829	R\$ 785.086,12	R\$ 1.134.650,53
TRT PR - CTA VINCULADA AG:2931 CTA 22-6	R\$ 14.854,48	R\$ 27.538,25
UFMG CTA GARANTIA AG:3610 CTA:1800127795735	R\$ 58.762,78	R\$ 137.156,31

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 2D.E5.FB.2E.86.C0.BC.AA.99.AF.2C.61.B9.6B.04.09.06.E0.B6.9E-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 5 de 13

37



## BALANÇO PATRIMONIAL

**Entidade:** PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
**Período da Escrituração:** 01/01/2017 a 31/12/2017 **CNPJ:** 78.533.312/0001-58  
**Número de Ordem do Livro:** 58  
**Período Selecionado:** 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017  
**Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício**

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
UFBA CTA GARANTIA DEPÓSITO AG:3832 CTA 460013097491	R\$ 214.674,70	R\$ 330.365,13
UFPR 3 CTA GARANTIA AG:3793-1 CTA 260028602351	R\$ 103.248,59	R\$ 0,00
TRF PE CTA VINCULADA AG:1078 CTA 78-0	R\$ 21.778,88	R\$ 52.963,53
CEF SC 7 CTA VINCULADA AG: 1078 CONTA: 80-2	R\$ 50.241,25	R\$ 428.411,70
CEF PR 5 CTA VINCULADA AG: 1078 CONTA: 764-4	R\$ 52.436,10	R\$ 496.019,04
CEF SP 9 CTA VINCULADA AG:1078 CTA 83-7	R\$ 0,00	R\$ 430.250,58
FIOCRUZ RJ CTA GARANTIA AG: 2234 CTA: 1500122687630	R\$ 0,00	R\$ 261.160,58
CEF MS CTA VINCULADA AG:1078 CTA: 91-8	R\$ 0,00	R\$ 78.028,94
CEF MS 2 CTA VINCULADA AG:1078 CTA 93-4	R\$ 0,00	R\$ 22.636,02
PRF RS 2 CTA GARANTIA AG:3798-2 CTA 900119527319	R\$ 0,00	R\$ 121.821,50
UFMS CTA GARANTIA AG:2576-3 CTA:300105598307	R\$ 0,00	R\$ 361.606,30
TRE CE 1/2/3 CTA GARANTIA CTA 1200104546724/130012194222	R\$ 0,00	R\$ 309.321,16
MEC DF 3 - CTA GARANTIA AG: 1607 CTA 3100102057661	R\$ 0,00	R\$ 108.471,42
CEF RS 8 CTA VINCULADA AG: 1078 CTA: 99-3	R\$ 0,00	R\$ 46.787,68
SENADO 2 - CTA GARANTIA AG:1607 N° 200117321604	R\$ 0,00	R\$ 286.832,34
SENADO 8 - CTA GARANTIA AG:1607 N° 1400115153727	R\$ 0,00	R\$ 75.352,20
SENADO 5 - CTA GARANTIA AG:1607 N° 1800115153739	R\$ 0,00	R\$ 7.436,98
SENADO 6 - CTA GARANTIA AG:1607 N° 600120581313	R\$ 0,00	R\$ 12.535,75
SENADO 7 - CTA GARANTIA AG: 1607 N° 500130362809	R\$ 0,00	R\$ 8.012,10
OUTROS DIREITOS	R\$ 5.178.121,62	R\$ 0,00
Multa Ação Judicial nº 5020667-47.2013.4.04.7200	R\$ 5.178.121,62	R\$ 0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 83.995.704,95	R\$ 88.762.112,87
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 67.245.849,60	R\$ 72.047.442,97
Empréstimos Pessoas Jurídicas	R\$ 1.244.760,00	R\$ 1.244.760,00
EMPRESTIMOS PESSOAS LIGADAS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Emprestimos Sócios	R\$ 4.791.884,72	R\$ 0,00
CRÉDITOS	R\$ 58.420.664,78	R\$ 64.670.994,36
Reserva da Ação PIS/COFINS Cumulativo	R\$ 34.844.799,20	R\$ 39.261.187,59
INSS em Juízo	R\$ 143.828,04	R\$ 0,00
INSS INCRA em Juízo	R\$ 105.196,71	R\$ 0,00
Receita Federal	R\$ 15.311,09	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 2D.E5.FB.2E.86.C0.BC.AA.99.AF.2C.61.B9.6B.04.09.06.E0.B6.9E-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 6 de 13

38





**BALANÇO PATRIMONIAL**

Entidade: PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017 CNPJ: 78.533.312/0001-58  
Número de Ordem do Livro: 58  
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017  
Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
Ações Cíveis MP	R\$ 49.035,09	R\$ 49.035,09
Creditos PIS/COFINS Deferidos Ação Judicial	R\$ 23.262.494,65	R\$ 25.360.771,67
DEPÓSITOS RECURSAIS	R\$ 2.788.540,10	R\$ 6.131.688,62
Depósito Recursal Trabalhista	R\$ 8.347.104,68	R\$ 21.140.851,06
Depósito Recursal Trabalhista BACEN	R\$ 207.030,92	R\$ 353.391,23
(-) ( - ) Depósito Recursal Trabalhista - CEF	R\$ (5.765.595,50)	R\$ (15.362.553,67)
INVESTIMENTOS	R\$ 2.264.868,81	R\$ 2.264.868,81
IMÓVEIS	R\$ 2.264.868,81	R\$ 2.264.868,81
Imóveis para Investimento	R\$ 2.264.868,81	R\$ 2.264.868,81
ATIVO IMOBILIZADO	R\$ 19.669.398,81	R\$ 20.191.730,46
Máquinas e Equipamentos	R\$ 2.644.844,74	R\$ 2.799.062,82
Móveis e Utensílios	R\$ 238.861,79	R\$ 260.500,86
Veículos	R\$ 989.402,41	R\$ 989.402,41
Imóveis	R\$ 14.746.174,50	R\$ 14.746.174,50
Terrenos	R\$ 96.717,60	R\$ 96.717,60
Outras Imobilizações	R\$ 14.681,32	R\$ 14.681,32
Bens adquiridos através de Consórcios	R\$ 10.818,66	R\$ 357.293,16
Benfeitorias em Imóveis	R\$ 11.692,47	R\$ 11.692,47
Computador - Leasing	R\$ 660.883,52	R\$ 660.883,52
Equipamentos - Leasing	R\$ 255.321,80	R\$ 255.321,80
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	R\$ (5.184.412,27)	R\$ (5.741.929,37)
(-) (-) Dep Acumulada Máq e Equipamentos	R\$ (2.206.857,25)	R\$ (2.531.487,25)
(-) (-) Dep Acumulada Móveis e Utensílios	R\$ (136.133,16)	R\$ (142.700,16)
(-) (-) Dep Acumulada Veículos	R\$ (718.595,18)	R\$ (760.087,04)
(-) (-) Dep Acumulada Imóveis	R\$ (1.745.201,40)	R\$ (1.804.154,52)
(-) (-) Dep Acumulada Reavaliação Imóveis	R\$ (377.625,28)	R\$ (503.500,40)
PASSIVO	R\$ 200.097.295,86	R\$ 222.681.411,68
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 102.090.933,89	R\$ 103.065.409,70
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	R\$ 21.032.212,92	R\$ 19.960.524,22
Salários a Pagar	R\$ 16.494.492,17	R\$ 15.556.126,14
Rescisões a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 111.453,20
INSS a Recolher	R\$ 1.351.047,97	R\$ 1.261.161,02

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 2D.E5.FB.2E.86.C0.BC.AA.99.AF.2C.61.B9.6B.04.09.06.E0.B6.9E-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 7 de 13



**BALANÇO PATRIMONIAL**

Entidade: PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017 CNPJ: 78.533.312/0001-58  
Número de Ordem do Livro: 58  
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017  
Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
FGTS a Recolher	R\$ 2.798.948,94	R\$ 2.507.064,62
Pensão Alimentícia	R\$ 65.020,70	R\$ 42.965,29
Empréstimos Consignados em Folha	R\$ 322.703,14	R\$ 481.753,95
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	R\$ 5.426.593,96	R\$ 6.744.352,66
IRRF a Recolher	R\$ 3.271,35	R\$ 328,85
PIS/COFINS/CSLL a Recolher (Lei 10833/03)	R\$ 6.896,57	R\$ 2.196,55
ISS a Recolher	R\$ 35,64	R\$ 205,83
IRPJ a Pagar	R\$ 0,02	R\$ 1.989.759,03
CSLL a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 1.495.213,62
PIS NÃO-CUMULATIVO a Pagar	R\$ 299.034,02	R\$ 299.034,02
COFINS NÃO-CUMULATIVO a Pagar	R\$ 1.377.493,05	R\$ 1.377.493,05
PIS CUMULATIVO a Pagar	R\$ 390.448,97	R\$ 10.660,63
COFINS CUMULATIVO a Pagar	R\$ 1.803.120,89	R\$ 49.203,48
ISS a Pagar	R\$ 183.474,60	R\$ 96.519,37
IR RETIDO NA FOLHA	R\$ 1.362.818,85	R\$ 1.423.738,23
FORNECEDORES	R\$ 6.903.567,23	R\$ 4.842.385,44
ABIX TECNOLOGIA LTDA	R\$ 3.575,00	R\$ 0,00
AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL S.A.	R\$ 12.527,22	R\$ 6.476,12
AMPEMES MEDICINA DO TRABALHO LTDA - ME	R\$ 90,00	R\$ 0,00
BRADERCO SAUDE S/A	R\$ 126.773,25	R\$ 63.601,70
CENTRO DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA - EPP	R\$ 2.252,69	R\$ 1.948,14
COMERCIAL RIO CLARO LTDA - EPP	R\$ 1.479,14	R\$ 1.466,98
DELPHI CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - EPP	R\$ 600,00	R\$ 8.635,00
LOCALIZA RENT A CAR S/A	R\$ 9.490,95	R\$ 0,00
PACTUAL/LIMPAPEL RJ COMERCIO LTDA	R\$ 1.197.850,31	R\$ 1.351.725,79
PEREIRA COMERCIO LTDA	R\$ 0,00	R\$ 1.242,95
TELEALARME BRASIL LTDA - EPP	R\$ 208,90	R\$ 294,00
UNIMED	R\$ 35.734,81	R\$ 37.688,61
CORREIOS	R\$ 19.882,94	R\$ 0,00
ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A	R\$ 415,79	R\$ 440,83
SOMOS/UNISENIOR/JEP TECNOLOGIA LTDA	R\$ 16.997,10	R\$ 0,00
IDEAL/BUNZL HIGIENE E LIMPEZA LTDA	R\$ 24.618,95	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 2D.E5.FB.2E.86.C0.BC.AA.99.AF.2C.61.B9.6B.04.09.06.E0.B6.9E-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 8 de 13

40



## BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
 Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017 CNPJ: 78.533.312/0001-58  
 Número de Ordem do Livro: 58  
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017  
 Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
Outras Contas a Pagar	R\$ 180.514,52	R\$ 116.129,17
PANDÃO Uniformes	R\$ 151.067,14	R\$ 0,00
SALES Equipamentos Produtos Higiene	R\$ 0,00	R\$ 39.977,06
FORTPEL	R\$ 327.452,75	R\$ 0,00
PASSOFLEX Comercio de Calçados Ltda	R\$ 1.085,00	R\$ 0,00
LOCARMAIS Andaimos e Maquinas Ltda	R\$ 120,00	R\$ 1.666,00
SODEXO PASS DO BRASIL S/A	R\$ 8.061,64	R\$ 0,00
CAMILA CALÇADOS E UNIFORMES LTDA ME	R\$ 62.169,43	R\$ 57.405,90
TAF DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 0,00	R\$ 296,00
ALELO CIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES E SERVIÇOS	R\$ 3.590.072,63	R\$ 1.995.070,88
POTTENCIAL SEGURADORA S.A	R\$ 48.491,99	R\$ 28.866,50
TRIPAR BSB ADM DE CARTÕES LTDA	R\$ 567.145,84	R\$ 498.138,08
COMERCIAL ALVORADA PROD DE LIMPEZA LTDA	R\$ 1.826,49	R\$ 1.068,59
IMVEMA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	R\$ 778,40	R\$ 0,00
DIGITAL SYSTEMS SERVIÇOS	R\$ 896,64	R\$ 0,00
DISTRIBUIDORA GAÚCHA/CORDAS GAÚCHA DISTRIBUIDORA ME	R\$ 2.010,40	R\$ 163,20
DOMINIO SISTEMAS LTDA	R\$ 1.062,58	R\$ 0,00
Adiantamento de Cliente	R\$ 7.123,45	R\$ 7.123,45
ALEMÃO DAS ENCRADEREIRAS LTDA	R\$ 0,00	R\$ 297,00
ALERTE MAIS SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA ME	R\$ 0,00	R\$ 702,00
AQUINPEL SUP P/ ESCRITÓRIO E INFORMATICA E PAP EIRELI	R\$ 881,76	R\$ 2.191,52
AVIT/SERTECON ASSESSORIA CONTÁBIL EMPRESARIAL LTDA	R\$ 1.915,88	R\$ 2.003,24
BERNARDI MEDICINA OCUPACIONAL LTDA	R\$ 0,00	R\$ 70,00
BIOVET SERVIÇOS LTDA EPP	R\$ 0,00	R\$ 9.480,00
BS CARTUCHOS LTDA	R\$ 0,00	R\$ 844,50
CANDIDO COSTA CONTABILIDADE EIRELI EPP	R\$ 0,00	R\$ 468,50
CASAS DA AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO	R\$ 306,01	R\$ 0,00
CEDAMB MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 930,00	R\$ 0,00
CLINIPAN CLINIC PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	R\$ 21.258,91	R\$ 0,00
COPALIMPA PRODUTOS DE LIMPEZA UTILIDADES LTDA	R\$ 450,84	R\$ 0,00
CREMEST CLINICA DE SAÚDE OCUPACIONAL LTDA EPP	R\$ 0,00	R\$ 216,26

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 2D.E5.FB.2E.86.C0.BC.AA.99.AF.2C.61.B9.6B.04.09.06.E0.B6.9E-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 9 de 13

41



**BALANÇO PATRIMONIAL**

Entidade: PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 78.533.312/0001-58

Número de Ordem do Livro: 58

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
CRIMET MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA	R\$ 120,00	R\$ 0,00
DIMALI DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE LIMPEZA	R\$ 4.487,50	R\$ 0,00
EFICAZ SOLUÇÕES EM LIMPEZA	R\$ 0,00	R\$ 4.138,20
ELETRO WASH MAQUINAS DE LIMPEZA LTDA ME	R\$ 0,00	R\$ 280,00
FINO SABOR INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 16.775,00	R\$ 0,00
GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA	R\$ 0,00	R\$ 57.894,50
GUAREZI MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA	R\$ 2.557,36	R\$ 0,00
HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	R\$ 0,00	R\$ 2.961,60
HORIZONTE CONFECÇÃO DE UNIFORMES LTDA ME	R\$ 0,00	R\$ 2.891,00
J A ATACADISTA LTDA	R\$ 6.629,40	R\$ 0,00
JD TEODORO RELÓGIO DE PONTO EIRELI ME	R\$ 189,94	R\$ 3.130,04
JMALUCELLI SEGURADORA SA	R\$ 4.255,30	R\$ 5.231,82
KALUNGA COM E IND GRÁFICA LTDA	R\$ 385,68	R\$ 741,91
LARISSA PADILHA EPP	R\$ 262.988,31	R\$ 0,00
LBR CONFECÇÕES LTDA	R\$ 3.659,74	R\$ 4.659,20
LIDER COM DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	R\$ 0,00	R\$ 22.176,61
LOJAS DE DEPARTAMENTOS MILIUM LTDA	R\$ 159,90	R\$ 499,90
LOWNDES E SONS SA	R\$ 8.282,11	R\$ 0,00
MAX QUALITY COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA	R\$ 235,29	R\$ 597,41
MEDIC WORK SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	R\$ 0,00	R\$ 832,00
ODONTOPREV SA	R\$ 0,00	R\$ 543,30
PIAZZETA BOEIRA E LISOWSKI ADVOCACIA EMPRESARIAL	R\$ 1.384,74	R\$ 1.318,72
PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA E PAPELARIA LTDA	R\$ 0,00	R\$ 813,27
PRONTOMED ASSISTENCIA MEDICA E SEGURANÇA DO TRABALHO SS	R\$ 0,00	R\$ 80,00
RGN SOM ELÉTRICA E INFORMATICA LTDA	R\$ 5.300,00	R\$ 0,00
RHAITERS INFORMATICA LTDA	R\$ 0,00	R\$ 253,00
RIZO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - MULTIMP	R\$ 0,00	R\$ 3.809,00
ROCIO E GONCALVES DIST ART P ESCRITORIO LTDA	R\$ 0,00	R\$ 849,33
SANT MARTIN MODAS LTDA	R\$ 0,00	R\$ 20.584,80
SAÚDE ESCOLAR CLINICA MÉDICA LTDA	R\$ 858,00	R\$ 0,00
SAÚDE SIM LTDA	R\$ 154.402,29	R\$ 8.971,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 2D.E5.FB.2E.86.C0.BC.AA.99.AF.2C.61.B9.6B.04.09.06.E0.B6.9E-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 10 de 13

42





## BALANÇO PATRIMONIAL

**Entidade:** PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
**Período da Escrituração:** 01/01/2017 a 31/12/2017 **CNPJ:** 78.533.312/0001-58  
**Número de Ordem do Livro:** 58  
**Período Selecionado:** 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017  
**Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício**

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
SERTÃO COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 0,00	R\$ 10.710,02
TECKEX CONFECÇÕES DE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA ME	R\$ 0,00	R\$ 226.094,75
TSL TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE LEG/DOMINIO SISTEMAS LTDA	R\$ 0,00	R\$ 1.062,58
VR BENEFICIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO LTDA	R\$ 0,00	R\$ 221.389,33
WELTON MOREIRA DA SILVA ME	R\$ 2.777,32	R\$ 3.394,18
WIKTEL SERVIÇOS DE TELECOM LTDA	R\$ 0,00	R\$ 780,00
CONTAS A PAGAR	R\$ 441.154,38	R\$ 480.012,05
Energia Elétrica a Pagar	R\$ 7.516,66	R\$ 7.047,72
Água e Esgoto a Pagar	R\$ 1.798,28	R\$ 1.240,37
Telefone a Pagar	R\$ 6.658,28	R\$ 12.369,00
Assinaturas e Periódicos a Pagar	R\$ 3.541,46	R\$ 715,95
Aluguéis a Pagar	R\$ 70.526,88	R\$ 69.011,64
Condomínios a Pagar	R\$ 37.887,89	R\$ 31.911,71
Seguros a Pagar	R\$ 4.760,82	R\$ 2.559,44
IPTU a Pagar	R\$ 13.917,18	R\$ 0,00
Leasing a Pagar	R\$ 294.546,93	R\$ 28.526,89
Consórcios a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 226.190,14
Fundação Oswaldo Cruz	R\$ 0,00	R\$ 49.459,59
Hospital de Clínicas da UFPR	R\$ 0,00	R\$ 50.979,60
CONTRATOS DE REEMBOLSO	R\$ 0,00	R\$ 790.922,84
CEF	R\$ 0,00	R\$ 790.922,84
EMPRESTIMOS CURTO PRAZO	R\$ 29.570.988,16	R\$ 34.767.384,90
(-) CEF CONTA GARANTIA AG:1078 CTA: 2530-8	R\$ 3.001.439,99	R\$ (9.556,84)
Empréstimo Bancário - Curto Prazo - SANTANDER S.A	R\$ 3.961.153,80	R\$ 0,00
Empréstimo Bancários - Curto Prazo - BANCO DO BRASIL S.A	R\$ 15.000.000,00	R\$ 21.363.636,36
Empréstimo Bancário - Curto Prazo - BANCO BRADESCO SA	R\$ 7.608.394,37	R\$ 8.536.840,00
Empréstimo Bancário - Curto Prazo - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	R\$ 0,00	R\$ 3.376.465,38
Empréstimo Bancário - Curto Prazo - BANCO SAFRA	R\$ 0,00	R\$ 1.500.000,00
OBRIGAÇÕES PREVISTAS	R\$ 38.611.905,34	R\$ 34.961.197,06
Férias c/ 1/3 a pagar	R\$ 27.569.610,90	R\$ 24.499.942,32
INSS a pagar s/ Férias	R\$ 7.730.955,86	R\$ 6.861.121,11

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 2D.E5.FB.2E.86.C0.BC.AA.99.AF.2C.61.B9.6B.04.09.06.E0.B6.9E-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 11 de 13

43



**BALANÇO PATRIMONIAL**

Entidade: PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017 CNPJ: 78.533.312/0001-58  
Número de Ordem do Livro: 58  
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017  
Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
FGTS a pagar s/ Férias	R\$ 2.205.502,87	R\$ 1.959.795,72
INSS CRB	R\$ 1.105.835,71	R\$ 1.640.337,91
PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS	R\$ 12.423,84	R\$ 444.404,76
Parcelamento Lei 11941 (1279)	R\$ 0,00	R\$ 222.591,24
Parcelamento Lei 11941 (1285)	R\$ 2.242,32	R\$ 2.242,32
Parcelamento Trabalhista	R\$ 10.181,52	R\$ 10.181,52
Parcelamento Lei 11941 (3926)	R\$ 0,00	R\$ 209.389,68
PARCELAMENTO	R\$ 92.088,06	R\$ 74.219,77
Parcelamento ISS	R\$ 92.088,06	R\$ 74.219,77
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 3.123.428,88	R\$ 8.451.945,46
PARCELAMENTOS	R\$ 2.075.978,87	R\$ 3.630.487,13
Parcelamento Lei 11941 (1279)	R\$ 1.745.075,82	R\$ 1.299.893,34
RECEITA FEDERAL: TRABALHISTA	R\$ 37.786,76	R\$ 27.605,24
PARCELAMENTO ISS	R\$ 277.861,37	R\$ 213.528,29
Parcelamento Lei 11941 (1285)	R\$ 15.254,92	R\$ 13.012,60
Parcelamento Lei 11941 (3626)	R\$ 0,00	R\$ 2.076.447,66
EMPRÉSTIMOS LONGO PRAZO	R\$ 0,00	R\$ 3.066.666,67
Empréstimos Bancários - Longo Prazo	R\$ 0,00	R\$ 3.066.666,67
OUTRAS CONTAS	R\$ 1.047.450,01	R\$ 1.754.791,66
Leasing a Pagar	R\$ 25.737,04	R\$ 0,00
Contencioso Processo CPRB	R\$ 1.021.712,97	R\$ 1.754.791,66
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 94.882.933,09	R\$ 111.164.062,52
CAPITAL SOCIAL	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.000.000,00
Capital Social Subscrito	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.000.000,00
RESERVA DE LUCROS	R\$ 43.476.876,13	R\$ 62.205.569,29
Reserva de Lucros	R\$ 43.476.876,13	R\$ 62.205.569,29
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	R\$ 13.715.685,83	R\$ 13.715.635,83
Avaliação Patrimonial	R\$ 13.715.685,83	R\$ 13.715.685,83
PREJUÍZOS ACUMULADOS	R\$ 306.997,79	R\$ 306.997,79
Ajustes do Exercício	R\$ 672,56	R\$ 672,56
Ajustes de Exercícios Anteriores	R\$ 306.325,23	R\$ 306.325,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 31.333.916,82	R\$ 31.333.916,82

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 2D.E5.FB.2E.86.C0.BC.AA.99.AF.2C.61.B9.6B.04.09.06.E0.B6.9E-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 12 de 13

44



## BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017 CNPJ: 78.533.312/0001-58  
Número de Ordem do Livro: 58  
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017  
Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
Reserva Incentivos Tributários	R\$ 31.333.916,82	R\$ 31.333.916,82
(-) AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ 1.049.456,52	R\$ (1.398.107,21)
(-) Ajuste de Exercícios Anteriores	R\$ 1.049.456,52	R\$ (1.398.107,21)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 2D.E5.FB.2E.86.C0.BC.AA.99.AF.2C.61.B9.6B.04.09.06.E0.B6.9E-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 13 de 13

45



# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



**Entidade:** PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
**Período da Escrituração:** 01/01/2017 a 31/12/2017 **CNPJ:** 78.533.312/0001-58  
**Número de Ordem do Livro:** 58  
**Período Selecionado:** 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017  
**Balanco Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício**

Descrição	Valor da última DRE	Valor
RECEITA BRUTA	R\$ 559.060.627,57	R\$ 550.770.540,40
RECEITA DE SERVIÇOS	R\$ 559.060.627,57	R\$ 550.770.540,40
(-) DEDUÇÕES	R\$ (67.393.659,69)	R\$ (64.948.469,50)
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	R\$ (67.393.659,69)	R\$ (64.948.469,50)
RECEITA LÍQUIDA	R\$ 491.666.967,88	R\$ 485.822.070,90
LUCRO BRUTO	R\$ 491.666.967,88	R\$ 485.822.070,90
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ (504.280.056,53)	R\$ (469.350.381,26)
(-) DESPESAS COM VENDAS	R\$ (480.859.094,70)	R\$ (446.274.298,68)
(-) OUTROS CUSTOS	R\$ (11.395.467,94)	R\$ (8.540.316,39)
(-) CUSTO MÃO DE OBRA	R\$ (469.463.626,76)	R\$ (437.733.982,29)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ (23.420.961,83)	R\$ (23.076.082,58)
(-) DESPESA TRABALHISTA	R\$ (14.058.833,69)	R\$ (13.528.997,53)
(-) DESPESAS GERAIS	R\$ (8.425.859,32)	R\$ (8.647.861,39)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	R\$ (936.268,82)	R\$ (899.223,66)
RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 15.683.237,41	R\$ 12.777.133,14
RECEITA FINANCEIRA	R\$ 6.372.382,33	R\$ 5.396.174,60
RECEITA COM JUROS	R\$ 1.165.198,55	R\$ 929.008,97
RECEITA DE AJUSTE AO VALOR PRESENTE	R\$ 8.145.656,53	R\$ 6.451.949,57
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ (11.459.622,06)	R\$ (8.920.757,97)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ (11.459.622,06)	R\$ (6.999.941,85)
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ (0,00)	R\$ (1.422.973,48)
(-) AJUSTES	R\$ (0,00)	R\$ (497.842,64)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	R\$ 21.073.838,18	R\$ 20.873.329,11
REVERSÃO DE DESPESAS	R\$ 21.068.806,42	R\$ 20.873.329,11
RECEITA COM ALUGUÉIS	R\$ 5.031,76	R\$ 0,00
RESULTADO OPERACIONAL	R\$ 12.684.364,88	R\$ 41.201.393,92
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	R\$ (3.445.260,19)	R\$ (2.736.711,80)
(-) DESPESA INDEDUTÍVEL	R\$ (3.445.260,19)	R\$ (2.736.711,80)
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	R\$ 9.239.104,69	R\$ 38.464.682,12
(-) PROVISÕES PARA IR E CSL	R\$ (6.662.306,91)	R\$ (11.944.104,24)
(-) PROVISÃO PARA IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	R\$ (6.662.306,91)	R\$ (11.944.104,24)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 2.576.797,78	R\$ 26.520.577,88

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 2D.E5.FB.2E.86.C0.BC.AA.99.AF.2C.61.B9.6B.04.09.06.E0.B6.9E-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 1 de 1

46





**Balanco Patrimonial do Exercício  
findo em 31 de dezembro de 2017**

	2016	2017
<b>ATIVO</b>	<b>200.097.295,86</b>	<b>222.681.411,68</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>116.101.590,91</b>	<b>133.919.298,81</b>
Disponibilidades	82.409,67	1.091.783,98
Fundos de Aplicação Financeira	40.781.097,97	50.556.720,18
Cientes	20.818.184,57	26.629.752,52
Adiantamentos	10.901.379,36	11.690.812,65
Tributos e Contribuições a Compensar	3.961.793,21	11.995.597,57
Despesas Pagas Antecipadamente	819.420,54	232.868,91
Outros Direitos	38.737.305,59	31.721.763,00
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>83.995.704,95</b>	<b>88.762.112,87</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	67.245.849,60	72.047.442,97
Investimentos	2.264.868,81	2.264.868,81
Ativo Imobilizado	19.669.398,81	20.191.730,46
Depreciação Acumulada	(5.184.412,27)	(5.741.929,37)
<b>PASSIVO</b>	<b>200.097.295,86</b>	<b>222.681.411,68</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>102.090.933,89</b>	<b>103.065.403,70</b>
Obrigações Trabalhistas	21.032.212,92	19.960.524,22
Obrigações Tributárias	5.426.593,96	6.744.352,66
Fornecedores	6.903.567,23	4.842.385,44
Contas a Pagar	441.154,38	480.012,05
Empréstimo Curto Prazo	29.570.988,16	34.767.384,90
Obrigações Previstas	38.611.905,34	34.961.197,06
Parcelamentos Tributários	12.423,84	444.404,76
Parcelamento	92.088,06	74.219,77
Outras Contas	0,00	790.922,84
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.123.428,88</b>	<b>8.451.945,46</b>
Parcelamentos	2.075.978,87	3.630.487,13
Empréstimos Longo Prazo	0,00	3.066.666,67
Outras Contas	1.047.450,01	1.754.791,66
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>94.882.933,09</b>	<b>111.164.062,52</b>
Capital Social	5.000.000,00	5.000.000,00
Reserva de Lucros	43.476.876,13	62.205.569,29
Reserva de Contingencia	31.333.916,82	31.333.916,82
Ajuste Exercício Anterior	1.356.454,31	(1.091.109,42)
Avaliação Patrimonial	13.715.685,83	13.715.685,83

*[Handwritten signature]*



**Demonstração do Resultado do Exercício**  
**findo em 31 de dezembro de 2017**

	2016	2017
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>559.060.627,57</b>	<b>550.770.540,40</b>
<b>(-) DEDUÇÃO RECEITA BRUTA</b>		
Deduções da Receita Bruta	(67.393.659,69)	(64.948.469,50)
<b>(=) RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>491.666.967,88</b>	<b>485.822.070,90</b>
<b>(-) CUSTO SERVIÇO PRESTADO</b>	<b>(480.859.094,70)</b>	<b>(446.274.298,68)</b>
<b>(=) LUCRO BRUTO</b>	<b>10.807.873,18</b>	<b>39.547.772,22</b>
<b>(-) DESPESAS</b>		
Despesas Trabalhistas	(14.058.833,69)	(13.528.997,53)
Despesas Gerais	(8.425.859,32)	(8.647.861,39)
Despesas Tributárias	(936.268,82)	(899.223,66)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	29.934.401,31	16.215.801,19
<b>(+/-) RESULTADO INVESTIMENTOS</b>		
<b>(=) RESULTADO ANTES DA DESPESA/REC FINANCEIRA</b>	<b>14.326.344,42</b>	<b>32.687.490,83</b>
<b>(+/-) DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Receitas Financeiras	6.372.382,33	12.777.133,14
Despesas Financeiras	(11.459.622,06)	(6.999.941,85)
<b>(=) RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS S/ LUCRO</b>	<b>9.239.104,69</b>	<b>38.464.682,12</b>
<b>(-) DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		
IRPJ	(5.086.820,95)	(8.720.314,87)
CSLL	(1.575.485,96)	(3.223.789,37)
<b>(=) RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES</b>	<b>2.571.766,02</b>	<b>26.520.577,88</b>



**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido  
do Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

<b>PATRIMONIO LÍQUIDO</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reserva de Lucros</b>	<b>Reserva de Contingencia</b>	<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Ajuste de Exercício Anterior</b>	<b>Total do PL</b>
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>5.000.000,00</b>	<b>43.476.876,13</b>	<b>31.333.916,82</b>	<b>13.715.685,83</b>	<b>1.356.454,31</b>	<b>94.882.933,09</b>
Lucro do Exercício	0,00	26.520.577,88	0,00	0,00	0,00	26.520.577,88
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste Exercício Anterior	0,00	(4.791.884,72)	0,00	0,00	(2.447.563,73)	(7.239.448,45)
Reserva Inc. Tributário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	(3.000.000,00)	0,00	0,00	0,00	(3.000.000,00)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>5.000.000,00</b>	<b>62.205.569,29</b>	<b>31.333.916,82</b>	<b>13.715.685,83</b>	<b>(1.091.109,42)</b>	<b>111.164.062,52</b>

*X*



**Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício  
findo em 31 de dezembro de 2017**

	2016	2017
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>2.576.797,78</b>	<b>26.520.577,88</b>
<b>Ajustes por</b>		
Depreciação e Amortização	271.030,59	374.276,22
(+/-) Outras Receitas e Despesas não geradoras de caixa	(16.616.626,98)	(12.751.440,81)
<b>Caixa Gerado pelo lucro</b>	<b>(13.768.798,61)</b>	<b>14.143.413,29</b>
<b>Variação no Ativo Circulante</b>		
(Aumento)/Redução em Clientes	49.257.410,50	(5.811.567,95)
(Aumento)/Redução em Adiantamentos	(6.043.637,51)	2.210.566,71
(Aumento)/Redução em Tributos e Contribuições a Compensar	(3.065.791,78)	(8.033.804,36)
(Aumento)/Redução em Despesas Pagas Antecipadamente	1.440.432,61	586.551,63
(Aumento)/Redução em Direitos de Caução	(12.000,00)	-
(Aumento)/Redução em Garantias de Contratos	(7.192.035,53)	1.837.420,97
(Aumento)/Redução em Outros Direitos	7.664.146,03	5.178.121,62
<b>Total Variação Ativo Circulante</b>	<b>42.048.524,32</b>	<b>(4.032.711,38)</b>
<b>Variação no Passivo Circulante</b>		
Aumento/(Redução) em Obrigações Trabalhistas	(5.285.432,44)	(1.071.688,70)
Aumento/(Redução) em Obrigações Tributárias	2.403.296,36	1.317.758,70
Aumento/(Redução) em Fornecedores	460.317,91	(2.061.181,79)
Aumento/(Redução) em Contas a Pagar	(14.755,72)	38.857,67
Aumento/(Redução) em Contratos de Reembolso	-	790.922,84
Aumento/(Redução) em Obrigações Previstas	(1.871.209,79)	(3.650.708,28)
Aumento/(Redução) em Parcelamentos Tributários	(212.409,72)	431.980,92
Aumento/(Redução) em Empréstimos Curto Prazo	(2.420.243,03)	5.196.396,74
Aumento/(Redução) em Parcelamentos	27.754,98	414.112,72
Aumento/(Redução) em Ob. Com Pessoas Ligadas	(29.219,60)	-
<b>Total Variação Passivo Circulante</b>	<b>(6.941.901,05)</b>	<b>1.406.450,82</b>
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>21.337.824,66</b>	<b>11.517.152,73</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>		
Aquisição Ativo Imobilizado	(76.910,20)	(522.331,65)
Empréstimos Realizados	-	-
Depósitos Judiciais	(12.741.304,06)	(20.986.354,46)
Recuperação de Depósitos Judiciais	9.952.763,96	17.643.205,94
<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimento</b>	<b>(2.865.450,30)</b>	<b>(3.865.480,17)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos</b>		
Aumento de Capital	-	-
Parcelamentos	-	-
Aquisição de Empréstimos e Financiamentos	84.049.734,37	6.133.333,34
Baixa de Empréstimos e Financiamentos	(100.431.131,20)	-
Empréstimo Pessoas Ligadas	-	-
Pagamento Dividendos	(5.000.000,00)	(3.000.000,00)
<b>Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos</b>	<b>(21.381.396,83)</b>	<b>3.133.333,34</b>
<b>Aumento/(Redução) do Caixa e Equivalentes</b>	<b>(2.909.022,47)</b>	<b>10.785.005,90</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa INICIAL</b>	<b>43.772.530,11</b>	<b>40.863.507,64</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa FINAL</b>	<b>40.863.507,64</b>	<b>51.648.513,54</b>
<b>Variação de Caixa e Equivalentes no Período</b>	<b>(2.909.022,47)</b>	<b>10.785.005,90</b>

50





**Demonstração da Situação Financeira do Exercício  
findo em 31 de dezembro de 2017**

<b>LG Índice Liquidez Geral</b>	<b><u>Ativo Circulante + Realizável a LP</u></b> <b><u>Passivo Circulante + Exigível a LP</u></b>
---------------------------------	--

$$\text{LG Índice Liquidez Geral} = \frac{133.919.298,81 + 72.047.442,97}{103.065.403,70 + 8.451.945,46} = \frac{205.966.741,78}{111.517.349,16} = 1,8469$$

<b>LC Índice Liquidez Corrente</b>	<b><u>Ativo Circulante</u></b> <b><u>Passivo Circulante</u></b>
------------------------------------	--

$$\text{LC Índice Liquidez Corrente} = \frac{133.919.298,81}{103.065.403,70} = 1,2993$$

<b>SG Solvência Geral =</b>	<b><u>Ativo Total</u></b> <b><u>Passivo Circulante + Exigível a LP</u></b>
-----------------------------	---

$$\text{SG Solvência Geral} = \frac{222.681.411,68}{103.065.403,70 + 8.451.945,46} = \frac{222.681.411,68}{111.517.349,16} = 1,9968$$

<b>ET Endividamento Total</b>	<b><u>Passivo Exigível</u></b> <b><u>Ativo Total</u></b>
-------------------------------	---

$$\text{ET Endividamento Total} = \frac{111.517.349,16}{222.681.411,68} = 0,5007$$

<b>GCT Garantia de capital de Terceiros</b>	<b><u>Patrimônio Líquido</u></b> <b><u>Exigibilidades</u></b>
---	--

$$\text{GCT Garantia de capital de Terceiros} = \frac{111.164.062,52}{111.517.349,16} = 0,9968$$

51



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício  
Findo em 31 de dezembro de 2017

**NOTA 1: CONTEXTO OPERACIONAL**

A PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI atua desde 1984 na prestação de serviços especializados para empresas públicas e privadas. Exerce atividade na área Fornecimento e Gestão de Recursos Humanos Para Terceiros, Elaboração e Implantação de Cadastro Técnico Municipal, Organização de Sistemas Administrativos, Planejamento Urbano e Regional, Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Processamento de Dados, Serviços de Digitação e Digitalização, Atividades dos Serviços de Tecnologia da Informação, Tratamento de Dados, Hospedagem na Internet, Limpeza e Conservação, Prestação de Serviços de Locação de Mão de Obra, Serviços de Escritório e Apoio Administrativo, Instalação de Maquinas e Equipamentos, Manutenção e Reparação de Máquinas e Equipamentos, Instalações Elétricas, Hidráulicas em Construção, Atividades de Teletendimento, Operação de Telemarketing, Pesquisa de Mercado e Opinião Pública, Atividades de Rádio, Atividades de Televisão, Prestação de Serviços na Área de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens, Atividade de Impressão, Serviços de Pré-Impressão e Acabamentos Gráficos, Edição de Livros, Jornais, Revistas

**NOTA 2: APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão apresentadas em Reais (R\$) e foram aprovadas pela administração em 30/03/2017. Os demonstrativos foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 11638/2007, o Pronunciamento Técnico PME de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e as Resoluções CFC nº 750/1993, 1255/2009 e 1282/2010.

**NOTA 3: AS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Elaboradas de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, de conformidade com a Legislação Societária e Normas Aplicáveis às Sociedades de Responsabilidade Limitada:

**(a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e Equivalentes de Caixa são investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos de aplicações e resgates. As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como Caixa e Equivalentes. Os demais investimentos, com vencimento superior a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em Fundos de Aplicação Financeira.

**(b) Contas a Receber**

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

**(c) Não-Circulante**

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como Não-Circulantes.

**(d) Imobilizado**

O imobilizado está registrado ao valor atualizado de mercado e todos os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

**(e) Receitas e Despesas**

A Empresa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como o reconhecimento das receitas, despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

**NOTA 4: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Os saldos de caixa e equivalentes da caixa estão assim representados:

Conta:	2016	2017
Caixa	52.583,88	91.365,00
Depósitos Bancários	29.825,79	1.000.418,98
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	40.781.097,97	50.556.720,18
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	40.863.867,64	51.648.504,16

**NOTA 5: CREDITOS DE CURTO PRAZO**

Os créditos de curto prazo representam os valores presente dos saldos de clientes, adiantamentos, tributos e contribuições a compensar, despesas pagas antecipadamente, direitos de caução, garantias de contratos e direitos, com realização não superior a 12 meses. Os saldos estão representados da seguinte forma:



Conta:	2016	2017
Cliente	20.818.184,57	26.629.752,52
Adiantamentos	10.901.379,36	11.690.812,65
Tributos e Contribuições a Compensar	3.961.793,21	11.995.597,57
Antecipação de Despesas	819.420,54	232.868,91
Direito de Caução	57.380,46	57.380,46
Garantias de Contratos	33.501.803,51	31.664.382,54
Outros Direitos	5.178.121,62	0,00
Total	75.238.083,27	82.270.794,65

#### **NOTA 6: ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO**

Os créditos de longo prazo representam os valores presentes nos saldos de empréstimos pessoas jurídicas, empréstimos pessoas físicas e créditos com realização superior a 12 meses. Os saldos estão representados da seguinte forma:

Conta:	2016	2017
Empréstimo Pessoa Jurídica	1.244.760,00	1.244.760,00
Empréstimo de Sócios	4.791.884,72	0,00
Créditos	61.209.204,88	64.670.994,35
Depósitos Recursais	2.788.540,10	6.131.688,62
Total	70.034.389,70	72.047.442,97

#### **NOTA 7: INVESTIMENTOS**

Representam a aquisição de bens e direitos com a finalidade de gerar resultados em atividades de investimento.

Conta:	2016	2017
Imóveis para Investimento	2.264.868,81	2.264.868,81

#### **NOTA 8: IMOBILIZADO**

Os valores de ativo imobilizado estão contabilizados pelo seu valor original de aquisição e ajustados a valor de mercado quando relevantes, com depreciação e amortização baseadas nas taxas abaixo relacionadas de acordo com vida útil econômica estimada:

Conta:	Valor Mercado 2017	Depreciação Acumulada 2017	Valor Residual 2017
Máquinas e Equipamentos	2.799.062,82	(2.531.487,25)	267.575,57
Móveis e Utensílios	260.500,86	(142.700,16)	117.800,70
Veículos	989.402,41	(760.087,04)	229.315,37
Imóveis	14.746.174,50	(1.804.154,52)	12.942.019,98
Terrenos	96.717,60	-	96.717,60
Benfeitorias em Imóveis	11.692,47	-	11.692,47
Bens - Consórcio	357.293,16	-	357.293,16
Computares - Leasing	660.883,52	-	660.883,52
Equipamentos - Leasing	255.321,80	-	255.321,80
Outras Imobilizações	14.681,32	-	14.681,32
Total	20.191.730,46	(5.238.428,97)	14.953.301,49

A Administração não verificou evidências claras na data do balanço patrimonial de desvalorização de ativos imobilizados. Diante disso, não foi identificada a necessidade de ajuste para Teste de Recuperabilidade e a constituição de *Provisão para Impairment* não foi realizada.

#### **NOTA 9: PASSIVO CIRCULANTE**

O passivo circulante é constituído do valor presente das obrigações de curto prazo (vencíveis até 12 meses) com salários e encargos, tributos, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

O montante do passivo circulante é assim representado:

Conta:	2016	2017
Obrigações Trabalhistas	21.032.212,92	19.960.524,22
Obrigações Tributárias	5.426.593,96	6.744.352,66



Fornecedores	6.903.567,23	4.842.385,44
Contas a Pagar	441.154,38	480.012,05
Outras Contas a Pagar	0,00	790.922,84
Empréstimo Curto Prazo	29.570.988,16	34.767.384,90
Obrigações Previstas	38.611.905,34	34.961.197,06
Parcelamentos Tributários	104.511,90	518.624,53
Total	102.090.933,89	103.065.403,70

#### **NOTA 10: PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

O passivo não circulante é constituído do valor presente das obrigações de longo prazo (vencíveis após 12 meses) com tributos, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

O montante do passivo circulante é assim representado:

Conta:	2016	2017
Parcelamentos	2.075.978,87	3.630.487,13
Empréstimos Bancários	0,00	3.066.666,67
Outras Contas	1.047.450,01	1.754.791,66
Total	3.123.428,88	8.451.945,46

#### **NOTA 11: PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O Capital Social é dividido em 5.000.000 (cinco milhões) quotas no valor de R\$ R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizado em moeda corrente nacional. A Reserva de Lucros está constituída por lucros retidos para evitar descapitalização da sociedade. Foram constituídas reservas de contingências referentes a utilização de créditos tributários baseados em tutelas antecipadas e decisões de direitos tributários a qual cabem recurso por parte do fisco. Na conta Ajuste de Exercícios Anteriores estão registrados os ajustes decorrentes de erro ou critério de avaliação em ativos e passivos que foram detectados no ano de 2017. A conta ajuste de avaliação patrimonial reflete os lançamentos contábeis decorrentes da avaliação de ativos e passivos não financeiros para a adequação dos seus valores a valor justo na forma da Lei 11.638/2007. Os saldos são apresentados abaixo:

Conta:	2016	2017
Capital Social	5.000.000,00	5.000.000,00
Reserva de Lucros	43.476.876,13	62.205.569,29
Reservas de Contingências	31.333.916,82	31.333.916,82
Ajuste de Avaliação Patrimonial	13.715.685,83	13.715.685,83
Ajuste Exercício Anterior	1.356.454,31	(1.091.109,42)
Total	94.882.933,09	111.164.062,52

#### **NOTA 12: RECEITA LÍQUIDA**

A receita líquida está constituída pelos valores referentes receita bruta apurada pelo regime de competência deduzido tributos sobre o faturamento e ajustes previstos na Lei nº 6.404/76

Conta:	2016	2017
Receitas de Serviços	559.060.627,57	550.770.540,40
( - ) Deduções da Receita Operacional	(67.393.659,69)	(64.948.469,50)
( = ) Receita Líquida	491.666.967,88	485.822.070,90

#### **NOTA 13: CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

O custo dos serviços prestados representa o montante dos custos incorridos no período, líquidos dos créditos tributários possíveis.

Conta:	2016	2017
Material Aplicado	11.395.467,94	8.540.316,39
Mão de Obra	469.463.626,76	437.733.982,29
Total	480.859.094,70	446.274.298,68

#### **NOTA 14: DESPESAS OPERACIONAIS**

Representam o montante de gastos incorridos no período necessários a manutenção da atividade operacional da entidade, líquido dos créditos tributários possíveis.

54





Conta:	2016	2017
Despesas Trabalhistas	14.058.833,69	13.528.997,53
Despesas Gerais	8.425.859,32	8.647.861,39
Despesas Tributárias	936.268,82	899.223,66
Total	23.420.961,83	23.076.082,58

#### **NOTA 15: OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

Representam o montante de receitas ou ganhos decorrentes de alienação do ativo imobilizado, e créditos tributários decorrentes de apuração de PIS e COFINS e referente a decisões judiciais, em caráter liminar ou definitiva.

Conta:	2016	2017
Reversão de Despesas	20.326.904,58	20.873.329,11
Ganho e Perda de Capital	5.031,76	0,00
Outras Receitas	8.887.558,37	20.873.329,11

#### **NOTA 16: ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDOS**

Representam o montante de receitas e despesas financeiras incorridas no período.

Conta:	2016	2017
Receitas Financeiras	6.372.382,33	5.396.174,60
Receita com Juros	1.165.198,55	929.008,97
Ajuste Valor Presente	8.145.656,53	6.451.949,57
Despesas Financeiras	(11.459.622,06)	(6.999.941,85)

#### **NOTA 17: CÁLCULO DO IRPJ E CSLL (2016)**

A provisão para IRPJ (imposto de renda da pessoa jurídica) e da CSLL (contribuição Social sobre Lucro líquido) apurados com base no lucro real trimestral, conforme as tabelas abaixo:

Conta IRPJ/CSLL:	1TR17	2TR17	3TR17	4TR17
Base da Cálculo do IRPJ/CSLL	0,00	2.045.761,74	4.363.688,34	29.410.431,78
IRPJ (15%)	0,00	306.864,26	654.553,25	4.411.564,77
Adicional de IRPJ (10% acima de R\$ 60.000,00)	0,00	198.576,17	430.368,83	2.935.043,18
Crédito PAT	0,00	(14.010,87)	(26.182,13)	(176.462,59)
IRPJ DEVIDO	0,00	491.429,56	1.058.739,95	7.170.145,36
CSLL 9%	0,00	184.118,56	392.731,95	2.646.938,86

Florianópolis, 31 de dezembro de 2017.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 17198/2018**

Certidão válida até 07/06/2019

Certificamos, em conformidade com a Resolução Normativa CFA nº 464/2015, que constam em nossos arquivos o(s) RCA(s) relacionados abaixo, em nome da empresa PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 78.533.312/0001-58 registro CRA-RJ nº 91-05160, tendo como responsável técnico(s) RODRIGO BEDA GUALDA, registro nº 02-44585, cujas atividades descritas nos ATESTADOS/DECLARAÇÕES que fazem parte integrante desta Certidão estão elencadas nas alíneas "a" e "b", do art. 2º, da Lei 4.769/65. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão Público ou Privado, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado que desabone ou comprove a falsidade dos referidos ATESTADOS/DECLARAÇÕES, cujo teor é de exclusiva responsabilidade de seus emitentes.

RCA nº 20181000100180 - Data - 30/04/2018

Contratante: AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS

Contrato nº 9048/2014-ANP-007.454

Data de Início: 09/09/2014

Prazo do Contrato: 08/09/2015

Valor do Contrato: R\$ 15.615.303,72

Descrição do Serviço: Serviços, de forma contínua, de apoio administrativo e serviços auxiliares.

Aditivo nº 20181000100180-1 - Data à 08/06/2018

Data de Início: 08/09/2015

Prazo do Contrato: 07/09/2016

Valor do Contrato: R\$ 14.702.575,08

Descrição do Serviço: Serviços, de forma contínua, de apoio administrativo e serviços auxiliares.

Aditivo nº 20181000100180-2 - Data à 08/06/2018

Data de Início: 08/09/2016

Prazo do Contrato: 07/09/2017

Descrição do Serviço: Serviços, de forma contínua, de apoio administrativo e serviços auxiliares.

Aditivo nº 20181000100180-3 - Data à 08/06/2018

Data de Início: 08/09/2016

Prazo do Contrato: 07/09/2017

Valor do Contrato: R\$ 15.054.716,72

Descrição do Serviço: Serviços, de forma contínua, de apoio administrativo e serviços auxiliares.

Aditivo nº 20181000100180-4 - Data à 08/06/2018

Data de Início: 07/09/2017

Prazo do Contrato: 07/09/2018

Valor do Contrato: R\$ 14.702.806,56

Descrição do Serviço: Serviços, de forma contínua, de apoio administrativo e serviços auxiliares.

36





**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ**

RCA nº 20151000100491 - Data - 06/10/2015

Contratante: Fundação Oswaldo Cruz

Contrato nº 010/2011

Data de Início: 01/10/2011

Prazo do Contrato: 01/10/2016

Valor do Contrato: R\$ 5.598.996,00

Descrição do Serviço: prestação de serviços especializados de apoio a tecnologia da informação e de apoio a gestão administrativa e gestão da informação e comunicação.

Aditivo nº 20151000100491-1 - Data à 06/10/2015

Data de Início: 01/10/2012

Prazo do Contrato: 01/10/2013

Valor do Contrato: R\$ 5.889.885,00

Descrição do Serviço: prestação de serviços especializados de apoio a tecnologia da informação e de apoio a gestão administrativa e gestão da informação e comunicação.

Aditivo nº 20151000100491-3 - Data à 06/10/2015

Data de Início: 01/10/2014

Prazo do Contrato: 01/10/2015

Valor do Contrato: R\$ 9.067.958,64

Descrição do Serviço: prestação de serviços especializados de apoio a tecnologia da informação e de apoio a gestão administrativa e gestão da informação e comunicação.

Aditivo nº 20151000100491-4 - Data à 06/10/2015

Data de Início: 01/10/2015

Prazo do Contrato: 01/10/2016

Valor do Contrato: R\$ 9.880.399,08

Descrição do Serviço: prestação de serviços especializados de apoio a tecnologia da informação e de apoio a gestão administrativa e gestão da informação e comunicação.

Aditivo nº 20151000100491-2 - Data à 06/10/2015

Data de Início: 02/10/2013

Prazo do Contrato: 02/10/2014

Valor do Contrato: R\$ 8.127.415,32

Descrição do Serviço: prestação de serviços especializados de apoio a tecnologia da informação e de apoio a gestão administrativa e gestão da informação e comunicação.

RCA nº 17089 - Data - 22/11/2010

Contratante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Contrato nº 2983/2005

Data de Início: 01/02/2008

Prazo do Contrato: 31/01/2010

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no lado direito da página.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.





**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ**

**Aditivo nº 17090 - Data à 22/11/2010**

**Data de Início: 26/09/2008**

**Prazo do Contrato: 25/09/2009**

**Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**

**Aditivo nº 17091 - Data à 22/11/2010**

**Data de Início: 01/02/2010**

**Prazo do Contrato: 31/01/2011**

**Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**

**RCA nº 16474 - Data - 02/06/2010**

**Contratante: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A**

**Contrato nº 15357**

**Data de Início: 01/11/2004**

**Prazo do Contrato: 31/10/2006**

**Valor do Contrato: R\$ 5.831.320,16**

**Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E EXPEDIENTE NAS DEPENDÊNCIAS DO ESCRITÓRIO CENTRAL DE FURNAS LOCALIZADO NA RUA REAL GRANDEZA, 219 - BOTAFOGO.**

**Aditivo nº 16475 - Data à 02/06/2010**

**Data de Início: 31/07/2006**

**Prazo do Contrato: 30/07/2007**

**Valor do Contrato: R\$ 112.108,00**

**Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E EXPEDIENTE NAS DEPENDÊNCIAS DO ESCRITÓRIO CENTRAL DE FURNAS LOCALIZADO NA RUA REAL GRANDEZA, 219 - BOTAFOGO.**

**Aditivo nº 16476 - Data à 02/06/2010**

**Data de Início: 01/11/2006**

**Prazo do Contrato: 31/10/2009**

**Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E EXPEDIENTE NAS DEPENDÊNCIAS DO ESCRITÓRIO CENTRAL DE FURNAS LOCALIZADO NA RUA REAL GRANDEZA, 219 - BOTAFOGO.**

**Aditivo nº 16477 - Data à 02/06/2010**

**Data de Início: 01/03/2009**

**Prazo do Contrato: 28/02/2010**

**Valor do Contrato: R\$ 158.000,00**

**Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E EXPEDIENTE NAS DEPENDÊNCIAS DO ESCRITÓRIO CENTRAL DE FURNAS LOCALIZADO NA RUA REAL GRANDEZA, 219 - BOTAFOGO.**

**Aditivo nº 16478 - Data à 02/06/2010**

**Data de Início: 30/10/2007**

**Prazo do Contrato: 29/09/2008**

**Valor do Contrato: R\$ 4.232.947,00**

**Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E EXPEDIENTE NAS DEPENDÊNCIAS**

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no lado direito da página.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.







CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ  
DO ESCRITÓRIO CENTRAL DE FURNAS LOCALIZADO NA RUA REAL GRANDEZA, 219 - BOTAFOGO.

Aditivo nº 16479 - Data à 02/06/2010

Data de Início: 30/06/2008

Prazo do Contrato: 29/06/2009

Valor do Contrato: R\$ 16.273,00

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E EXPEDIENTE NAS DEPENDÊNCIAS DO ESCRITÓRIO CENTRAL DE FURNAS LOCALIZADO NA RUA REAL GRANDEZA, 219 - BOTAFOGO.

RCA nº 015441 - Data - 30/07/2009

Contratante: COMLURB

Contrato nº 182/07

Data de Início: 11/10/2007

Prazo do Contrato: 10/10/2009

Valor do Contrato: R\$ 2.520.000,00

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEATENDIMENTO RECEPTIVO AO PÚBLICO E RECEPÇÃO.

RCA nº 13536 - Data - 06/03/2008

Contratante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Contrato nº S/N

Data de Início: 08/02/2007

Prazo do Contrato: 09/02/2009

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE ASCENSORISTAS, PORTARIA, COPA, RECEPÇÃO, TELEFONISTA E AJUDANTE DE CAMINHÃO.

Aditivo nº 17070 - Data à 17/11/2010

Data de Início: 05/12/2008

Prazo do Contrato: 07/02/2011

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE ASCENSORISTAS, PORTARIA, COPA, RECEPÇÃO, TELEFONISTA E AJUDANTE DE CAMINHÃO.

RCA nº 12841 - Data - 21/06/2007

Contratante: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Contrato nº 022/07

Data de Início: 01/04/2007

Prazo do Contrato: 29/06/2007

Valor do Contrato: R\$ 1.225.575,66

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EM DIVERSAS UNIDADES SENDO 169 FUNCIONÁRIOS NA ÁREA HOSPITALAR E 105 NA ÁREA ADMINISTRATIVA, TOTAL 334 FUNCIONÁRIOS.

RCA nº 12753 - Data - 24/05/2007

Contratante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no lado direito da página.

59





**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ**

**Contrato nº S/N**

**Data de Início: 01/02/2006**

**Prazo do Contrato: 01/02/2008**

**Valor do Contrato: R\$ 199.080,00**

**Descrição do Serviço: LIMPEZA, JARDINAGEM E CONTROLE BIOLÓGICOS DE PRAGAS**

**RCA nº 12751 - Data - 24/05/2007**

**Contratante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL**

**Contrato nº S/N**

**Data de Início: 01/02/2006**

**Prazo do Contrato: 01/02/2008**

**Valor do Contrato: R\$ 5.166.000,00**

**Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, JARDINAGEM E CONTROLE BIOLÓGICO DE PRAGAS.**

**RCA nº 012752 - Data - 24/05/2007**

**Contratante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL**

**Contrato nº S/N**

**Data de Início: 01/02/2006**

**Prazo do Contrato: 01/02/2008**

**Valor do Contrato: R\$ 3.600.000,00**

**Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, JARDINAGEM E CONTROLE BIOLÓGICO DE PRAGAS.**

**RCA nº 12147 - Data - 17/10/2006**

**Contratante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL**

**Contrato nº 982/06**

**Data de Início: 11/04/2006**

**Prazo do Contrato: 10/04/2007**

**Valor do Contrato: R\$ 238.178,28**

**Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E RECEPCIONISTAS**

**Aditivo nº 17083 - Data à 22/11/2010**

**Data de Início: 07/04/2008**

**Prazo do Contrato: 10/04/2009**

**Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E RECEPCIONISTAS**

**Aditivo nº 17084 - Data à 22/11/2010**

**Data de Início: 24/11/2008**

**Prazo do Contrato: 10/04/2009**

**Valor do Contrato: R\$ 354.253,70**

**Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E RECEPCIONISTAS**

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no lado direito da página.





**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ**

**Aditivo nº 17086 - Data à 22/11/2010**

**Data de Início: 09/10/2009**

**Prazo do Contrato: 27/01/2010**

**Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E RECEPCIONISTAS**

**Aditivo nº 17087 - Data à 22/11/2010**

**Data de Início: 02/03/2010**

**Prazo do Contrato: 01/03/2011**

**Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E RECEPCIONISTAS**

**Aditivo nº 17088 - Data à 22/11/2010**

**Data de Início: 26/08/2010**

**Prazo do Contrato: 25/08/2011**

**Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E RECEPCIONISTAS**

**Aditivo nº 17085 - Data à 22/11/2010**

**Data de Início: 28/01/2009**

**Prazo do Contrato: 27/01/2010**

**Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E RECEPCIONISTAS**

**Aditivo nº 17082 - Data à 22/11/2010**

**Data de Início: 16/04/2007**

**Prazo do Contrato: 15/04/2008**

**Valor do Contrato: R\$ 3.240.195,08**

**Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E RECEPCIONISTAS**

**RCA nº 11190 - Data - 20/10/2005**

**Contratante: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A**

**Contrato nº 15353**

**Data de Início: 29/10/2004**

**Prazo do Contrato: 28/10/2000**

**Valor do Contrato: R\$ 29.552.121,92**

**Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO**

**RCA nº 8004 - Data - 17/07/2003**

**Contratante: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A**

**Contrato nº 14368**

**Data de Início: 23/10/2002**

**Prazo do Contrato: 22/10/2004**

**Valor do Contrato: R\$ 3.187.448,16**

**Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE RECEPCIONISTAS**

**Aditivo nº 17260 - Data à 05/01/2011**

**Data de Início: 25/08/2004**

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no lado direito da página.





**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ**

Prazo do Contrato: 22/10/2004

Valor do Contrato: R\$ 3.984.000,79

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE RECEPCIONISTAS

Aditivo nº 17261 - Data à 05/01/2011

Data de Início: 23/09/2004

Prazo do Contrato: 22/10/2004

Valor do Contrato: R\$ 4.884.000,79

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE RECEPCIONISTAS

Aditivo nº 17259 - Data à 05/01/2011

Data de Início: 19/04/2004

Prazo do Contrato: 22/10/2004

Valor do Contrato: R\$ 3.346.511,16

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE RECEPCIONISTAS

RCA nº 5388 - Data - 24/01/2001

Contratante: SAVEL SANTA AMÁLIA VEÍCULOS LTDA

Contrato nº S/N

Data de Início: 01/03/2000

Prazo do Contrato: 28/02/2001

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA E PLANEJAMENTO PARA DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE MODERNIZAÇÃO PARA GESTÃO EMPRESARIAL, INCLUINDO OS SETORES ADMINISTRATIVOS, DE PEÇAS, OFICINAS, E ALMOXARIFADO, O LEVANTAMENTO DOS BENS PATRIMONIAIS COM A DEVIDA AVALIAÇÃO DO ATIVO EM GERAL E REAVALIAÇÃO DE TODO O ATIVO FISCO, BEM COMO A GESTÃO DE COMPRAS, ESTOQUES, E ALMOXARIFADO.

RCA nº 5388 - Data - 24/01/2001

Contratante: SAVEL SANTA AMÁLIA VEÍCULOS LTDA

Contrato nº S/N

Data de Início: 01/03/2000

Prazo do Contrato: 28/02/2001

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA E PLANEJAMENTO PARA DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE MODERNIZAÇÃO PARA GESTÃO EMPRESARIAL, INCLUINDO OS SETORES ADMINISTRATIVOS, DE PEÇAS, OFICINAS, E ALMOXARIFADO, O LEVANTAMENTO DOS BENS PATRIMONIAIS COM A DEVIDA AVALIAÇÃO DO ATIVO EM GERAL E REAVALIAÇÃO DE TODO O ATIVO FISCO, BEM COMO A GESTÃO DE COMPRAS, ESTOQUES, E ALMOXARIFADO.

RCA nº 2673 - Data - 10/07/1998

Contratante: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Contrato nº S/N

Data de Início: 31/07/1997

Prazo do Contrato: 31/07/1999

*[Assinatura manuscrita]*

*[Assinatura manuscrita]*







**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ**

**Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, COMPREENDENDO EM 01 ANALISTA DE SUPORTE SOFTWARE, 05 TÉCNICOS DE SUPORTE SOFTWARE, 05 TÉCNICOS DE SUPORTE MICROINFORMÁTICA E 05 TÉCNICOS DE SUPORTE HARDWARE.**

Rio de Janeiro, 7 de Dezembro de 2018.

**Código de Controle do Comprovante: 0.6261942343142864**

**Emitida às: 07/12/2018 14:26 (Hora de Brasília)**

**A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página do CRA-RJ na Internet, no endereço <https://sistemacrarj.com.br/>.**

7

63



**CAIXA**CAIXA  
ECONÔMICA  
FEDERAL

Autenticação  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé. Brasília, 28 de Fevereiro de 2019.  
PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE  
Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95  
SELO NORMAL: FJG1829534282 - Confirmação dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

Relação Imens. (40) - Imens. (40) - Imens. (40) - Imens. (40) - Imens. (40) - Imens. (40) - Imens. (40) - Imens. (40) - Imens. (40) - Imens. (40)


**DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

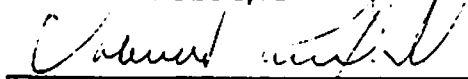
A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 00.360.305/0001-04, por meio da sua Regional de Sustentação ao Negócio – Logística – Rio de Janeiro (RSLOG/RJ), situada na Avenida Rio Branco 174 – 24º Andar – Centro – RJ, declara, a pedido da interessada, que mantém com a empresa PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA., inscrita no CNPJ (MF) nº. 78.533.312/0001-58, com sede Rua Joaquim Costa, 270 – Agrônômica – Florianópolis – SC, o contrato nº. 2983/2005, processo administrativo 7031.01.1248.1/2005, conforme abaixo discriminado:

- Objeto do contrato: Serviços de limpeza, jardinagem e controle de pragas para o Edifício Sede e Teatro Nelson Rodrigues no Estado do Rio de Janeiro.
- Prazo contratual: 01/02/2006 a 31/01/2008, prorrogado de 01/02/2008 a 31/01/2010 e de 01/02/2010 a 31/01/2011.
- Quantidade de metros quadrados inicialmente contratados:  
Área de piso interno: 85.388,88 m<sup>2</sup>  
Fachada envidraçada: 3.604,75 m<sup>2</sup>.
- Preço mensal inicial: R\$ 165.900,00 (cento e sessenta e cinco mil e novecentos reais)
- Valor Global inicial: R\$ 3.981.600,00 (três milhões novecentos e oitenta e um mil e seiscentos reais).
- Preço mensal atual: R\$ 289.942,27 (duzentos e oitenta e nove mil novecentos e quarenta e dois reais e vinte e sete centavos).
- Valor global atual: R\$ 3.425.852,94 (três milhões quatrocentos e vinte e cinco mil oitocentos e cinquenta e dois reais e noventa e quatro centavos).

Também declaramos que o contrato foi assinado em 01/02/2006 e que a empresa vem cumprindo as obrigações assumidas, não havendo nada que a desabone com relação à quantidade, qualidade e prazos de prestação dos serviços.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2010.

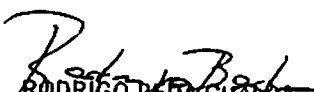
  
PAULO CÉZAR M. DO NASCIMENTO  
Analista – RSLOG/RJ

  
VALERIA PAUMGARTTEN  
Coordenador – RSLOG/RJ

Regional de Sustentação ao Negócio – Logística do Rio de Janeiro  
Avenida Rio Branco 174, 24º andar – Centro – RJ.  
Telefone: (21) 2202-3040  
Correio eletrônico: rslogrj07@caixa.gov.br

Conselho Regional de Administração CRA/RJ	
CERTIDÃO N.º 39.489	
O presente ATESTADO/DECLARAÇÃO	
é parte integrante da CERTIDÃO	
expedida nesta data que relaciona os	
RCA nº 12.753	de 24/05/07
RCA nº 12.089	de 22/11/10
RCA nº 12.090	de 22/11/10
RCA nº 12.091	de 22/11/10
estatuados neste conselho.	
22/11/2010	

Norma Godói de Abreu  
Apelo Administrativo  
Setor de Registro de Pessoa Jurídica  
SERP-J-CRA/RJ

  
RODRIGO DE SOUZA GUACÁ  
Administrador  
PLANSUL PLAN. CONS. LTDA

 CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - RJ

O presente Atestado/Declaração é revalidado, acompanhado da CERTIDÃO n.º 41446 que estabelece o seu prazo de validade RJ, 02/05/2011

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - RJ

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - RJ

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - RJ

O presente Atestado/Declaração é revalidado, acompanhado da  
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - RJ

O presente Atestado/Declaração é revalidado, acompanhado da  
CERTIDÃO nº: 48494 que estabelece o seu prazo de validade.  
RJ, 22 / 02 / 2013

*[Assinatura]*  
Ana Cristina Cezar dos Santos  
Chefe do Setor do Reg.  
Pessoa Jurídica  
SERPJ-CRA/RJ

ESCRIVANIA DE PAZ DO TRIBUNAL DO J. TRINDADE - COMARCA DA CAPITAL  
TABELIONATO DE NOTARIADO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS  
MANOEL DE CARVALHO DA SILVA - TITULAR

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do  
documento original, do que deu fé, Trindade, 28 de Fevereiro de  
2013.

PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE

Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95

SELO NORMAL: FJG18286-PA3X / Confira os dados do ato em: [selo.tjcr.jus.br](http://selo.tjcr.jus.br)

Titulo

Rua Luro Linhares, 1549, Trindade - Florianópolis - Estado de Santa Catarina - CEP 88096-005 - Fone (48) 3234-1001

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, JARDINAGEM E CONTROLE BIOLÓGICO DE PRAGAS EM GERAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E DE OUTRO, A EMPRESA PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA, NA FORMA ABAIXO:**

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, criada e constituída nos termos do decreto-lei n.º 759, de 12.08.69, e Decreto n.º 66.303, de 06.03.70, regendo-se, presentemente pelo estatuto aprovado pelo Decreto n.º 5.056, de 29.04.04, alterado pelo Decreto n.º 5.210, de 21.09.04, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.360.305/0001-04, com sede no SBS, Quadra 4, Lote 3/4, em Brasília/DF, neste ato representada pelo Gerente de Serviço da GILIC/RJ, o Sr. **ROGÉRIO TRECE RIBEIRO**, portador da cédula de identidade RG n.º M-1.735.025 SSP/MG e CPF/MF sob o n.º 247.490.366-68, daqui por diante designada simplesmente **CAIXA**, ou **CONTRATANTE**, de um lado, e, de outro, a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA**, com sede na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º 78.533.312/0001-58, neste ato representada por seu procurador, o Sr. **LAÉRCIO ANDRADE DE FREITAS**, portador da cédula de identidade RG n.º MG-4.055.664 SSP/MG, e inscrito no CPF sob o n.º 788.770.837-00, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, em face da autorização da Gerente de Serviço da GILIC/RJ, Sr.ª **MARIA LUIZA DE MATTOS MAURO GALLINDO**, de 31/01/2006 – processo n.º 7031.01.1248.0/2005, Pregão Eletrônico n.º 011/7031-2005. – GILIC/RJ, têm justa e contratada a execução dos serviços objeto deste instrumento, vinculado ao respectivo Edital, seus Anexos e à proposta apresentada pela **CONTRATADA** no referido certame, sujeitando-se as partes contratantes às normas constantes da Lei n.º 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, IN n.º 05 de 21/07/95 do MARE, bem como às cláusulas abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de Limpeza, Jardinagem e Controle Biológico de Pragas, com fornecimento de material para o Edifício Sede e Teatro Nelson Rodrigues, conforme relacionadas no Anexo V, que é parte integrante deste contrato, observadas as demais especificações e disposições do presente contrato.

**Parágrafo Único** – As especificações, as unidades usuárias e os turnos/horários da prestação dos serviços e as condições de sua execução são os constantes dos Anexos I a V, que integram e complementam o presente contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

São obrigações e responsabilidades da **CONTRATADA**, além das demais previstas neste Contrato e nos Anexos I a V:

- I) Cumprir fielmente este Contrato, de modo que os serviços, qualidade e prazos avençados mantenham as instalações da **CAIXA** em perfeita e regular condições de uso.
- II) Executar os serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas em geral, de acordo com o disposto nos Anexos I a V e conforme cronograma a ser elaborado pela **CONTRATADA** e submetido à apreciação da **CAIXA** para homologação, no máximo 10 (dez) dias corridos após a assinatura deste Instrumento, o qual integrará este Contrato.

ESCRITÓRIO DE PAZ DO 1.º JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DA CAPITAL  
FUNDADO EM 1962, E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, 27 de Fevereiro de 2019.  
MARCIA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé. Fl. 11, datada 27 de Fevereiro de 2019.

PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE

Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95

SELO NORMAL: FJG17347-A034 / Confira os dados do ato em: selo.tjrc.jus.br

TITULAR



FL. 1

**EM BRANCO**



**EM BRANCO**



- XIV) Executar os serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas em geral, com o fornecimento de material de limpeza e de higiene, sem causar interferências ou paralisações no funcionamento normal das unidades da CAIXA, salvo em casos de emergência.
- XV) Arcar com toda e qualquer responsabilidade por uso indevido de patentes registradas.
- XVI) Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente, os ônus decorrentes, devendo atestar sempre como conferido e perfeito o serviço executado, cumprindo com rigor os horários estabelecidos pela CAIXA, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham a causar à CAIXA ou a terceiros, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus à CAIXA.
- XVII) Responder pelos danos causados a terceiros, prédios circunvizinhos, etc., devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas e corretivas contra os citados danos, com fiel observância às exigências das autoridades públicas competentes e das disposições legais em vigor.
- XVIII) Responder, também, por eventuais prejuízos que causar à CAIXA ou a terceiros, provocados por ineficiência, erros, desaparecimento de bens, avarias e irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados, especialmente danos ao mobiliário, e que impliquem o mau funcionamento ou queima dos equipamentos e itens que compõe o modelo ambiental da CAIXA, durante a execução dos serviços.
- XIX) Responsabilizar-se por todos os danos causados às instalações, máquinas, equipamentos e mobiliários da CAIXA, quando evidenciada a culpa por ação ou omissão de seus empregados, ou decorrentes da má qualidade do material utilizado e da prestação dos serviços, e ainda, por deficiência ou negligência de seus funcionários, devendo a CONTRATADA ressarcir a CAIXA de todos os prejuízos a que der causa.
- XX) A CONTRATADA autoriza a CAIXA a descontar o valor correspondente aos danos que lhe forem causados, diretamente das faturas dos pagamentos mensais que lhe forem devidos ou da garantia contratual, mediante prévio aviso, independentemente de qualquer procedimento judicial.

- a) O valor a ser ressarcido à CAIXA nos casos de prejuízos em que a contratada for responsabilizada será apurado utilizando-se o índice da TR obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VA = \frac{VDI}{INI} \times INF, \text{ onde:}$$

1

VA = Valor Atualizado

VDI = Valor Inicial

INI = Índice acumulado da TR na data inicial

INF = Índice acumulado da TR na data final

- XXI) Manter a garantia integralizada durante toda a vigência do Contrato, reforçando-a ou reconstituindo-a quando se fizer necessário, conforme estabelece a Cláusula Nona deste Contrato.

ESCRIVANIA DE PAZ DO 1º SUBDEPARTAMENTO "LITURGIA" COM SEDE NA CAPITAL  
TABELIONATO DE NOTAS E OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
MARIA ALICE COSTA DE SILVA - Tabelão

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé, em data de 22 de Fevereiro de 2019.

PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE



Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95

SELO NORMAL: FJG17349-0002 / Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

TrmLsa



**EM BRANCO**



**EM BRANCO**

- XXXII) Executar perfeitamente os serviços nos horários estabelecidos pela CAIXA, por intermédio de pessoas idôneas, tecnicamente capacitadas e devidamente treinadas, em número suficiente para realizar as intervenções previstas nos Anexos I a V, obrigando-se a indenizar à CAIXA, mesmo no caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos a esta causados, às suas instalações, móveis, utensílios, máquinas, equipamentos ou a terceiros, sejam decorrentes de fatos lesivos ou atos praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus, por dolo ou culpa, excessos ou omissões, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das disposições legais vigentes.
- XXXIII) Instruir o pessoal quanto à correta utilização dos insumos, máquinas, equipamentos, instalações elétricas (não utilizar rede estabilizada) e hidrossanitárias da CAIXA, manuseio e utilização dos produtos químicos em geral, a fim de evitar/minimizar acidentes de trabalho, custos, pane nas instalações, etc.
- XXXIV) Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação pertinente, assim como as medidas preventivas que objetivem evitar acidentes do trabalho, bem como fornecer a seus empregados o material de EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamento de proteção coletiva) apropriado à finalidade de uso a que se destina, de acordo com os serviços objetos deste Contrato e a instrução para seu uso efetivo, sem ônus adicional à CAIXA.
- XXXV) Executar os serviços por pessoas previamente treinadas, instruídas e controladas pela CONTRATADA, as quais deverão ser em número suficiente para atender as demandas da CAIXA, conforme preceituam os Anexos I a V, parte integrante deste Contrato.
- XXXVI) Manter sede ou escritório de representação na cidade do Rio de Janeiro, com instalações físicas apropriadas e pessoal necessário, devidamente equipado, com os seguintes meios de comunicação: linhas telefônicas, aparelho de fax e microcomputador ligado à Internet com cadastro em correio eletrônico - e-mail operante, de modo que todos os prazos de atendimento sejam cumpridos, especialmente dos chamados corretivos, constantes do ANEXO IV – Processo de Atendimento, devendo comprovar essa condição em até 30 (trinta) dias após a data de assinatura deste Contrato.
- XXXVII) Manter, no escritório indicado no subitem anterior, preposto seu, residente, para orientar, coordenar, acompanhar, fiscalizar, supervisionar e dar ordens ao contingente alocado, resolvendo quaisquer questões pertinentes à execução do Contrato, para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações e solicitações da CAIXA.
- XXXVIII) Manter às suas expensas, um Supervisor fixo nos Edifícios Sede que apresentarem esta necessidade apontada no Anexo V.
- XXXIX) Recrutar e contratar a mão-de-obra especializada, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CAIXA, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, com relação ao contingente alocado, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos, tais como: fiscalização e orientação técnica, controle, inclusive de frequências, ausências permitidas, férias, licenças autorizadas, admissões, transferências, promoções, punições, demissões, etc.

ESCRIVANIA DE PAZ DO 1º SUBDISTRITO DE PAZ DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO DA CAPITAL  
LABORANTO DE NOTAS E OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
MARIANA LOPES COSTA - ESCRIVÃ

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé, Trindade, 27 de Fevereiro de 2019.

PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE

Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95

SELO NORMAL: FJG17352-LHUV / Confira os dados do ato em: selo.tjcc.jus.br

TITULO



FL. 5

**EM BRANCO**

- XL) Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, contratando pessoas portadoras de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.
- XLII) Para todos os fins de direito a CONTRATADA é empregadora autônoma, não existindo entre seus empregados e a CAIXA vínculo empregatício de qualquer natureza.
- XLII) Fornecer à CAIXA, para efeito de controle e acesso às suas dependências, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, antes da data de início da prestação dos serviços, a relação nominal de todos os empregados a serem alocados na execução dos serviços, inclusive os responsáveis pela Supervisão, indicando identidade, matrícula/registro, assinatura e quaisquer outros elementos individuais que possam servir para identificação dos mesmos, informando, de imediato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, as inclusões e exclusões, sempre que ocorrerem.
- XLIII) Manter, em cada local de trabalho da equipe residente, cópia autenticada do Registro de Empregado de todo o contingente alocado.
- XLIV) Manter seus empregados alocados na execução dos serviços uniformizados e devidamente identificados com crachá, modelo da CAIXA, conforme ANEXO XII, custeado pela CONTRATADA, com data de validade correspondente ao período de vigência deste Contrato, para terem acesso às instalações das unidades CAIXA.
- XLV) Diligenciar para que os seus empregados tratem com urbanidade o pessoal da CAIXA, clientes, visitantes e demais contratados e colaboradores, podendo esta exigir a retirada daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente.
- XLVI) Orientar seus empregados a manter absoluto sigilo quanto às informações contidas nos documentos ou materiais por eles manipulados ou acessados, dedicando especial atenção à sua guarda, arrumação ou descarte, quando for o caso.
- XLVII) Pagar seus empregados em dia, respeitando os respectivos salários normativos ou pisos salariais, se houver, estabelecidos para as respectivas categorias profissionais, e apresentar à CAIXA, sempre que solicitado, cópia das folhas de pagamento, contracheques e outros documentos relativos aos empregados alocados na execução dos serviços contratados, bem como os comprovantes/guias de recolhimento dos impostos, contribuições e outros tributos incidentes sobre esses serviços, observando-se, no tocante ao FGTS o que dispõe o parágrafo Nono da Cláusula Quarta deste contrato.
- XLVIII) Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da CAIXA.
- XLIX) Diligenciar em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por empregados seus que estão, ou em algum momento estiveram envolvidos, na prestação dos serviços objeto deste Contrato, à CAIXA, comparecendo em todas as audiências designadas e apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a CAIXA.
- L) A omissão da CONTRATADA nas demandas a que alude o inciso anterior, será considerada falta grave, sujeitando-a à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima, em especial, a de suspensão temporária de licitar e contratar com a CAIXA, assegurada a prévia defesa.

ESCRITÓRIO DE PAZ DO 4.º SUPLENTE DO JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DA CAPITAL  
FABRICIANO DE SOUZA - JUIZ DE DIREITO  
MARIANA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé, em data de 27 de Fevereiro de 2019.

DE SUBSTITUTO  
PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE



Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95  
SELO NORMAL: FJG17353-UBOT / Confira os dados do ato em: selo.tjse.br



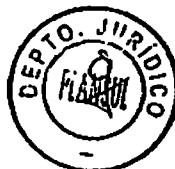
**EM BRANCO**



- LI) Prover imediatamente o pessoal necessário para garantir a continuidade, o bom andamento e a boa execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão, ausências legais e outros casos análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).
- LII) Atender de imediato solicitação da CAIXA para substituição de funcionário da CONTRATADA cuja atuação, permanência ou comportamento, no seu entendimento, sejam julgados prejudiciais, inadequados, inconvenientes ou insatisfatórios para a prestação dos serviços, sem que lhe assista qualquer direito ou reclamação;
- LIII) Registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade do seu pessoal, independentemente da fiscalização exercida pela CAIXA, bem como as ocorrências nos locais de execução dos serviços;
- LIV) Na hipótese de a CAIXA vir a integrar o pólo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados da CONTRATADA, esta ficará obrigada ao pagamento à CAIXA de valor correspondente a um salário mensal do empregado reclamante à época da integração da CAIXA à lide, se o Contrato estiver em vigor, ou, não estando, de valor correspondente ao último salário mensal percebido pelo empregado, devidamente atualizado, ficando a CAIXA autorizada a deduzir o citado valor da próxima fatura a ser paga, ou, na impossibilidade, a debitar da caução existente;
- LV) Indenizar todos os custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela CAIXA por força de sentença judicial que reconheça a existência de vínculo empregatício entre a CAIXA e os empregados da CONTRATADA, ou que atribua à CAIXA responsabilidades equivalentes aos efeitos de tais vínculos, ainda que extinta a relação contratual com a CAIXA;
- LVI) Responder perante a CAIXA por qualquer tipo de atuação ou ação judicial que venha a sofrer em decorrência da prestação de serviços, acidentes ou multas, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à CAIXA o exercício do direito de regresso, e eximindo-a de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- LVII) Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do Contrato, os exames médicos exigidos, apresentando os respectivos comprovantes à CAIXA sempre que solicitado.
- LVIII) Assumir todos os dispêndios com a mão-de-obra sob sua responsabilidade, inclusive alimentação e transportes, em dias úteis ou não, sem qualquer ônus adicional à CAIXA;
- LIX) Dar conhecimento aos seus funcionários, mandatários ou prepostos, acerca das normas de segurança das unidades contempladas com a prestação dos serviços objeto deste Contrato, que forem divulgadas à CONTRATADA por parte da área competente da CAIXA, quando da execução de determinados serviços, principalmente em períodos noturnos, feriados e fins de semana, e fazer cumprir;
- LX) Providenciar, em casos de greve nos transportes coletivos, meios para que os empregados sejam transportados para os locais de trabalho e vice-versa, de forma a garantir a execução dos serviços contratados;

ESCRITÓRIO DE PAZ DO 4.º SUBDISTRITO DE PAZ DA COMARCA DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO  
FUNDADO EM 1908 - 1.º DE FEVEREIRO DE 1908 - 1.º DE FEVEREIRO DE 2019.  
MARGARETE COSTA DE SOUZA - JUIZ DE PAZ  
**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé em 27 de fevereiro de 2019.  
4.º SUBDISTRITO  
PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE

Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95  
SELO NORMAL: FJG17354-ZHGX / Confira os dados do ato em: selo.tj.jus.br



**EM BRANCO**

- LXI) Deverá a equipe Móvel que se encontrar em serviço na CAIXA, estar de posse da "Papeleta de Serviços Externos", para fins de apresentação à fiscalização da DRT - Delegacia Regional do Trabalho.
- LXII) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e/ou supressões quantitativas que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA**

A CAIXA obriga-se a:

- I) Indicar os locais e horários em que deverão ser prestados os serviços, permitindo o acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações;
- II) Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;
- III) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato, somente após o efetivo adimplemento da obrigação (execução dos serviços contratados e fornecimento dos materiais nas quantidades necessárias);
- IV) As instruções necessárias à execução dos serviços serão transmitidas pela CAIXA aos Supervisores da CONTRATADA, que encarregar-se-ão de repassá-las aos profissionais a serem alocados.

**CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

A CAIXA, após a aceitação dos serviços, efetuará o pagamento à CONTRATADA, mensalmente, no 10 (décimo) dia útil do mês subsequente ao da efetiva execução dos serviços, mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente em agência da CAIXA, devendo a emissão da correspondente nota fiscal ser antecipada, com apresentação à CAIXA, impreterivelmente, até o dia 20 do mês relativo à prestação dos serviços, devendo constar o ateste da unidade usuária, prorrogando-se o prazo de pagamento na mesma proporção de eventual atraso ocorrido na entrega da fatura.

- I) Por consequência da antecipação da emissão da nota fiscal, as ocorrências surgidas entre a data da emissão da nota fiscal e o final do mês, com reflexo no valor faturado, passarão a compor/sensibilizar a fatura do próximo mês.

**Parágrafo Primeiro** – A nota fiscal/fatura – NF deve conter todos os elementos exigidos em lei, tais como:

- a) identificação completa da contratada: CNPJ (o mesmo constante no preâmbulo do contrato, exceto se for emitida por filial/matriz que contém o mesmo CNPJ base, com seqüencial específico da filial/matriz) da contratada, endereço, inscrição estadual ou municipal, etc.;
- b) número da autorização para confecção e CNPJ da gráfica, impressos no rodapé da nota fiscal/fatura;
- c) identificação completa do contratante;
- d) histórico detalhado e de forma clara contendo a descrição de todos os serviços/itens que compõem o objeto do contrato;

INSCRIÇÃO DE PAZ DO 1º TERMO DE TRINDADE, COMANDO DA GUARDA  
TABELAMENTO DE NOTAS FISCAIS E FATURAS - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé em audiência, 12 de fevereiro de 2019.

PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE

Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95  
SELO NORMAL: FJG17355-GS49 / Confira os dados do ato em: selo.tjcc.jus.br

Imessa



EM BRANCO

- e) o período a que se refere;
- f) indicação da unidade da CAIXA ou a quantidade de unidade(s) beneficiária(s) dos serviços e o Município com respectiva UF onde é executado o serviço a que se refere a nota fiscal/fatura;
- g) valores unitários e totais dos serviços prestados.
- l) A nota fiscal/fatura deve conter ainda, para controle da CAIXA, o número do processo que originou a contratação e o número do contrato/OF/OES (SIGES) fornecido pela CAIXA.

**Parágrafo Segundo** – Quando houver a prestação de serviço em município cuja Lei Municipal atribua à CAIXA a responsabilidade pela retenção do ISS na fonte, a CONTRATADA é obrigada a faturar os serviços separadamente, por Município, emitindo quantas notas fiscais forem necessárias, independentemente da CONTRATADA estar ou não nele estabelecida.

- l) A CAIXA observará a legislação municipal/distrital e, sempre que exigido, fará a retenção do ISS na fonte e o respectivo repasse ao Município, independente da situação cadastral da CONTRATADA na localidade onde os serviços estão sendo prestados, observando ainda, as alíquotas aplicáveis ao serviço contratado.

**Parágrafo Terceiro** – A fatura não aprovada pela CAIXA será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação.

- l) A devolução da fatura não aprovada pela CAIXA em hipótese alguma autorizará a CONTRATADA a suspender a execução dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.
- II) O crédito relativo às faturas mensais só é exigível da CAIXA se a obrigação for adimplida, ou seja, se efetivamente forem executados os serviços, incluído o fornecimento de todos os materiais previstos neste Contrato e Anexos.

**Parágrafo Quarto** – Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ON-LINE” ao SICAF, para verificação de todas as condições de cadastramento no Sistema.

**Parágrafo Quinto** – Constatada a situação de irregularidade junto ao SICAF, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pela CAIXA, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da comunicação da CAIXA, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

**Parágrafo Sexto** – Nos termos da IN INSS/DC n.º 100, de 18/12/03, com as alterações da IN INSS/DC n.º 105, de 24/03/04, será retida, quando do pagamento da fatura, a importância correspondente a 11% (onze por cento) do valor total da nota fiscal/fatura, a ser recolhida pela CAIXA ao INSS em nome da CONTRATADA.

**Parágrafo Sétimo** – A Contratada deve destacar na Nota Fiscal/Fatura o valor do fornecimento dos materiais de consumo à CAIXA de que trata o subitem 3.5.7.1 do Anexo I, de modo que o percentual de 11% incida somente sobre o valor dos serviços:

- l) a dedução de que trata esse parágrafo está limitada a 20% (vinte por cento) do valor total da nota fiscal;

ESCRITURARIA DE PAZ DO J. SUBSTITUTO DE TRIBUNAL DE CONCORDATA CAPITAL  
TABELAMENTO DE NOTAS E OBRIGADO A SER EMITIDO EM DUPLICATA  
AUTENTICAÇÃO  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do qual foi tirada em 27 de fevereiro de 2019.  
PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE  
Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95  
SELO NORMAL: FJG17356-09AE / Confira os dados do selo em: selo.tjcc.jus.br



**EM BRANCO**

II) na falta da discriminação na nota fiscal do valor do material de consumo, a base de cálculo para a retenção será o seu valor bruto.

**Parágrafo Oitavo** – Quando da emissão da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá destacar a importância correspondente à aludida retenção, a título de "RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL" artigo 154 da IN SRP N.º 03/2005 e suas alterações.

l) A falta do destaque de que trata este parágrafo não impede a retenção e o recolhimento a serem efetuados pela CAIXA.

II) O valor retido, destacado na nota fiscal/fatura, não deverá ser deduzido do total do respectivo documento, surtindo efeito apenas para a quitação dos serviços.

**Parágrafo Nono – A CONTRATADA deverá apresentar à CAIXA, juntamente com a fatura a cópia quitada e autenticada em cartório da guia de recolhimento do FGTS – GFIP 150, acompanhada de RET (Relação de Tomador) e de RE (Relação de Empregados) referente ao mês anterior àquele relativo aos serviços faturados, sem o que não se efetuará o pagamento, além do que, a Contratada sujeitar-se-á à rescisão do contrato e à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima, em especial a de suspensão temporária para licitar e contratar com a CAIXA.**

**Parágrafo Décimo** – Em cumprimento ao disposto na Lei n.º 10.833, de 29/12/2003, quando do pagamento a CAIXA fará a retenção na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP, na forma do artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27/12/1996.

I - A retenção será efetuada aplicando-se, sobre o valor que estiver sendo pago, o percentual indicado no Anexo I da Instrução Normativa SRF n.º 480/04, de 29/12/2004, alterada pela IN SRF 539 de 25.04.2005;

II - A alíquota da contribuição do PIS/PASEP, prevista no Anexo I da IN 480/04, alterada pela IN SRF 539 de 25.04.2005, será aplicada independentemente de a CONTRATADA enquadrar-se no regime de não-cumulatividade na cobrança da contribuição, de que trata a Lei n.º 10.637, de 30/12/2002.

**III - Caso a contratada esteja amparada por medida judicial, que determina a suspensão do pagamento do IRPJ ou de qualquer das contribuições referidas neste Parágrafo, deve apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a comprovação de que a não retenção continua amparada por medida judicial.**

**IV - Caso a contratada se enquadre em alguma das hipóteses elencadas no Artigo 3º da IN SRF n.º 480/04, alterada pela IN SRF 539 de 25.04.2005, não haverá a retenção de que trata este Parágrafo, devendo para tanto apresentar a documentação ou declaração que comprove essa condição.**

**Parágrafo Décimo Primeiro** – Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

**Parágrafo Décimo-Segundo** – O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido neste contrato, ressalvado o contido no parágrafo terceiro desta cláusula, ensejará a atualização do respectivo valor pela TR, utilizando-se a seguinte fórmula:

ESCRIVANIA DE PAZ DO 1º SUBDISTRITO TRINIDADE, COMANDO DA CAPITAL  
TABELIONATO DE NOVAS E OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
MARIAAUGUSTA COSTA

## AUTENTICACÃO

Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé. Trindade, 27 de Fevereiro de 2019.

2019: **PALOMA ALVES DE FREITAS** - <sup>40</sup> SUNDISTRIBUTO **ESCREVENTE**

**Emolumentos: R\$ 3.55 Selo: R\$ 1.95**

SELO NORMAL: FJG17357-2-22G / Confira os dados do afo em: [selo.tjsc.lus.br](mailto:selo.tjsc.lus.br)

**TITLES**

FL 10

**EM BRANCO**



VDI

 $VA = \frac{\text{---}}{\text{---}} \times INF$ , onde:  
INI

VA = Valor Atualizado

VDI = Valor Inicial

INI = índice acumulado da TR na data inicial INF = índice acumulado da TR na data final

**CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E SUA REPACTUAÇÃO**

Pela perfeita execução dos serviços objeto deste contrato e obedecidas as demais condições estipuladas neste instrumento, a CAIXA pagará à CONTRATADA o valor mensal estimado de R\$ 165.900,00 (cento e sessenta e cinco mil e novecentos reais) e global estimado de R\$ 3.981.600,00 (três milhões, novecentos e oitenta e um mil e seiscentos reais), sendo considerados os preços unitários mensais por metro quadrado limpo da área, conforme a seguir:

ÁREA	METRAGEM TOTAL DAS UNIDADES (A)	PREÇO MENSAL DO M2 (B) (R\$)	VALOR TOTAL MENSAL (C = A x B) (R\$)
ISOS - INTERNA	85.388,88	1,80	153.699,98
LA ENVIDRAÇADA	3.604,75	3,38	12.200,02

I) A metragem indicada na tabela acima é estimativa, sendo devido à contratada apenas o pagamento dos serviços efetivamente executados.

Parágrafo Primeiro — Os preços propostos/contratados são irreajustáveis, admitindo-se, anualmente, repactuação, que deverá ter como parâmetros básicos, a qualidade e os preços vigentes no mercado para prestação dos serviços objeto desta licitação.

Parágrafo Segundo — A anualidade a que se refere o parágrafo acima será contada a partir da data-limite para apresentação da proposta relativa à licitação que deu origem a este contrato, ou da data da última repactuação.

I) Será adotada como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho, a data base da categoria ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originalmente.

Parágrafo Terceiro — Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser promovida revisão contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato..

I) A primeira revisão de preços nos termos deste Parágrafo não está condicionada à anualidade.

II) Em havendo revisão contratual, a contagem da anualidade para repactuação ou nova revisão iniciar-se-á na data da revisão efetivada.

ESCRIVANIA DE PAZ DO 4º SUBDISTRITO DE TRINDADE, COMARCA DA CAPITAL,  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente fotocópia reproduzida, autenticada do documento original, do que dou fé em 27 de Fevereiro de 2019.

4º SUBDISTRITO DE TRINDADE  
PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTEEmolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95  
SELO NORMAL: FJG17358-0274 / Confira os dados do ato em: selo.tjcc.jus.br

TITULAR

**EM BRANCO**

**Parágrafo Quarto** — O pedido de repactuação elou de revisão dos preços não solicitado à CAIXA no prazo de até 90 dias a contar da data do fato alegado, implicará, para todos os efeitos legais, a decadência do direito da contratada aos respectivos pleitos a partir da data do fato gerador, passando a ser considerada, nessa situação, a data da apresentação do pedido à CONTRATANTE.

**Parágrafo Quinto** — Não serão admitidos como justificativas para embasar pedidos de revisão contratual, eventuais reajustes salariais concedidos pela Contratada a seus empregados, em razão de Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo, que estejam vinculados a índices de preços.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá a duração de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 01/02/2006, podendo ser prorrogado a critério da CAIXA e concordância da CONTRATADA, por período igual ou inferior até o limite permitido na Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO**

No curso da execução dos serviços caberá à CAIXA, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições do presente contrato.

**Parágrafo Único** — Para os fins previstos nesta Cláusula, a CAIXA registrará em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópia à CONTRATADA, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

**Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:**

- I) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato.
- II) As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

#### **CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA**

A CONTRATADA presta garantia na modalidade de Fiança Bancária, no valor de R\$ 199.080,00 (cento e noventa e nove mil e oitenta reais), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global contratado, para o período de 24 (vinte e quatro) meses, devendo apresentar o respectivo comprovante em até 10 (dez) dias, contados da assinatura deste instrumento, como condição de sua eficácia, contendo:

- a. prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 dias, devendo ser tempestivamente renovada se estendida ou prorrogada essa vigência;
- b. expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento a CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- c. renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827 e 838 do Novo Código Civil;

ESCRIVANIA DE PAZ DO 1º SUBDISTRITO DE TRINDADE - COMARCA DA CAPITAL  
TABELIONATO DE NOTAS E OBRIGATOES - REGISTRO CIVIL DE CASAMENTOS E MATRIMÔNIOS

#### **AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé. Trindade, 27 de fevereiro de 2019.

3º SUBDISTRITO  
PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE

Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95

SELO NORMAL: FJG17359-6MKA / Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

TITULAR



FL. 12

1347076R05

**EM BRANCO**

- d. cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com o previsto neste no subitem 14.4 abaixo e no Parágrafo Quarto da Cláusula Nona da Minuta de Contrato – Anexo IX.

Não será aceita a fiança bancária que não atender aos requisitos estabelecidos nas letras "a", "b", "c" e "d" acima.

**Parágrafo Primeiro** – A não apresentação do comprovante da garantia no prazo acima, facultará à CAIXA a rescisão unilateral, sujeitando-se a CONTRATADA às sanções administrativas cabíveis.

**Parágrafo Segundo** – A garantia será liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

**Parágrafo Terceiro** – A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato.

**Parágrafo Quarto** – A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver redimensionamento do volume dos serviços, repactuação contratual ou revisão de preços, de modo que corresponda a 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

**Parágrafo Quinto** – A qualquer tempo, mediante comunicação à CAIXA, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas nesta Cláusula.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CAIXA, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**Parágrafo Primeiro** – A critério da CAIXA, poderão ser aplicadas as sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade juntamente com a de multa, facultada a CONTRATADA a defesa prévia na forma da lei.

**Parágrafo Segundo** – A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo financeiro, inclusive pelos motivos constantes no ANEXO IV – Processo de Atendimento.

**Parágrafo Terceiro** – A reincidência de advertência no período de 03 (três) meses sujeitará a CONTRATADA a uma multa equivalente a 3% (três por cento), incidente sobre o valor do faturamento mensal devido no mês da ocorrência, além das demais sanções previstas neste Contrato.

ESCRITÓRIO DE PAZ DO 1º SUBDISTRITO DE TRINDADE - FORTALEZA DA CAPITAL  
TABELIONATO DE NOTAS E OBRIGATOES DO 1º CIVIL - PESSOAS NATURAIS  
MARIANA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE

#### **AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé, em 27 de Fevereiro de 2019.

PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE

Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95

SELO NORMAL: FJG17360-HH05 / Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br



FL. 13

**EM BRANCO**

**Parágrafo Quarto** – Pela execução de forma insatisfatória, ou pelo atraso na execução dos serviços, por culpa imputada à CONTRATADA, e pela sua execução de forma incorreta poderá ser aplicada multa diária de 0,3% (zero vírgula três por cento), incidente sobre o valor mensal dos serviços relativos à unidade onde ocorreu o fato, cobrada em dobro no caso de reincidência verificada num período de 03 meses, sem prejuízo de outras cominações cabíveis, especialmente o disposto no ANEXO IV – Processo de Atendimento.

l) Entende-se por reincidência a ocorrência do mesmo fato, por mais de uma vez, na mesma unidade.

**Parágrafo Quinto** – Ocorrendo atraso nos prazos de atendimento da manutenção corretiva de limpeza nas instalações objeto deste Contrato, conforme prevê o ANEXO IV – Processo de Atendimento e demais itens que integra o Edital e este Contrato, será aplicada a multa de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) por hora de atraso, incidente sobre o valor mensal dos serviços relativos à unidade onde ocorreu o fato no respectivo mês, sendo que:

**Parágrafo Sexto** – O prazo máximo para atendimento deve ser de acordo com a periodicidade definida no ANEXO IV - Processo de Atendimento que integra este contrato, contado a partir do chamado formal da CAIXA, através de SIATE.

**Parágrafo Sétimo** – Os dias ou horas de atraso devem ser corridos e contados a partir da data ou horário previstos para o atendimento.

**Parágrafo Oitavo** – Ao término da execução dos serviços, o funcionário da CONTRATADA deve comunicar imediatamente à Filial a finalização do chamado.

**Parágrafo Nono** – Para os chamados corretivos emergenciais, relativos a problemas ou defeitos que influenciem no funcionamento da unidade CAIXA, ocorridos em horários ou dias em que não tenha expediente na CAIXA, a CONTRATADA pode ser acionada pela GIMAT, via telefone, cabendo à GIINF registrar o chamado e certificar a conclusão do serviço no primeiro dia útil seguinte.

**Parágrafo Décimo** – A falta de uniforme, equipamentos, materiais ou produtos utilizados na prestação dos serviços não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas no Contrato.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da CONTRATADA.

**Parágrafo Décimo Segundo** – No caso de cobrança de multa diretamente da CONTRATADA, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação da CAIXA.

**Parágrafo Décimo Terceiro** – Se a multa for de valor superior ao valor da garantia contratada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CAIXA, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**Parágrafo Décimo Quarto** – A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a CAIXA, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à CAIXA:

a) reincidência em descumprimento de prazo contratual;

EXIBINDO EM SEU LUGAR O ORIGINAL DO DOCUMENTO AUTENTICADO, A CAIXA E A CONTRATADA AUTENTICAM O DOCUMENTO ORIGINAL, DO QUE DOBLO A VERDADE, 27 de Setembro de 2019.

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que doblo a verdade, 27 de Setembro de 2019.

PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE

Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95

SELO NORMAL: FJG17361-ZRKA / Confira os dados do sitem: selo.tjcc.jus.br

Titular



**EM BRANCO**



- b) descumprimento total ou parcial de obrigação contratual;
- c) rescisão do Contrato.

**Parágrafo Décimo Quinto** – A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada:

- a) à CONTRATADA que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à CAIXA;
- b) à adjudicatária que se recusar, injustamente, a assinar o Contrato e apresentar o comprovante do recolhimento da garantia dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir da convocação da CAIXA.

**Parágrafo Décimo Sexto** – As penalidades de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda:

- a) à CONTRATADA que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- b) à CONTRATADA, no caso de ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

**Parágrafo Décimo Sétimo** – As penalidades de advertência, suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis

**Parágrafo Décimo Oitavo** – As penalidades de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade serão aplicadas pela autoridade competente, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, e serão comunicadas a todas as unidades da CAIXA no país.

**Parágrafo Décimo Nono** – A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade implicam na desativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Pública Federal e demais órgãos, empresas ou entidades integrantes do SICAF.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ILÍCITOS PENAIIS

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

**Parágrafo Primeiro** – Constituem motivo de rescisão do contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- a) o descumprimento total ou parcial, pela CONTRATADA, de quaisquer das obrigações/responsabilidades previstas neste contrato;
- b) a transferência total ou parcial do presente contrato, sem o prévio assentimento da CAIXA;

ESCRIVANIA DE JÚRICO E SECRETARIA DE INIDONEIDADE – COMARCA DA CAPITAL  
TABELIONATO DE NOTAS E OBRIGATOES DO JUIZ DE PAZ DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIAL DO RIO DE JANEIRO  
QUADRA ALICE LINS DE ALMEIDA – 27 de Fevereiro de 2019.

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente fotocópia reproduz autêntica do documento original, do que dou fé, em 27 de Fevereiro de 2019.

PALOMA ALVES DE FREITAS – ESCRIVENTE

Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95

SELO NORMAL: FJG17362-AL9H / Confira os dados do ato em: selo.tjrc.jus.br

TITULAR



FL. 15

**EM BRANCO**

- c) o cometimento reiterado de faltas ou falhas na execução dos serviços;
- d) a decretação de falência ou insolvência civil da CONTRATADA;
- e) a dissolução da sociedade;
- f) a alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que, a juízo da CAIXA, prejudique a execução do contrato;
- g) a lentidão no seu cumprimento, levando a CAIXA a presumir a não execução do serviço;
- h) demais motivos especificados no Art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

**Parágrafo Segundo** – Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativamente aos serviços contratados, os quais serão entregues à CAIXA, que os executará por si ou por terceiros.

**Parágrafo Terceiro** – Caso a CAIXA não se utilize da prerrogativa de rescindir este contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**Parágrafo Quarto** – A CONTRATADA reconhece os direitos da CAIXA, no caso de rescisão administrativa, prevista no Art. 77, da Lei n.º 8.666/93.

**Parágrafo Quinto** - Caso haja interesse da CAIXA em não mais manter o contrato, deverá denunciá-lo com antecedência mínima de 30(trinta) dias, através de comunicação expressa, sem que resulte à outra parte direito a reclamação ou a indenização.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista no centro de custo, item orçamentário n.º 5301-03 – Serviços de Limpeza”.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- I) A CAIXA, para atender às necessidades do serviço, poderá, a seu exclusivo critério, alterar, definitiva ou provisoriamente, o horário de início de execução dos serviços, mediante prévia comunicação à CONTRATADA, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias;
- II) Em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações nos locais de prestação dos serviços, caso em que a CAIXA notificará a contratada para promover as mudanças necessárias.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA somente poderá subcontratar outra empresa para atendimento parcial deste contrato com a anuência prévia e por escrito da CAIXA;

**Parágrafo Segundo** – Em caso de subcontratação de outra empresa, a CONTRATADA não transferirá suas obrigações e responsabilidades, permanecendo, perante a CAIXA, com total responsabilidade contratual;

ESCRITÓRIO DE PAZ DO 4.º DISTRITO JUDICIAL DA COMARCA DA CAPITAL  
TABELADO DE NOTAS E DE QUOTIDIANOS CIVIS E DE PESSOAS NATURAIS  
MARIA ALVES DE FREITAS - ESCRIVÃ

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente fotocópia reproduz fielmente o documento original, do que dou fé em data de 27 de Fevereiro de 2019.

PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVÃ

Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95

SELO NORMAL: FJG17363-GZBA / Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br



**EM BRANCO**

**Parágrafo Terceiro** – É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CAIXA;

**Parágrafo Quarto** – A CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e criminalmente responsável por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;

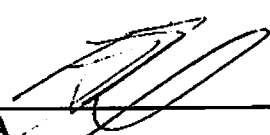
#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Rio de Janeiro, 01 de Fevereiro de 2.006.  
Local e data

  
**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ROGÉRIO TRECE RIBEIRO**  
Gerente de Serviço  
RG : M-1.735.025 SSP/MG  
CPF : 247.490.366-68

  
**CONTRATADA**  
**PLANSUL PLANEJE CONSULTORIA LTDA**  
**LAÉRCIO ANDRADE DE FREITAS**  
RG : MG-4.055.664 SSP/MG  
CPF : 788.770.837-00


#### TESTEMUNHAS



Nome: Sheila Malaia Leitão  
CPF : 021.745.857-23



Nome: Cláudia Regina de Paula Mattos  
CPF : 056.674.288-81

  
ESCRIVANIA DE JUIZADO DO 1º DISTRITO, TRINDADE - COMARCA DA CAPITAL  
TABELIONATO DE JUIZADO DE JUIZADO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
AUTENTICAÇÃO  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, a que dou fé, em 27 de Fevereiro de 2019.  
PALOMA ALVES DE FREITAS SECRETÁRIA  
Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95  
SELO NORMAL: FJG17364-B4BK / Confira os dados do selo em: selo.tjse.jus.br  
TITULA  
Rua Lauro Linhares, 1849, 1º andar - Trindade - Florianópolis - Estado de Santa Catarina - CEP 88.036-003 - Fone: (48) 3254-0003

**EM BRANCO**



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS  
AUTARQUIA CRIADA PELA LEI Nº 4.769 DE 09/09/1965


## CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO


Nº 967

VÁLIDA ATÉ: 20/05/2019

Certificamos, cumprindo despacho do Senhor Presidente, exarado em requerimento da parte interessada, que foram efetuados neste Conselho, em nome da Empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI.**, Registro nº **CRA-MG 03-002886/S**, tendo como Responsável Técnico **RODRIGO BEDA GUADA**, CRA-MG 01-021215/S, os seguintes Registros de Comprovação de Aptidão, fornecidos pelas contratantes abaixo relacionadas, afirmando que os serviços foram executados a contento.

- Caixa Econômica Federal – RCA Nº 7.708 de 09/04/2009;
- Caixa Econômica Federal – RCA Nº 9.418 de 03/10/2012;
- Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – RCA Nº 11.165 de 02/03/2016;
- Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – RCA Nº 11.160 de 01/03/2016;
- Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – RCA Nº 11.113 de 28/01/2016;
- Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – RCA Nº 11.145 de 22/02/2016;
- Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – RCA Nº 11.144 de 22/02/2016;
- Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – RCA Nº 12.338 de 11.06.2018;
- Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – RCA Nº 12.342 de 12.06.2018.

O referido é verdade e, nesta data, eu, Elisete Godinho, , digitei e conferi.  
Belo Horizonte, 20 de novembro de 2018.

  
Adm. Flávia Borges de Andrade  
Gerente Relações Institucionais  
CRA-MG 01-035103/D



ESCRITÓRIO DE PAZ DO 1º SUBDISTRITO - TRINDADE - COMARCA DA CAPITAL  
REABILITADO DE NOTAS E OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
MARIA ALICE COSTA DA SILVA - TITULAR

### AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé. Trindade, 12 de Fevereiro de 2019.

4º SUBSTITUTO  
PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE

Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95

SELO NORMAL: FIK34042-2E08 / Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br



Rua Lúcio Antônio, 1849 - Trindade - Florianópolis - Estado de Santa Catarina - CEP 88036-003 - Fone: (48) 3234-0065

### CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS

Av. Olegário Maciel, 1233 Lourdes - Belo Horizonte - MG - CEP 30180-111 - (31) 3218-4500 - [www.cramg.org.br](http://www.cramg.org.br) - [cramg@cramg.org.br](mailto:cramg@cramg.org.br)

#### Seccionais

Divinópolis (37) 3212-4401 - Governador Valadares (33) 3221 3930 - Ipatinga (31) 3842 4882  
Juiz de Fora (32) 3215 5812 - Montes Claros (38) 3222 2777 - Pouso Alegre (35) 3421-2143  
Sete Lagoas (31) 3774-0031 - Uberaba (34) 3325 5720 - Uberlândia (34) 3236 3230 - Unaí (38) 3676-2444 - Varginha (25) 3221-3144

82

EN BRANCO





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins, que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais celebrou os Contratos abaixo referidos com a empresa Plansul Planejamento e Consultoria Eireli.:

Contrato 451/2013, cujo objeto é a prestação, de forma contínua, de serviços de limpeza, conservação, higienização, jardinagem, copeiragem, recepção e de apoio operacional e de desinfecção de reservatórios e caixas d'água, a serem executados nas dependências das diversas edificações e áreas do TRIBUNAL, localizadas nas comarcas do interior do Estado de Minas Gerais, Lote 4. Prazo de Vigência: 16.10.2018 a 31.10.2018 (33º Termo Aditivo).

Contrato 452/2013, cujo objeto é a prestação, de forma contínua, de serviços de limpeza, conservação, higienização, jardinagem, copeiragem, recepção e de apoio operacional e de desinfecção de reservatórios e caixas d'água, a serem executados nas dependências das diversas edificações e áreas do TRIBUNAL, localizadas nas comarcas do interior do Estado de Minas Gerais, Lote 5. Prazo de Vigência: 22.10.2018 a 31.10.2018 (35º Termo Aditivo).

Contrato 392/2014, cujo objeto é a prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, a serem executados nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Prazo de Vigência: 23.10.2018 a 20.11.2019 (14º Termo Aditivo).

Contrato 407/2014, cujo objeto é a prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, a serem executados nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Prazo de Vigência: 29.10.2018 a 20.11.2019 (47º Termo Aditivo).

Contrato 285/2017, cujo objeto é a prestação, de forma contínua, de serviços especializados de apoio administrativo para os projetos Orquestra Jovem e Coral Infante-juvenil do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Prazo de Vigência: 12.04.2018 a 25.01.2019(1º Termo Aditivo)

Contrato 136/2018, cujo objeto é a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização, jardinagem, copeiragem, recepção, apoio administrativo e suporte operacional e de desinfecção de reservatórios e caixas d'água, a serem executados nas dependências das diversas edificações e áreas do TRIBUNAL, localizadas nas comarcas do interior do Estado de Minas Gerais. Prazo de Vigência: 19.11.2018 a 23.07.2019(2º Termo Aditivo).

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2018.

  
Any Carolina Fantini Scarpelli  
Coordenadora de Área - CONTRAT  
TJ 5074-0

EXCHAVANTE DE PAZ DO SUBDISTRITO TRINDADE, COMarca DA CAPITAL  
PABLO ALVES DE FREITAS E FILHO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS  
**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do  
documento original, do que dou fé, Trindade, 17 de Dezembro de  
2018.  
PALOMA ALVES DE FREITAS <sup>sc</sup>ESCREVENTE  
Emolumentos: R\$ 3,40 Selo: R\$ 1,90  
SELO NORMAL: FIG36814-42AC Confira os dados do ato em: selo.tjmc.jus.br  
Tm122

83

**EL BRINCO**



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para fins de habilitação junto a órgãos públicos, autarquias ou entidades privadas, a pedido da interessada, que a empresa **PLANSUL – PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. **78.533.312/0001-58**, sediada na Rua Joaquim Costa, nº 270, bairro Agrônômica, Florianópolis, SC, presta, de forma contínua, ao **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TJMG**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº 1420, Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 21.154.554/0001-13, os serviços de limpeza, conservação, higienização, jardinagem, copeiragem, recepção e de apoio operacional e de desinfecção de reservatórios e caixas d'água, a serem executados nas dependências das diversas edificações e áreas do TRIBUNAL, localizadas nas comarcas do interior do Estado de Minas Gerais, **LOTE 5**, por meio do contrato 452/2013, utilizando o efetivo de profissionais discriminados a seguir:

CARGO	JORNADA MENSAL	QTDE
Auxiliar de serviços gerais	200 horas	132
Encarregado	200 horas	3
Jardineiro	20 horas	2
Jardineiro	40 horas	3
Assistente administrativo	200 horas	72
Copeira	200 horas	02
Recepcionista	200 horas	72
Secretaria	200 horas	5
Telefonista	150 horas	16
Vigia 12X36/Adm.	220 horas	108
Assistente de apoio à direção do Foro	200 horas	23
TOTAL DE PROFISSIONAIS		438

Declaramos ainda que a **PLANSUL – PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI** presta os serviços de forma satisfatória, não existindo, em nossos registros até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2018

Henrique Esteves Campolina Silva

Gerente de Compra de Bens e Serviços do TJMG

Tel. 31 3249.8011 – E-mail: [gecomp@tjmg.jus.br](mailto:gecomp@tjmg.jus.br)

TJ 4050-0  
Henrique Esteves Campolina Silva  
Gerente de Compra de Bens e Serviços

7

84

LIBRANC

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé. Trindade, 10 de Dezembro de 2018  
4º NÚMERO  
PALOMA AIVES DE FREITAS - ESCRIVENTE



Emolumentos: R\$ 3,40 Selo: R\$ 1,90  
SELO NORMAL FHF/0507-GVNO / Confira os dados do ato em: selo.tjsg.jus.br  
TITULO

Estado de Minas Gerais - Tribunal de Justiça - 1ª Seção - (01/04/2014 - 01/04/2015)

**DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte na Av. Afonso Pena nº. 1420 e na Rua Goiás nº. 229, CNPJ nº 21.154.554/0001-13, declara, a pedido da interessada, que mantém com a empresa Plansul - Planejamento e Consultoria Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 78.533.312/0001-58, sediada a Rua Joaquim Costa, n.º 270, Agrônômica, Florianópolis, SC, o contrato abaixo discriminado:

Contrato: 452/2013

Vigência do Contrato: de 01/11/2013 a 01/11/2016

Objeto do contrato: O objeto do Contrato é a prestação, de forma contínua, de serviços de limpeza, conservação, higienização, jardinagem, copeirarem, recepção e de apoio operacional e de desinfecção de reservatórios e caixas d'água, a serem executados nas dependências das diversas edificações e áreas do TRIBUNAL, localizadas nas comarcas do interior do Estado de Minas Gerais, LOTE 5, nos termos dos do edital de licitação e seus anexos e da proposta da CONTRATADA apresentada à Licitação nº. 117/2013 - Pregão Eletrônico.

Quantitativo atual de empregados disponibilizados - 404

- Auxiliar de serviços gerais	-	200 hs	-	131
- Encarregado	-	200 hs	-	3
- Jardineiro	-	100 hs	-	3
- Jardineiro	-	40 hs	-	3
- Assistente administrativo	-	200 hs	-	66
- Copeira	-	200 hs	-	2
- Recepcionista	-	200 hs	-	67
- Secretaria	-	200 hs	-	5
- Telefonista	-	150 hs	-	16
- Vigia / porteiro	-	220 hs	-	85
- Assistente de apoio a direção do Foro -	-	200 hs	-	23

Valor do contrato: R\$ 14.351.275,15

Declaramos ainda que o serviço é prestado a contento.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2016.

Luíza Augusta de Souza  
TJMG  
CNPJ.: 21.154.554/0001-13  
Telefone: 3249-8044

Luíza Augusta de Souza  
Advogada de Planejamento e Gestão  
OAB/SC - 136670-5

Plansul Consult. Ltda.  
Rua Gualda  
nº 5593

CONSELHO REGIONAL DE  
ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.863.864/0001-14

Certificamos que este Atestado/Declaração  
refere-se ao Registro de Comprovação de  
Aptidão para desempenho de atividades de

Administração - RCA nº 11145, efetuado

em nome de Pharmul Planejamento

e Consultoria Ltda.

Reg nº 2886, Selo nº 8864

BH, 22/02/16

FUNC CRA-MG Caraiço

VISTO:

Adm. Flávia Borges de Andrade  
CRA-MG 01-03510310  
Presidente  
Relações Institucionais



ESCRIVANIA DE PAZ DO 4º SUBDISTRITO - TRINDADE - COMARCA DA CAPITAL  
Tribunal do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
MARIA ALICE COSTA DA SILVA - CTRJ/100

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do  
documento original, do que dou fé, Trindade, 20 de Dezembro de  
2018 4º SUBDISTRITO  
PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE



Emolumentos: R\$ 3,40 Selo: R\$ 1,90

SELO NORMAL: FH70598-YMUU / Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

Titular

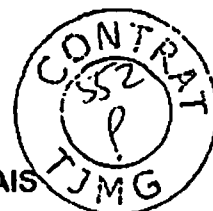
Rua Fausto Ribeiro, 1549 - Centro - Trindade - Minas Gerais - CEP 31960-000 - Fone: (41) 3234-0000





Tribunal de Justiça de Minas Gerais  
Confere com o original

Data: 13.07.17 Nº 7903



## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Publicado no Diário Oficial Eletrônico  
Em 04/11/2013

GECONT/CONTRAT  
Ct. nº. 452/2013

### CONTRATO

de prestação de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, que entre si celebram o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e a empresa PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.

Pelo presente instrumento, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede em Belo Horizonte na Av. Afonso Pena nº. 1420 e na Rua Goiás nº. 229, CNPJ nº 21.154.554/0001-13, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador JOAQUIM HERCULIANO RODRIGUES, a seguir denominado TRIBUNAL, e a empresa PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA., com sede em Florianópolis/SC, na Rua Joaquim Costa nº. 270, Bairro Agrônoma, CNPJ nº. 78.533.312/0001-58, representada por seu Sócio, Sr. ROGÉRIO CRESPO GUALDA, CPF nº. 135.633.517-91, a seguir denominada CONTRATADA, celebram o presente Contrato decorrente do Processo nº. 967/2013 – Licitação nº. 117/2013 – Pregão Presencial, regido pelas Leis Estaduais de nº. 13.994, de 18.09.2001, de nº. 14.167, de 10.01.2002, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 de 18.04.2008 e de nº 45.902, de 28 de janeiro de 2012, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.1993, além das demais disposições legais aplicáveis e às Cláusulas deste.

### DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O objeto do presente Contrato é a prestação, de forma contínua, de serviços de limpeza, conservação, higienização, jardinagem, copeiragem, recepção e de apoio operacional e de desinfecção de reservatórios e caixas d'água, a serem executados nas dependências das diversas edificações e áreas do TRIBUNAL, localizadas nas comarcas do interior do Estado de Minas Gerais. LOTE 5, nos termos dos Anexos abaixo relacionados, bem como do edital de licitação e seus anexos e da proposta da CONTRATADA apresentada à Licitação nº. 117/2013 – Pregão Eletrônico, partes integrantes e inseparáveis deste instrumento.

- ANEXO I - TOTAL DE OCUPAÇÕES POR LOTE;
- ANEXO II - RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO;
- ANEXO III - MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA CUSTOS DA CONTRATAÇÃO;
- ANEXO IV - PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO;
- ANEXO V - PLANILHA ESTIMATIVA DE UNIFORMES EPI'S E EPC'S;
- ANEXO VI - PLANILHA ESTIMATIVA DE INSUMOS;
- ANEXO VII - RELAÇÃO DE CAIXAS E RESERVATÓRIOS DE ÁGUA E SUAS ESPECIFICAÇÕES;
- ANEXO VIII - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA E RESERVATÓRIOS;
- ANEXO IX - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS;
- ANEXO X - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO MENSAL DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFISSIONAIS;
- ANEXO XI - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS E MATERIAIS DE CONSUMO, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS;
- ANEXO XII - MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO.



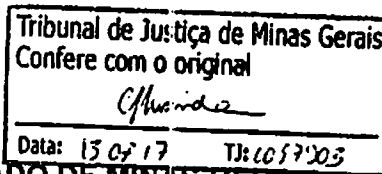
**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do qual foi tirada, em 19 de fevereiro de 2019.

PATRICIA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE

Embrulhamento: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95

SELO NOTARIAL: FIG11321-2752 / Confira os dados do ato em: selo.tjmc.jus.br

86



**GECONT/CONTRAT: Cl. 452/2013 - RC**



*Chavante*

Data: 13 07 17 TJ: 037903



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



3.2.6. Assegurar, na jornada normal de trabalho, o cumprimento de horas extras programadas, bem como aquelas executadas em atendimento a outras situações inadiáveis, excepcionais ou atípicas, devidamente justificadas, desde que previamente autorizadas, por escrito, pela COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS GERAIS - COSERG.

3.2.6.1. Observar, na hipótese de aprovação da realização de horas extras, os limites, diário e mensal, máximos estabelecidos nas normas trabalhistas aplicáveis e em acordos ou convenções coletivas de trabalho das categorias profissionais do objeto deste contrato.

3.2.7. Proibir a prorrogação da jornada normal de trabalho do profissional alocado, que não esteja previamente autorizada, por escrito, pela COSERG.

3.2.7.1. Na hipótese da ocorrência de prestação de serviços extraordinários sem autorização, as horas extras serão objeto de compensação.

DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

**CLÁUSULA QUARTA:** A relação dos prédios e respectivos endereços para a prestação de serviços é a constante do ANEXO II deste contrato.

4.1. A distribuição do efetivo de pessoal nos locais da prestação de serviços poderá ser alterada de acordo com as necessidades administrativas do TRIBUNAL e será determinada pela GESEG, ficando qualquer outra alteração sujeita à sua prévia análise e aprovação.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

**CLÁUSULA QUINTA:** Nos termos do art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/93, fica designado como GESTOR do contrato pelo TRIBUNAL, o servidor efetivo ocupante do cargo de Gerente, da Gerência de Acompanhamento e Gestão de Serviços Gerais - GESEG, consubstanciado no Termo de Designação de Fiscal de Contrato, conforme determina o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.1. Em atenção à mesma disposição legal, o TRIBUNAL designa para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, na qualidade de FISCALIS, ficam designados pelo TRIBUNAL os servidores efetivos ocupantes dos cargos de Coordenadores da COSERG, da COSEC e do SECONP.

5.2. Durante o período de vigência contratual, a CONTRATADA deverá manter, diariamente, entre 08 e 19 horas, pelo menos um PREPOSTO/SUPERVISOR, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, bem como para gerenciar os profissionais envolvidos na prestação de serviços, conforme previsto no art. 68 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2.1. A indicação do PREPOSTO/SUPERVISOR pela CONTRATADA ocorrerá por meio de declaração escrita, contendo o nome completo, número do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à qualificação profissional do empregado indicado.

5.2.2. Na qualidade de representante administrativo da CONTRATADA, o PREPOSTO/SUPERVISOR terá competência para receber comunicações, prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e tomar decisões sobre a execução do contrato, devendo reportar-se unicamente ao GESTOR e/ou FISCALIS do contrato.

5.3. O PREPOSTO/SUPERVISOR, indicado pela CONTRATADA deverá comandar, coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, devendo para tanto:

- Garantir o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que não devem ser interrompidos ressalvados os casos de força maior, justificados pela CONTRATADA e aceitos pelo TRIBUNAL;
- Administrar todo e qualquer assunto que envolva a prestação dos serviços nas dependências do TRIBUNAL;
- Estar sempre em contato com os órgãos de fiscalização do TRIBUNAL, adotando as providências requeridas quanto à execução dos serviços;
- Cuidar da disciplina dos profissionais alocados, diligenciando para que os mesmos executem unicamente as tarefas pertinentes ao objeto contratado, conforme exigências



Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que consta a declaração de 13 de Fevereiro de 2019.

**AUTENTICAÇÃO**

**PALOMA ALVES DE FREITAS - TITULAR**

SELO NORMAL - R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95

SELO NORMAL - R\$ 11319 - RPD9 / Confira os dados do selo em: selo.tjcg.jus.br

Imagem



*Assinado*

Data: 17.07.19 11:03:1903

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

previstas no ANEXO IV – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, observando-se as peculiaridades dos serviços, com vistas a assegurar a perfeita execução dos serviços e evitar o desvio de função;

- e) Diligenciar para que os profissionais alocados não se afastem de seus afazeres, principalmente para atender a chamados, ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- f) Garantir que seus profissionais ajam com cordialidade e respeito quando do atendimento ao público interno e externo;
- g) Comunicar ao TRIBUNAL, por escrito, qualquer irregularidade ou anormalidade observada no local da prestação dos serviços;
- h) Avisar ao TRIBUNAL, imediatamente, qualquer avaria, furto, roubo ou extravio de materiais, equipamentos e objetos de propriedade do TRIBUNAL, ou que estejam sob a responsabilidade da CONTRATADA, ou de terceiros;
- i) Apurar, sem prejuízo das providências adotadas pela Administração, o envolvimento de seus profissionais nas ocorrências relacionadas com avaria ou extravio de bens nas dependências do TRIBUNAL, inclusive nas situações descritas anteriormente;
- j) Prestar esclarecimentos, independentemente de solicitação, sobre outros eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a CONTRATADA;
- k) Encaminhar à COSERG e/ou à COSEC/SECONP todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e à fiscalização da prestação dos serviços.

5.4. Para fins de acompanhamento e fiscalização dos serviços, todos os edifícios constantes no ANEXO II – RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS deverão ser visitados pelos SUPERVISORES indicados pela CONTRATADA, pelo menos uma vez a cada mês e sempre que solicitado por este TRIBUNAL.

5.5. O TRIBUNAL poderá reportar-se diretamente aos SUPERVISORES, dando ciência ao PREPOSTO, para resolução de qualquer problema operacional relacionado ao contrato.

5.6. Cabe à CONTRATADA encaminhar à COSEC/SECONP, mensalmente, até o dia 20 de cada mês, em formato digital, em arquivos separados por comarcas, cópia do relatório de acompanhamento da execução do contrato, devidamente preenchido e, se for o caso, sugerindo melhorias e destacando as ocorrências relevantes verificadas na execução contratual, conforme modelo sugerido pelo TRIBUNAL, no ANEXO X - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS

5.7. Os relatórios entregues deverão corresponder à avaliação dos serviços prestados no mês anterior.

5.8. A periodicidade mencionada no item 16.24 poderá ser alterada pelos FISCAIS do contrato, podendo ficar condicionada à solicitação do TRIBUNAL, e a CONTRATADA terá então, até 30 (trinta) dias para entrega dos relatórios referentes à prestação dos serviços do mês em que ocorreu a solicitação, contados a partir da data da notificação pela COSEC/SECONP.

5.9. A CONTRATADA deverá encaminhar à COSEC/SECONP, em formato digital, cópia do relatório mensal das substituições, inclusive de férias, dos profissionais alocados na contratação, atestando as condições das substituições dos profissionais, conforme modelo sugerido pelo TRIBUNAL no ANEXO XI - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO MENSAL DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFISSIONAIS.

5.10. Os relatórios descritos nos subitens 16.24 e 16.26 deverão ser preenchidos, de maneira clara e concisa, pelo Juiz Diretor do Foro, ou também por representante indicado por esse, bem como pelo PREPOSTO ou SUPERVISOR da CONTRATADA e atestado por ambos.

5.11. O relatório de substituição, inclusive de férias, devidamente preenchido, deve ser encaminhado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a ocorrência da substituição.

5.12. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao TRIBUNAL números telefônicos para localização imediata de seu PREPOSTO e SUPERVISORES, bem como fornecer números telefônicos, e-mails,

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé, em 16 de Fevereiro de 2019.

PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE



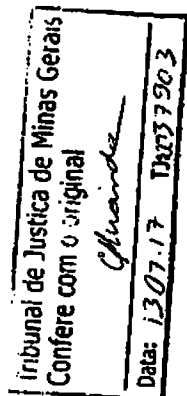
Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95

SELO NORMAL: FJG11318-ZRSJ / Confira os dados do ato em: selo.tjcm.jus.br





## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



6.1.13. Efetuar os pagamentos mensais devidos pela execução dos serviços, cumprindo os prazos determinados, desde que observadas as formalidades legais e exigências deste Contrato.

6.1.14. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme, crachá, equipamentos e/ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

6.1.15. Manter representante do TRIBUNAL portador das chaves, que deverá acompanhar durante todo o tempo a execução dos serviços, caso haja necessidade de entrada e/ou permanência de pessoal da CONTRATADA em salas de trabalho vazias ou em outras repartições.

**6.2. DA CONTRATADA, além daquelas descritas no Termo de Referência do Edital da Licitação nº 117/13 e seus Anexos:**

6.2.1. Implantar, a partir da data prevista na "Autorização de Início da Prestação de Serviços", a execução e supervisão permanente das atividades, nos locais relacionados no **ANEXO I – TOTAL DE OCUPAÇÕES POR LOTE** deste Contrato, observando os horários e a programação de execução, bem como as respectivas alterações, segundo cronograma elaborado conjuntamente pela **GESEG** e pela **COSEC**.

6.2.2. Executar o contrato sem transferência de responsabilidades ou subcontratações.

6.2.3. Manter sede, filial ou escritório na cidade que nomear polo da região onde os serviços serão prestados, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como para realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

6.2.3.1. A CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, o cumprimento da obrigação prevista no subitem anterior.

6.2.4. Encaminhar, até 40 dias após a assinatura do contrato, cronograma com a previsão dos serviços de lavagem das caixas e reservatórios de água de todas as comarcas.

6.2.4.1. Na impossibilidade da CONTRATADA observar o prazo estipulado pelo TRIBUNAL, deverá comunicar imediatamente à COSEGE e à COSEC/SECONP, através de correspondência formal, indicando o motivo, para a devida apreciação e aprovação.

6.2.5. Fiscalizar, através de seu PREPOSTO/SUPERVISOR, o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo TRIBUNAL, não devem ser interrompidos.

6.2.5.1. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do TRIBUNAL não eximirá CONTRATADA de total responsabilidade por seus atos falhos.

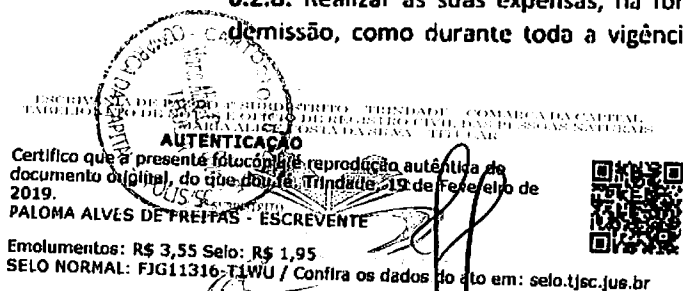
6.2.6. Recrutar, selecionar, preparar e encaminhar os profissionais integrantes do seu quadro funcional próprio, em quantidade suficiente e qualificação mínima exigida necessária à execução dos serviços requisitados pelo TRIBUNAL, observadas as disposições e as condições mínimas estabelecidas no Termo de Referência do Edital da Licitação 117/2013.

6.2.6.1. Qualquer remanejamento de profissional da CONTRATADA ficará condicionado à autorização, por escrito, da GESEG, conforme o caso.

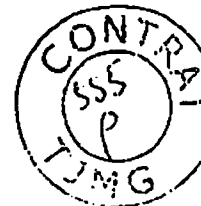
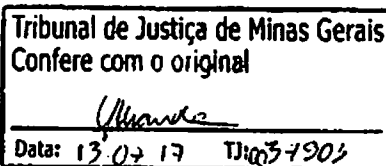
6.2.7. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.

6.2.7.1. Os FISCALIS do contrato poderão examinar as carteiras profissionais dos empregados colocados ao seu serviço, para comprovar o registro de função profissional, bem como conferir todas as anotações na carteira de trabalho, dando atenção especial quanto à função exercida, a remuneração e todas eventuais alterações dos contratos de trabalho, nos termos do Anexo – IV da IN nº 02/2008, alteração pela IN nº 03/2009.

6.2.8. Realizar às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão, quanto na demissão, como durante toda a vigência do contrato de trabalho de seus profissionais, todos os



5X



## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

exames médicos exigidos, apresentando os atestados de sanidade física e mental ao TRIBUNAL, quando houver solicitação formal do GESTOR ou de qualquer um dos FISCALIS do contrato.

6.2.9. Zelar pela disciplina dos profissionais alocados na prestação de serviços, que deverão obedecer às normas internas disciplinares e de segurança do TRIBUNAL, sendo vedado:

- a) Qualquer tipo de jogo, bem como a venda de rifas e bilhetes, a circulação de listas e pedidos de qualquer natureza;
- b) A permanência dos profissionais cedidos nas dependências do órgão no qual prestam serviços, antes ou depois dos horários de trabalho;
- c) O consumo ou guarda de bebidas alcoólicas nas dependências do TRIBUNAL;
- d) O uso de uniforme quando não estiver prestando serviços.

6.2.10. Responsabilizar-se pelo fornecimento e recolhimento dos crachás, que serão confeccionados com fotografia recente do empregado e tarja magnética, conforme modelo previamente aprovado pela COSEC/SECONP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do início da prestação de serviços, devendo ser, obrigatoriamente recolhidos e destruídos pela CONTRATADA, quando do término do contrato de trabalho dos profissionais alocados nesta contratação.

6.2.10.1. A entrega do crachá far-se-á mediante "Recibo de Entrega" assinado e datado pelo profissional cedido, elaborado em três vias, sendo uma para a CONTRATADA, uma para o empregado alocado e uma a ser encaminhada à COSEC/SECONP, em arquivo digital por comarca e data.

6.2.11. Deverá a CONTRATADA conceder férias aos seus funcionários dentro do período concessivo, sob pena de rescisão contratual, informando mensalmente ao TRIBUNAL os nomes dos funcionários em férias.

6.2.11.1. A escala de férias deverá ser elaborada de forma a não prejudicar o andamento dos trabalhos habituais.

6.2.11.2. A CONTRATADA, mediante solicitação da COSEC/SECONP, deverá registrar as ocorrências e efetuar as substituições dos profissionais que entrarem em férias.

6.2.11.3. No período de férias, a CONTRATADA deverá repor a mão-de-obra necessária à execução dos serviços, substituindo um profissional por outro.

6.2.11.4. Caso o profissional manifeste o interesse em converter 1/3 (um terço) de suas férias em abono pecuniário, dentro do prazo legal, o seu substituto irá laborar por vinte dias, que, somados aos dez dias convertidos em abono pecuniário, totalizará os trinta dias que serão reembolsados pelo TRIBUNAL.

6.2.11.5. A COSEC/SECONP poderá dispensar a reposição do substituto.

6.2.11.5.1. Para fins de acompanhamento das substituições de profissionais em férias regulamentares, a CONTRATADA deverá encaminhar à COSEC/SECONP, mensalmente, a relação contendo nome dos profissionais substituídos e substitutos.

6.2.12. Caberá à CONTRATADA providenciar as substituições de profissionais que se ausentarem das atividades por licença-paternidade, licença-maternidade, licença-médica, ou outro afastamento.

6.2.12.1. Em todos os casos de substituição, a CONTRATADA deverá encaminhar os profissionais substitutos para os locais de trabalho mediante formulário próprio de apresentação, onde constará obrigatoriamente: o nome completo do empregado substituto e do empregado substituído, a qualificação, a ocupação e jornada de trabalho, o motivo da substituição e, quando possível, a data de início e término da substituição.

6.2.12.2. A CONTRATADA fica obrigada a substituir, através da formalização da GESEG/SECONP, qualquer empregado em serviço, cuja apresentação, saúde, conduta moral ou profissional, sejam consideradas prejudiciais, inconvenientes, ou insatisfatórias, ou aqueles que, por qualquer forma, não satisfizerem as condições requeridas pela natureza dos serviços.



**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que consta. Tendo sido emitida em 13 de Fevereiro de 2017.  
PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE  
Emulmentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95  
SELO NORMAL: FIG11315-24KH / Confira os dados do selo em: selo.tjmc.jus.br



*Albano*  
Data: 13.07.17 Nº 37903

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

6.2.12.3. No cumprimento desse encargo, a CONTRATADA deverá assegurar que todo profissional que cometer falta disciplinar, ou não estiver atendendo ao serviço contratado, será retirado do local de trabalho ou quaisquer outras instalações do TRIBUNAL.

6.2.13. Caberá à CONTRATADA arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços, abrangidos: os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, fiscais e comerciais, os benefícios obrigatórios e legais concedidos aos profissionais alocados, inclusive vale-transporte e vale-lanche.

6.2.13.1. A CONTRATADA deverá excluir do faturamento mensal os dias de faltas não justificadas dos profissionais alocados, os salários daqueles que o TRIBUNAL colocar à sua disposição e dos que receberem benefícios do INSS (licença-maternidade, auxílio enfermidade, auxílio acidente do trabalho, etc.).

6.2.13.2. As despesas não previstas na planilha de custos, consignadas nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias profissionais alocadas na contratação, deverão ser calculadas no percentual do GRUPO C – LUCRO E DESPESAS INDIRETAS e detalhadas para devidos fins.

6.2.14. Efetuar o pagamento mensal direto na conta corrente dos seus profissionais, visto que não será permitido pagamento em espécie nas dependências do TRIBUNAL.

6.2.14.1. A CONTRATADA deverá providenciar, nos moldes previstos nas Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, contratação de seguro de vida em grupo, com auxílio funeral e auxílio familiar para seus profissionais.

6.2.14.2. Cabe à CONTRATADA encaminhar, às suas custas, ao local de trabalho, quaisquer comprovantes de pagamento devidos aos seus empregados, tais como: vales-transportes, vales-lanche, contracheques, bem como o conjunto de uniformes, quando caso for.

6.2.15. Caberá à CONTRATADA encaminhar, às suas custas, ao local de trabalho, a folha de ponto dos funcionários.

6.2.16. Fornecer ou disponibilizar o contracheque aos empregados até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

6.2.17. Fornecer à COSERG, por meio eletrônico, a relação nominal dos profissionais que atuarão junto ao TRIBUNAL, contendo os dados descritos abaixo, comunicando toda e qualquer alteração que venha a ocorrer posteriormente:

- a) nome completo;
- b) endereço residencial, telefone e e-mail, se houver;
- c) registro profissional nas entidades afins, quando for o caso;
- d) CPF, RG e PIS;
- e) data de admissão pela CONTRATADA;
- f) data de início da prestação de serviços no TRIBUNAL;
- g) ocupação;
- h) horário de trabalho;
- i) local da prestação dos serviços.

6.2.18. Fornecer à COSERG, obrigatoriamente, no máximo até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato, relação informando quais entidades sindicais que os funcionários, que serão alocados para a execução do objeto deste certame, pertencem, bem como as informações referentes às Convenções Coletivas e dissídios salariais.

6.2.19. Encaminhar, mensalmente, à GERÊNCIA DE SISTEMAS ADMINISTRATIVOS INFORMATIZADOS – GESAD, os arquivos de dados com as informações constantes da folha de pagamento, bem como aquelas referentes a outros benefícios concedidos aos profissionais que prestam serviços através desta contratação, nos formatos estabelecidos pelo TRIBUNAL.

6.2.20. Enviar, mensalmente, à COSERG:

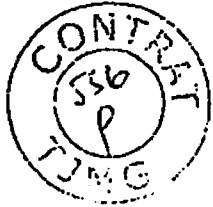
**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé, Trindade, 13 de Fevereiro de 2019.  
PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE

Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95  
SELO NORMAL: FJG11314-ONHR / Confira os dados do ato em: selo.tjmc.jus.br

8

GECONT/CONTRAT Ct. 452/2013 - RC

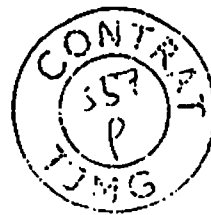
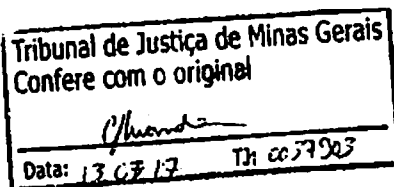
*SA*



## 90







## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

6.2.26. Encaminhar à COSERG, no início da prestação dos serviços, e/ou a cada nova admissão, os documentos específicos relacionados à CONTRATADA e aos profissionais pertencentes ao seu quadro funcional, por meio digital, conforme descrição abaixo:

- a) Contrato de trabalho;
- b) Ficha de registro dos profissionais e das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social, comprovando o registro do empregado;
- c) Comprovante do cadastramento dos empregados no regime do PIS/PASFP;
- d) Documento que comprove o recebimento de equipamento de proteção individual ou coletiva, se o serviço exigir;
- e) Atestado de saúde ocupacional (ASO), exigível por força da Norma Regulamentadora nº. 7, subitem 7.4.4., anexo à Portaria nº. 3.214, de 8 de junho de 1978( ), nas seguintes situações: admissional, periódico, demissional e retorno ao trabalho;
- f) Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho aplicáveis às categorias profissionais envolvidas na contratação, observada rigorosamente a data de vigência dos mesmos;
- g) Regulamento interno da CONTRATADA, se houver;
- h) Comprovante de opção de fornecimento do vale-transporte, com a quantidade a ser fornecida mensalmente e o valor correspondente, quando for o caso;
- i) Comprovante de quitação do prêmio e cópia da apólice do seguro de vida em grupo dos profissionais alocados na prestação de serviços;
- j) Comunicado de Acidente do Trabalho (CAT), na hipótese de ocorrência.

6.2.27. Encaminhar à COSERG, durante a prestação dos serviços, quando devidamente solicitado, por meio digital:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – cópias das páginas com anotações, amostras por cargo;
- b) Cartão, ficha, ou livro de ponto assinado pelo empregado, constando as horas normais e extraordinárias trabalhadas;
- c) Recibo de concessão do aviso de férias;
- d) Comprovante da entrega da RAIS( ) e de que o trabalhador dela fez parte, quando for o caso;
- e) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED;
- f) Documento comprovando a concessão de aviso-prévio pela CONTRATADA, ou pelo profissional alocado;
- g) Recibo de entrega da Comunicação de Dispensa (CD) e do Requerimento de Seguro Desemprego, nas hipóteses em que o trabalhador possa requerer o benefício (dispensa sem justa causa, por exemplo);
- h) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização do exame médico demissional.

6.2.28. Executar a prestação dos serviços observando as normas regulamentadoras prescritas pela Consolidação das Leis do Trabalho - C.L.T. e pela legislação complementar, além dos dispositivos contidos nas Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho, pactuados entre os Sindicatos que abrangem as categorias profissionais envolvidas nesta contratação.

6.2.29. Caberá à CONTRATADA executar os serviços por meio de profissionais capacitados do seu quadro próprio de pessoal, que preencham, no mínimo, os requisitos constantes no Termo de Referência do Edital da Licitação n.º 117/2013.

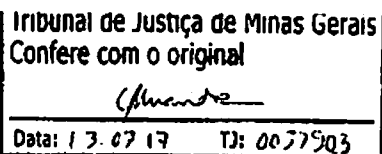
6.2.30. Utilizar a Convenção Coletiva de Trabalho conforme enquadramento das categorias profissionais alocadas nesta contratação.

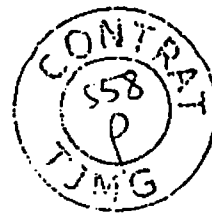
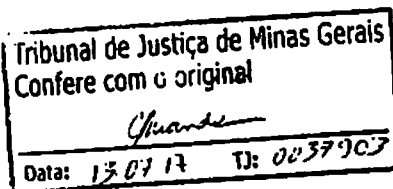
6.2.30.1. A CONTRATADA deverá adequar o valor salarial estimado pelo TRIBUNAL, na planilha de formação de preços da contratação, quando detectado que este está inferior ao piso da categoria



**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica da  
documentação original, do que consta em fls. 12 de Fevereiro de  
2019.  
PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE

Emendamentos: R\$ 3.55 Selo: R\$ 1,95  
Selo NORMAL: FJG11311-E4B1 / Confira os dados do selo em: selo.tjmc.jus.br





## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**8.3.1. Valor:** corresponderá ao previsto no SUBGRUPO A.1 – SALÁRIOS (considerado o total de mão-de-obra utilizada para a prestação dos serviços contratados, deduzidas as ocorrências arroladas no mês, tais como, faltas, admissões, demissões, férias, etc.), acrescidos:

- do percentual referente ao Adicional de Gratificação por Acúmulo de Função na ocupação de Auxiliar de Serviços Gerais (percentual este indicado na cláusula que versa sobre acúmulo de função das convenções coletivas de trabalho, apresentadas pela CONTRATADA);
- dos valores referentes ao GRUPO B – ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS ((SUBGRUPO A.1+ADICIONAIS) X GRUPO B);
- do valor (fixo) referentes ao GRUPO C – LUCRO E DESPESAS INDIRETAS – LDI;
- do valor (fixo) referente ao GRUPO D – INSUMOS, DESPESAS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONVENÇÃO COLETIVA;
- dos valores referentes ao GRUPO F – CONTA VINCULADA ((SUBGRUPO A.1+ADICIONAIS) X GRUPO G).
- Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no GRUPO G – TRIBUTOS.

### 8.3.2. Documentos Necessários:

- Folhas de pagamento, analítica e sintética (impressa e eletrônica), dos profissionais alocados, do mês de competência da prestação dos serviços faturados, específicas para o TRIBUNAL, na forma prevista no art. 225, inciso I, do Decreto Federal nº. 3.048, de 06 de maio de 1999;
- Comprovante de depósito bancário;
- Relação das ocorrências do mês, como: data de início ou término do contrato de trabalho, férias, afastamentos por motivo legal, contendo o nome completo dos profissionais dos substitutos e substituídos, data de início e término da substituição, a ocupação, e relação dos profissionais que recebem benefícios do INSS, faltas e repouso semanal remunerado, com respectivos valores, contendo nome, matrícula, salário-base;
- Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP (impressa e eletrônica), do mês de competência da prestação de serviços, com as informações relativas aos empregados alocados na contratação;
- Relação emitida pela empresa fornecedora dos vales-lanche de compra e recarga, a qual deverá conter o nome do beneficiário e o montante creditado, ou comprovante de fornecimento dos vales-lanche, separado por localidade da prestação de serviços;
- Relação emitida pela empresa fornecedora dos vales-transporte de compra e recarga, a qual deverá conter o nome do beneficiário e o montante creditado, ou comprovante do depósito efetuado diretamente na conta bancária do profissional nos locais que não exista bilhetagem eletrônica ou outro meio documental hábil previamente aprovado pelo TRIBUNAL.

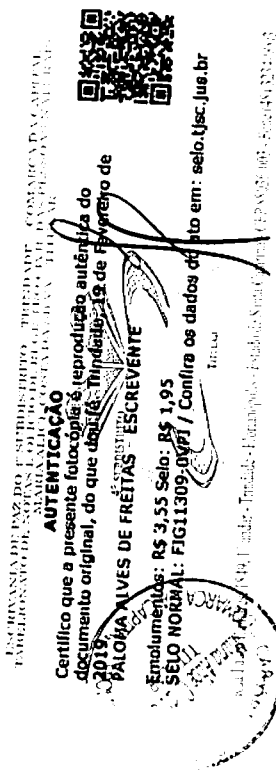
### 8.4. SUBSTITUIÇÕES:

**8.4.1. Valor:** corresponderá ao reembolso da parcela desta rubrica, na quantidade de dias efetivamente trabalhados. Sobre o resultado serão acrescidos os percentuais das rubricas férias, abono constitucional e 13º Salário. Sobre o somatório incidirão os percentuais referentes ao GRUPO B – ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS (Substituição x Grupo B). Por fim, incidirão os percentuais previstos no GRUPO G – TRIBUTOS.

### 8.4.2. Documento Necessário:

- Comprovante de depósito bancário.

### 8.5. HORAS EXTRAS AUTORIZADAS:





Tribunal de Justiça de Minas Gerais  
Confere com o original

*Handwritten signature*

Data: 13.07.17 TJ: CC 37903

## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**8.5.1. Valor:** Corresponderá ao reembolso do valor da hora normal de trabalho do empregado, multiplicado pelo percentual previsto nas Convenções Coletivas de Trabalho – CCT, pela quantidade de horas praticadas e seus reflexos. Sobre o resultado será acrescido o percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS** (Horas Extras x Grupo B – Encargos Sociais Básicos), acrescido o percentual referente ao **GRUPO G – CONTA VINCULADA** (Horas Extras x Grupo G – Conta Vinculada). Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO F – TRIBUTOS**.

**8.5.2. Documentos Necessários:**

- a) Espelho de ponto devidamente assinado pelo empregado e resumo da apuração das horas extras realizadas;
- b) Comprovante de depósito bancário.

**8.6. REEMBOLSO DE DESPESA DE VIAGEM:**

**8.6.1. Valor:** Corresponderá ao pagamento das despesas reembolsáveis, aprovadas na prestação de contas, respeitando o valor diário máximo estipulado na Planilha Estimativa de Custos e Composição de Preços da Contratação. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G – TRIBUTOS**.

**8.6.2. Documentos Necessários:**

- a) Formulários “Autorização de Viagem” e “Relatório de Viagem/Prestação de Contas”, devidamente preenchidos, assinados e aprovados.

**8.7. ADICIONAL NOTURNO:**

**8.7.1. Valor:** corresponderá ao reembolso do valor da hora normal de trabalho do empregado, multiplicado pelo percentual previsto nas Convenções Coletivas de Trabalho – CCT, pela quantidade de horas praticadas e seus reflexos. Sobre o resultado será acrescido o percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**, acrescido o percentual referente ao **GRUPO F – CONTA VINCULADA** (Adicional Noturno x Grupo F – Conta Vinculada). Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G – TRIBUTOS**.

**8.7.2. Documentos Necessários:**

- a) Folhas de pagamento, analítica e sintética (impressa e eletrônica), dos profissionais que realizaram serviço noturno, alocados nesta contratação, do mês de competência da prestação dos serviços faturados, específicas para o TRIBUNAL, na forma prevista no art. 225, inciso I, do Decreto Federal nº. 3.048, de 06 de maio de 1999;

- b) Comprovante de depósito bancário;

**8.8. VERBAS RESCISÓRIAS:**

**8.8.1. Valor:** O reembolso de verbas rescisórias compreenderá as seguintes rubricas com as obrigações abaixo:

- a) **AVISO PRÉVIO INDENIZADO E REFLEXOS:** constante do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT, acrescido do percentual de incidência do FGTS. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G – TRIBUTOS**.

**8.8.2. Documento Necessário:**

- a) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT, devidamente homologado perante a autoridade competente, contendo os encargos e verbas rescisórias previstos na contratação e acasos devidas.

**8.9. PROCEDIMENTOS PARA LIBERAÇÃO DE VALORES DA CONTA VINCULADA:**

**8.9.1. 13º SALÁRIO:**

**8.9.1.1.** A liberação de valores referentes a essa rubrica, corresponderá ao valor expresso na folha de pagamento, acrescido do percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**. A



**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé, em 19 de Fevereiro de 2019.

PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE



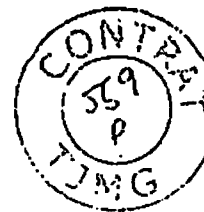
Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95

SELO NORMAL: FJG11308-Z5Z0 / Confira os dados do selo em: selo.tjmc.jus.br

*Handwritten signature*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



CONTRATADA deverá efetuar o pagamento com os empregados em duas parcelas, sendo a primeira parcela no percentual de 50% em julho e a segunda parcela em dezembro.

**8.9.1.2. Documentos Necessários:**

- a) Folha analítica contendo a rubrica "13º Salário";
- b) Comprovante de Pagamento.

**8.10.2. FÉRIAS E ABONO CONSTITUCIONAL**

**8.10.2.1.** A liberação de valores referentes a essa rubrica, corresponderá ao valor expresso na folha de pagamento, acrescido do percentual referente ao GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS.

**8.10.2.2. Documentos Necessários:**

- a) Folha analítica contendo a rubrica "Férias e Abono Constitucional";
- b) Comprovante de Pagamento.

**8.11. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL / INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA (Multa FGTS)**

**8.11.1.** A liberação de valores referentes a essa rubrica corresponderá ao reembolso de 50% (cinquenta por cento) dos depósitos relativos ao FGTS (sendo 10% - Contribuição Social e 40% - Indenização por Rescisão sem Justa Causa (Multa FGTS) efetuados durante a vigência do contrato, considerando como depósito inicial o referente ao mês de competência da assinatura do contrato, em consonância com a data de admissão do profissional alocado na prestação dos serviços ora contratados.

**8.11.2. Documentos Necessários:**

- a) Extrato do FGTS para fins Rescisórios;
- b) Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento FGTS Rescisório;
- c) Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS - GRRF;
- d) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho - TRCT, devidamente homologado perante a autoridade competente, contendo os encargos e verbas rescisórias previstos na contratação e acasos devidas.
- e) Documento comprovando a concessão de aviso prévio pela CONTRATADA, ou pelo empregado alocado;
- f) Atestado de saúde ocupacional - ASO.

**DA LIQUIDACÃO E DO PAGAMENTO**

**CLÁUSULA NONA:** O processo de liquidação da despesa decorrerá da verificação da efetiva prestação dos serviços, tomada por prazo de execução, o que dará o direito a CONTRATADA de receber seu crédito, vedada qualquer antecipação de pagamentos ou inclusão de serviços não previstos.

**9.1.** Para liquidação e pagamento correspondente às despesas, a CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura discriminada.

**9.2.** A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, nas propostas e no próprio instrumento contratual, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz, devendo esta ainda ser acompanhada das Certidões Negativas de Débito junto ao INSS, FGTS, Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União junto à Receita Federal do Brasil (válidas e regulares) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**9.2.1.** A nota fiscal/fatura será emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências contratuais e legais, especialmente as de natureza fiscal/tributária, acrescidas das seguintes informações:

- a) Indicação do objeto do contrato;
- b) Indicação do número do contrato;
- c) Indicação, clara e precisa, dos serviços prestados; e,



**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente cópia é reprodução autêntica do documento original, do qual foi tirada em 19 de Fevereiro de 2019.  
PÁULONA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE  
Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95  
SELO NORMAL: FJG11307-VAS/K / Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br  
Tutor: [Assinatura]



Ministério de Justiça de Minas Gerais  
Confere com o original  
*Assinado*  
Data: 13.07.19 TJI 6057903

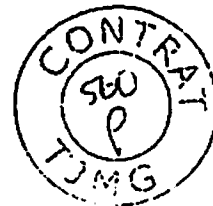
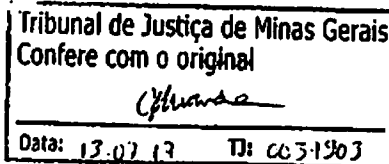
## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- d) Destaque, conforme regulação específica, da base de cálculo, alíquota e valor das retenções incidentes - ISSQN, INSS, IRRF e outros, se houver.
- 9.3. O TRIBUNAL reserva-se no direito de somente efetuar o pagamento da prestação de serviços contínuos após comprovação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações, cláusulas e condições deste contrato.
- 9.4. O ateste da fatura correspondente à prestação dos serviços caberá aos FISCAIS da contratação.
- 9.5. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado pelo TRIBUNAL, através de sua Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária – DIRFIN, em moeda nacional, por meio de ordem bancária, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de apresentação do documento fiscal hábil de cobrança à COSERG.
- 9.6. Quando da efetivação do pagamento da nota fiscal/fatura serão deduzidos os valores correspondentes à retenção na fonte de tributos e contribuições de qualquer esfera de governo (federal, estadual/distrital ou municipal), na forma e modo determinado pelo ordenamento jurídico aplicável.
- 9.7. No primeiro e último mês de vigência contratual, os valores a serem pagos pelo TRIBUNAL serão calculados “pro rata die”, pelo período da efetiva prestação dos serviços, considerando o mês comercial de 30 (trinta) dias para efetuar o cálculo.
- 9.8. O pagamento da nota fiscal/fatura somente será efetuado após a verificação da regularidade das Certidões indicadas no subitem 9.2 deste Contrato, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas, e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no edital.
- 9.9 Na hipótese de isenção de algum dos Encargos Sociais Básicos e/ou Tributos, a CONTRATADA deverá apresentar documentos comprobatórios, deduzindo este percentual do GRUPO B e/ou G.
- 9.9.1. No caso de isenção ainda não transitada em julgado, o valor será depositado em juízo até o término do contrato ou decisão terminativa.
- 9.10. Do montante a pagar à CONTRATADA, poderá o TRIBUNAL deduzir:
- a) O valor proporcional aos dias não justificados pelos profissionais da CONTRATADA; e,
  - b) Os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, em conformidade com o Termo de Referência do Edital da Licitação n.º 117/2013.
- 9.11. O TRIBUNAL identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, mormente no que tange a valores dos serviços prestados, deverá devolvê-la à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações referentes aos motivos de sua rejeição, observado que o prazo estabelecido nesta cláusula passará a ser contado a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura, devidamente corrigida.
- 9.12. A devolução de nota fiscal/fatura não aprovada pelo TRIBUNAL, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados ou fornecedores.
- 9.13. Caso a CONTRATADA não encaminhe a nota fiscal/fatura e demais documentos ao TRIBUNAL no prazo fixado, a data do pagamento poderá ser alterada na mesma proporção dos dias úteis de atraso.
- 9.14. O pagamento correspondente à última nota fiscal/fatura somente será liberado após o cumprimento de todas as tarefas mensais, bem como a correção de todas as pendências apuradas.
- 9.15. O TRIBUNAL poderá sustar os pagamentos devidos à CONTRATADA, no todo ou em parte, enquanto houver pendência relativa:
- a) À liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
  - b) À existência de débitos para com o TRIBUNAL, quando não coberto pela garantia contratual ou esta for insuficiente;

ESTADO DE MINAS GERAIS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA - COMARCA DA CAPITAL  
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - COMARCA DA CAPITAL  
ALVARÁ DE AUTENTICAÇÃO  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé, em 19 de fevereiro de 2019.  
PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE

Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95  
SELO NORMAL: FJG11306-DVSZ / Confira os dados do ato em: selo.tjcg.jus.br





## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- c) A existência de débitos para com terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA, relacionados com os serviços contratados e que possam pôr em risco seu bom andamento ou causar prejuízos materiais ou morais ao TRIBUNAL;
- d) Ao descumprimento de obrigação relacionada ao objeto deste contrato, que possa ensejar a responsabilização solidária ou subsidiária do TRIBUNAL;
- e) A não apresentação da garantia de execução, ou sua apresentação de forma irregular;
- f) A comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação quanto à situação de regularidade fiscal da empresa.

9.16. As ocorrências em espécie não constituem o TRIBUNAL em mora, não geram direito à alteração de preços, atualização monetária, compensação financeira ou paralisação da prestação dos serviços, reservando-se o TRIBUNAL ao direito de se utilizar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, para cobrir as pendências apuradas.

9.17. O pagamento efetuado pelo TRIBUNAL não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho na prestação do serviço e de quaisquer irregularidades detectadas durante a vigência contratual.

9.18. O TRIBUNAL poderá realizar glosa de valores de serviços não realizados, na própria fatura, oficiando a CONTRATADA sobre as razões que ensejaram o desconto.

9.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, "pro rata tempore", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{1}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

Em, que:

i = taxa percentual anual no valor de 6%

9.19.1. A atualização financeira tratada neste item será incluída no faturamento seguinte ao da ocorrência e dependerá de solicitação da CONTRATADA.

9.20. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos neste contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao TRIBUNAL, nem poderá onerar o objeto contratado, razão porque as partes contratantes renunciaram expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva.

9.21. Na hipótese do TRIBUNAL arcar com o pagamento de alguma despesa advinda de conduta que esteja sob a responsabilidade da CONTRATADA, esta se obriga a promover o respectivo ressarcimento a preços atualizados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comprovação da responsabilidade.



**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dá fé o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em 13 de fevereiro de 2019.  
D. ALOIA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE  
Embrulhados: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95  
SELO NORMAL: FIG11305-454B / Confira os dados do selo em: selo.tjcm.jus.br



Tribunal de Justiça de Minas Gerais  
Confere com o original

Data: 13/01/19 TJ: CC37503

## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

9.22. Caso a CONTRATADA não execute o ressarcimento dentro do prazo estipulado, o TRIBUNAL reserva-se ao direito de descontar o valor do pagamento dos créditos vincendos, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

### DA CONTA VINCULADA

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Será observado o contingenciamento mensal de parcela do pagamento devido a CONTRATADA, em atendimento a Resolução nº. 169, de 31 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

10.1. O montante mensal a ser contingenciado será obtido mediante a aplicação dos percentuais constantes no ANEXO IV – PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO referentes aos provisionamentos das seguintes rubricas:

- a) Férias;
- b) 1/3 constitucional;
- c) 13º salário;
- d) multa do FGTS por dispensa sem justa causa;
- e) incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário (INSS, Sesi/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIO EDUCAÇÃO/FGTS/RAT + FAT/SEBRAE, etc).

10.2. Os valores a serem contingenciados serão glosados do pagamento mensal à CONTRATADA e depositados em conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da CONTRATADA em banco público oficial.

10.3. Os saldos da conta vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados pelo índice da poupança ou outro índice que venha a ser utilizado, desde que de maior rentabilidade.

10.4. A CONTRATADA, no prazo de vinte dias, contado a partir da data da assinatura do contrato, deverá atender à solicitação de assinatura dos documentos de abertura da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação –, em banco público indicado pelo TRIBUNAL, nos termos estabelecidos no inciso II do art. 6º da resolução nº. 169, de 31 de janeiro de 2013 – CNJ.

10.5. Eventuais despesas para abertura e manutenção da conta corrente vinculada deverão ser suportadas pela taxa de administração constante na proposta comercial da empresa.

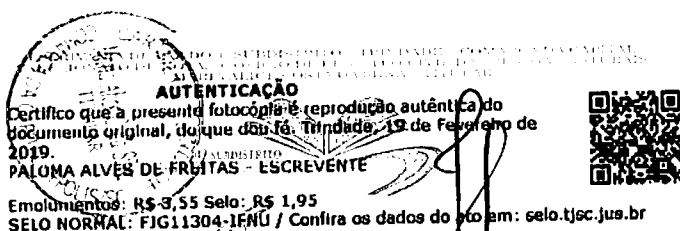
10.6. O valor das despesas com a cobrança de abertura e de manutenção da referida conta corrente vinculada será retido do pagamento do valor mensal devido à CONTRATADA e depositado na conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação.

10.7. Para resgate dos recursos da conta vinculada – bloqueada para movimentação – a CONTRATADA deverá expedir solicitação formal à Unidade Competente do Tribunal.

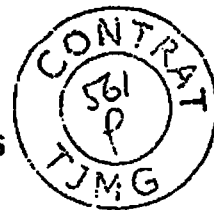
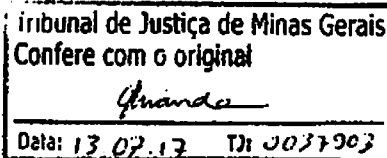
10.8. Para resgate dos recursos da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – a CONTRATADA, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do TRIBUNAL os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado alocado no contrato as rubricas correspondentes ao valor a ser resgatado.

10.9. A solicitação deverá ser acompanhada de planilha detalhando, para cada empregado, o cálculo de férias, 1/3 constitucional e 13º salário, que resultará no valor a ser lançado em holerite, restringindo-se ao lapso de tempo que o empregado estiver alocado na execução do contrato, acompanhando a proporcionalidade dos aprovisionamentos havidos e culminando no valor total do resgate.

10.10. O responsável pela fiscalização do contrato ratificará as informações que integrarem os cálculos e que influenciem nos valores a serem levantados da conta corrente vinculada, no que disser respeito à frequência do empregado no posto de trabalho, número de ausências, adicional noturno, se o período abrangido pelo cálculo é compatível com a alocação do empregado na Unidade, dentre outros, e enviará de imediato, por meio eletrônico, a planilha de cálculo atestada, a folha de







## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

pagamento e a solicitação formal da empresa para os setores competentes nos termos do art. 12 da Resolução nº 169 de 31 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça.

**10.11.** Quando se tratar de valor pago em razão de rescisão do contrato de trabalho entre a empresa CONTRATADA e o empregado alocado na execução do contrato, com mais de 01 (um) ano de serviço, o resgate de valores incluirá aquele referente ao contingenciamento da multa do FGTS, se for o caso, sendo que a documentação relacionada na cláusula 30.9 deverá ser acrescida do cálculo já homologado junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego ou sindicato da categoria, nos termos da legislação trabalhista vigente.

**10.12.** No caso de o sindicato exigir o pagamento antes da assistência, a CONTRATADA solicitará o resgate do valor ao TRIBUNAL, observando os procedimentos descritos acima ou poderá adotar o procedimento indicado no item 10.15 desta cláusula, devendo apresentar ao TRIBUNAL, no prazo de dez dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta corrente do empregado, a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários.

**10.13.** Nos casos de determinação judicial para bloqueio e transferência de valor da conta corrente vinculada para a conta corrente judicial, o TRIBUNAL, por meio do responsável pela fiscalização do contrato, deverá notificar a CONTRATADA sobre a ordem judicial e informar que o valor transferido judicialmente será glosado por ocasião do primeiro pagamento e dos subsequentes a serem efetuados à CONTRATADA e depositados na conta corrente vinculada para recomposição do saldo.

**10.14.** Eventuais saldos da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – somente serão liberados à CONTRATADA se após dois anos do término do contrato o empregado que estava alocado na execução do contrato não acionar a justiça do trabalho.

**10.15.** A CONTRATADA poderá solicitar autorização do TRIBUNAL para movimentar os recursos da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação –, diretamente para a conta corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas na cláusula 10.1.

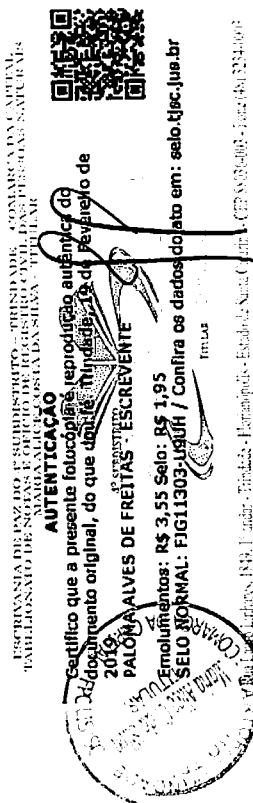
**10.16.** Na situação descrita acima, o TRIBUNAL solicitará ao banco público oficial que, no prazo de dez dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos.

**10.17.** No encerramento do contrato, eventuais saldos da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – do contrato findo serão transferidos para novo contrato quando a última contratada e a CONTRATADA forem a mesma empresa.

### DO REAJUSTAMENTO

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O restabelecimento da relação pactuada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, dar-se-á segundo os critérios abaixo especificados:

- O valor referente à remuneração, PAT, PAF, PQM, Contribuição Assistencial Patronal, Programa de Assistência Odontológica, adicional assiduidade, previstos neste termo de referência será reajustado quando em decorrência de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho, desde que devidamente registrados e homologados pela DRT-MG, ou ato do Poder Público, ou, ainda, por autorização deste Tribunal, vedada a inclusão de antecipações e de benefícios não previstos originariamente, salvo interesse desta Administração. Isso se refletirá nos grupos onde estiver prevista a incidência do valor remuneratório. Estarão assegurados os reajustes decorrentes das Convenções Coletivas de Trabalho – CCT / 2013.
- O valor dos benefícios vale-lanche será reajustado quando ocorrer alteração em decorrência de convenção(ões) coletiva(s) de trabalho, desde que devidamente registrada(s) e homologada(s) pela Delegacia Regional do Trabalho – DRT/MG, ou ato do Poder Público.
- Os valores relativos aos uniformes, LDI - Lucro e Despesas Indiretas, vale-transporte, Insumos e serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água e reservatórios somente serão reajustados após





Tribunal de Justiça de Minas Gerais  
Confere com o original

*Alfonso*

Data: 13/07/19 TJ: 003/2013

## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

12 (doze) meses contados da data limite de apresentação da proposta, com aplicação máxima do índice acumulado do IPCA, mediante negociação entre as partes.

d) Os valores das multas descritas na tabela 2 do item 17.9 deste Contrato serão reajustados após 12 (doze) meses contados da sua assinatura, com aplicação máxima do índice acumulado do IPCA.

11.1. A proposta de reajuste dependerá de iniciativa da CONTRATADA, devendo ser apresentada ao TRIBUNAL, em até 30 (trinta) dias da ocorrência do fato ensejador da variação dos componentes de custo desta contratação.

11.2. A inércia da CONTRATADA implicará a perda dos valores retroativos a que faria jus, no caso de inobservância do prazo previsto no subitem anterior.

11.3. É vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando, após a formalização do contrato, se tornarem obrigatórias por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva, ou quando este TRIBUNAL assim autorizar.

11.4. A CONTRATADA deverá informar ao TRIBUNAL toda alteração de caráter obrigatório e superveniente, decorrente de acordos ou convenções coletivas de trabalho durante a execução do objeto contratual.

### DO PRAZO

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** O prazo de vigência deste contrato de prestação de serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo esse prazo ser prorrogado, mediante a celebração de termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

12.1. No caso de prorrogação do prazo contratual, o TRIBUNAL se reserva o direito de exigir, durante todo o período de prorrogação, o mesmo atendimento prestado no decorrer da vigência do termo inicial.

12.2. Caso a CONTRATADA não tenha interesse em renovar o contrato, deverá manifestar formalmente sua intenção ao TRIBUNAL, no prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias antes da data prevista para o término da relação contratual.

### DA GARANTIA

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** A CONTRATADA deverá entregar na Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária, situada à Rua Guajaras nº. 40, 17º andar em Belo Horizonte/MG, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da Autorização de Início dos Serviços, comprovante de garantia na modalidade SEGURO GARANTIA no valor de R\$ 581.999,96 (quinhentos e oitenta e um mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste ajuste, como forma de garantir a perfeita execução do seu objeto.

13.1. A vigência da garantia ofertada deverá abranger toda a vigência deste Contrato e seu valor corresponderá sempre a 5% (cinco por cento) do valor total contratual, ou seja, valor inicial mais os termos aditivos formalizados.

13.2. A prorrogação da vigência do Contrato, fundada no art. 57, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, obriga a Contratada a prorrogar a vigência da garantia inicialmente ofertada, para cada etapa do contrato, ou prestar nova garantia, observando que:

a) O valor corresponderá ao período aditado.

b) A nova vigência deverá abranger todo o período acrescido, cabendo à Contratada prestá-la ao Tribunal no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do extrato do respectivo Termo Aditivo.

13.2.1. O TRIBUNAL reterá todos os créditos relativos à prestação dos serviços até que seja atendido o disposto no subitem anterior.

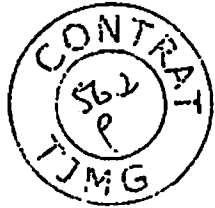
ESTADO DE MINAS GERAIS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA - COMARCA DA CAPITAL  
TABELA DE TAXAS DE JUIZADO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA - COMARCA DA CAPITAL  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé, Trindade, 19 de Fevereiro de 2019.  
PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE



Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95  
SELO NORMAL: FJG11302-101V / Confira os dados do ato em: selo.tjcg.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



13.3. A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do contrato, ficando o TRIBUNAL autorizado a executá-la para cobrir as sanções previstas na Cláusula Décima Sétima.

13.3.1. Se o valor da garantia for utilizado para o fim do subitem anterior, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data da notificação.

13.4. A execução da garantia em razão de multa sancionatória não inviabiliza a aplicação desta em valor superior ao da garantia prestada.

13.5. Havendo garantia, após a execução deste contrato, competirá à CONTRATADA formular ao TRIBUNAL, por meio da DIRFIN/COFIS, o pedido de liberação ou restituição, desde que não haja no plano administrativo ou judicial qualquer pendência ou reclamação, hipótese em que ficará retida até solução final.

13.5.1. A devolução da garantia não exime a CONTRATADA das responsabilidades civil e penal oriundas da execução do objeto contratual.

13.6. O TRIBUNAL, no decorrer da execução contratual, poderá autorizar a substituição da garantia inicialmente ofertada se, cumulativamente:

- a) a CONTRATADA comunicar ao TRIBUNAL previa e justificadamente essa intenção;
- b) os GESTORES do contrato declararem inexistir descumprimento de cláusula contratual de responsabilidade da CONTRATADA, bem como pendências relativas à execução do objeto ou que foi instaurado, ou em vias de instauração, qualquer procedimento administrativo visando à apuração de responsabilidade da CONTRATADA;
- c) a substituição seja por modalidade estabelecida no §1º do art. 56 da Lei Federal nº. 8.666/93;

13.6.1. A nova garantia prestada deverá preencher os requisitos do ato convocatório e deste contrato.

13.6.2. No caso de Fiança e Seguro-Garantia deverá existir expressamente prevista a cobertura de eventual inadimplência ocorrida na vigência da garantia substituída, ainda que o fato venha a ser apurado posteriormente ou, ainda, a garantia substituída tenha vigência e igual à da substituída.

**DA ALTERAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Este contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários nos quantitativos do objeto da licitação, observados os limites dispostos no citado artigo.

**DAS VEDAÇÕES**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** É vedado à CONTRATADA:

15.1. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira.

15.2. Subcontratar o todo ou parte do serviço, sem prévia e expressa autorização do TRIBUNAL, ensejando tal ato em sanções administrativas e rescisão previstas neste Contrato.

15.3. Interromper a execução dos serviços sob a alegação de inadimplemento por parte do TRIBUNAL, salvo nos casos previstos em lei.

15.4. Emitir duplicatas com base neste contrato, não se responsabilizando o TRIBUNAL, em hipótese alguma, por seu pagamento.

15.5. Contratar empregado que possua parentesco natural ou civil, na linha reta ou colateral, com magistrado ou servidor de 1ª e 2ª Instância do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais;

15.6. Alocar trabalhador autônomo ou equiparado, para a prestação de serviços neste TRIBUNAL.

15.6.1. A contratação de empregado, colocados à disposição deste Tribunal, para exercício de funções de chefia, que tenham sido condenados em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos termos da Resolução CNJ, nº. 156, de 8 de agosto de 2012.



**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dá fé, em 13 de fevereiro de 2017.  
PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE  
Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95  
SELO NORMAL: FIG11301-X97Z / Confira os dados do/alo em: selo.tjcmg.br



Tribunal de Justiça de Minas Gerais  
Confere com o original

Data: 13.04.17 TJ: 0037903

## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

15.7. Responsabilizar o TRIBUNAL por compromisso assumido com terceiros, envolvendo ou não os profissionais alocados na prestação dos serviços.

15.8. Designar para função de confiança ou nomear para cargo em comissão, incluídos os de natureza especial, pessoa que tenha sido condenada em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos seguintes casos:

I – atos de impropriedade administrativa;

II – crimes:

- a) contra a administração pública;
- b) contra a incolumidade pública;
- c) contra a fé pública;
- d) hediondos;
- e) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;
- f) de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;
- g) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
- h) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

15.8.1. A vedação descrita no caput deste Subitem abrange aqueles que tenham:

I – praticado atos causadores da perda do cargo ou emprego público;

II – sido excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;

III – tido suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente.

### DA HIPÓTESE DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:** Na hipótese de alteração das condições de habilitação jurídica da CONTRATADA, mediante fusão, cisão, incorporação ou associação com outrem, o TRIBUNAL se reserva o direito de rescindir o Contrato ou continuar sua execução com empresa resultante da alteração social.

16.1. Em caso de cisão, o TRIBUNAL poderá rescindir o Contrato ou continuar sua execução pela empresa que, dentre as que surgidas da cisão, melhor atenda as condições iniciais de habilitação em relação ao prazo restante do Contrato.

16.1.1. Em qualquer dessas hipóteses, deverá ser formalmente comunicada a ocorrência ao TRIBUNAL, com a documentação comprobatória da alteração, devidamente registrada.

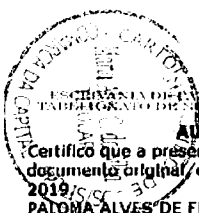
16.2. A não apresentação do comprovante em até 05 (cinco) dias úteis após o registro da alteração social ocorrida, implicará na aplicação da sanção de advertência e, persistindo a situação, poderá ser rescindido o Contrato por culpa da CONTRATADA, com a aplicação da multa e das demais sanções previstas em lei nessa hipótese.

### DA RESCISÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:** O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, bem como:

- a) Por ato unilateral e escrito do TRIBUNAL, independente de aviso, interpelação ou notificação judicial.
- b) Por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que seja conveniente para o TRIBUNAL.
- c) Por incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade revelados pela CONTRATADA durante a prestação dos serviços.

17.1. No caso de rescisão unilateral, o TRIBUNAL não indenizará a CONTRATADA, salvo pelo serviço já prestado até o momento da rescisão.



#### **AUTENTICAÇÃO**

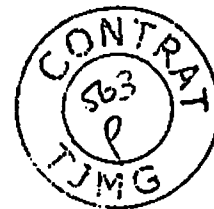
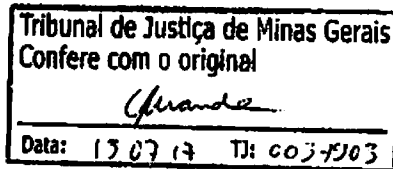
Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original do que dou fé: Trindade, 19 de Fevereiro de 2019.

PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE



Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95

SELO NORMAL: FIG11299-3YXZ / Confira os dados do selo em: selo.tjmg.jus.br



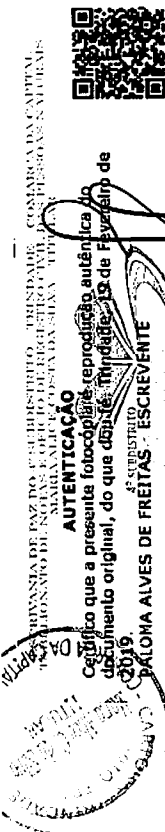
## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:** Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente CONTRATO, execução insatisfatória do serviço, mora de execução, omissão e outras falhas, o TRIBUNAL poderá aplicar à CONTRATADA, após regular processo administrativo, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas falhas técnicas corrigíveis;
- b) multa, observados os seguintes limites:
- b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado;
  - b.2) até 10% (dez) por cento sobre o valor do contrato, em caso de recusa da Contratada em efetuar o reforço da garantia.
  - b.3) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas, com a possível rescisão contratual;
- c) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a 02 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001 e demais disposições correlatas;
- d) Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93. O prazo do impedimento de licitar e contratar será de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.1. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste contrato.
- 18.2. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido pela CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração e, caso não seja suficiente, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.
- 18.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
- 18.4. As sanções serão obrigatoriamente registradas no CAFIMP, devendo a licitante ser descredenciado junto ao Cadastro de Fornecedores do órgão ou entidade promotora da licitação, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital da Licitação 117/2013, neste contrato e das demais cominações legais.
- 18.5. Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato o valor relativo às multas aplicadas em razão do subitem 17.9. desta cláusula.
- 18.6. O retardamento da execução do objeto contratado estará configurado quando a CONTRATADA:
- a) Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data constante na ordem de início de execução dos serviços;
  - b) deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.
- 18.7. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do item 17.9 desta cláusula, respeitada a graduação de infrações conforme tabela 1 a seguir:

Tabela 1



Rua Lacerda, 1849 - Fátima - Belo Horizonte - Minas Gerais - CEP: 30140-000



Tribunal de Justiça de Minas Gerais  
Confere com o original

*Almeida*

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

GRAU DA INFRAÇÃO	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES COMETIDAS DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	7 ou mais
2	6 ou mais
3	5 ou mais
4	4 ou mais
5	3 ou mais
6	2 ou mais

18.8. O comportamento de modo inidôneo estará configurado quando a LICITANTE VENCEDORA executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

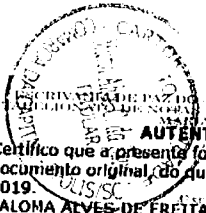
18.9. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas 2 e 3, seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 300,00
2	R\$ 500,00
3	R\$ 700,00
4	R\$ 900,00
5	R\$ 2.000,00
6	R\$ 5.000,00

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado ou por ocorrência
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
3	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
4	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material.	2	Por ocorrência
5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por posto
6	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
8	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal	6	Por ocorrência

  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé, em 19 de Fevereiro de 2019.  
PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE



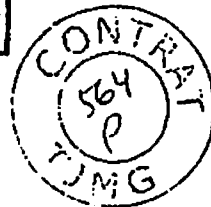
Emolumentos: R\$ 3,55 Selo: R\$ 1,95  
SELO NORMAL: FJG11298-IHA7 / Confira os dados do selo em: selo.tjsg.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

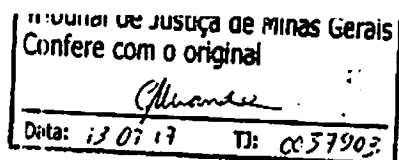
Tribunal de Justiça de Minas Gerais  
Confere com o original

Data: 13.07.17 TJ: 0037503



10	ou consequências letais. Retirar das dependências do TRIBUNAL quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência
11	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	4	Por empregado e por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
12	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por funcionário e por dia
13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	1	Por empregado e por dia
14	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
15	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
16	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
17	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
18	Efetuar a reposição de funcionários faltosos.	2	Por ocorrência
19	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	2	Por dia e por ocorrência
20	Entregar o uniforme aos funcionários a cada 6 (seis) meses.	1	Por dia
21	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade ou região metropolitana onde serão prestados os serviços.	1	Por ocorrência e por dia
22	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	2	Por ocorrência e por dia
23	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços.	1	Por ocorrência e por dia
24	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida no item 17	1	Por ocorrência e por dia
25	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida no item 17	1	Por ocorrência e por dia

18.10. A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente à de impedimento de licitar e contratar, observado o devido processo legal.







# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para fins de habilitação junto a órgãos públicos, autarquias ou entidades privadas, a pedido da interessada, que a empresa **PLANSUL – PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI.**, inscrita no CNPJ sob o nº. **78.533.312/0001-58**, sediada na Rua Joaquim Costa, nº 270, bairro Agrônoma, Florianópolis, SC, presta, de forma contínua, ao **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TJMG**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº 1420, Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 21.154.554/0001-13, os serviços de apoio administrativo e suporte operacional, a serem executados nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, por meio do contrato 407/2014, utilizando o efetivo de profissionais discriminados a seguir:

CARGO	JORNADA MENSAL	QTDE
Arquivista	220 horas	2
Articulador de rede	150 horas	2
Ascensorista	150 horas	75
Ass. de Dir. Sup. Esp. Estático	200 horas	4
Ass. Esp. Suporte Gestão Contrat.	200 horas	28
Assistente administrativo	200 horas	331
Assistente de Direção Superior	200 horas	44
Assistente executivo	200 horas	55
Aux. Arquivo	220 horas	218
Auxiliar de biblioteca	200 horas	7
Auxiliar de enfermagem	150 horas	8
Auxiliar em saúde bucal	150 horas	19
Digitador	150 horas	21
Mensageiro	200 horas	227
Recepcionista	200 horas	66
Secretaria	200 horas	161
Supervisor Adm.	200 horas	19
Supervisor Adm.	220 horas	19
Técnico de suporte	200 horas	18
Telefonista	150 horas	67
Auxiliar de conservação de museu	220 horas	
Encarregado de serviço	220 horas	
TOTAL DE PROFISSIONAIS		1.598



### AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do qual faz parte integrante, e que a mesma foi autenticada em 20 de Dezembro de 2018.

4º SUBSTITUTO  
PALOMA ALVES DE FREITAS - ESCRIVENTE

Emolumentos: R\$ 3,40 Selo: R\$ 1,90  
SELO NORMAL: FIG40235-02/ATA / Confira os dados do atb em: selo.tjse.jus.br

TITULAR

Paloma Alves de Freitas - Escrivente - Rua da Santa Cruz, 100 - Centro - Belo Horizonte - Minas Gerais - CEP: 30130-000

Declaramos ainda que a **PLANSUL – PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI** presta os serviços de forma satisfatória, não existindo, em nossos registros até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2018

Henrique Esteves Campolina Silva  
Gerente de Compra de Bens e Serviços do TJMG  
Tel. 31 3249.8011 – E-mail: gecomp@tjmg.jus.br

TJ 4030-0  
Henrique Esteves Campolina Silva  
Gerente de Compra de Bens e Serviços

EM BRANCO

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé, Trindade, 18 de Fevereiro de 2017.

**MARIA ALICE COSTA DA SILVA - TABELIA**

Emolumentos: R\$ 3,30 Selo: R\$ 1,85

**SELO NORMAL: EPS55454-TGKY**

Confira os dados do ato em: [selo.tjcc.jus.br](http://selo.tjcc.jus.br)

Rua Lauro Linhares, 1849, 1º andar - Trindade - Florianópolis - Estado de Santa Catarina - CEP 88036-003 - Fone (48) 3234-0003

**DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede em Belo Horizonte na Av. Afonso Pena nº. 1420 e na Rua Goiás nº. 229, CNPJ nº 21.154.554/0001-13, declara, a pedido da interessada, que mantém com a empresa Plansul - Planejamento e Consultoria Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 78.533.312/0001-58, sediada a Rua Joaquim Costa, n.º 270, Agrônômica, Florianópolis, SC, o contrato abaixo discriminado:

Contrato: 407/2014

Vigência do Contrato: de 21/11/2014 a 21/11/2016

Objeto do contrato: é a prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, a serem executados nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, nos termos do Edital da Licitação nº 132/2014, dos Anexos e da proposta apresentada pela CONTRATADA.

Quantitativo atual de empregados disponibilizados 1.322

2	Arquivista
17	Articulador de Rede
69	Ascensorista
206	Auxiliar de Arquivo
7	Auxiliar de Biblioteca
5	Auxiliar de Conservação de Museu
19	Auxiliar em Saúde Bucal
6	Auxiliar de Enfermagem
21	Digitador
18	Técnico de Suporte
3	Encarregado de Serviços
208	Mensageiro
14	Mensageiro - Reserva de Contingência
319	Assistente Administrativo
16	Assistente Administrativo - Reserva de Contingência
34	Assistente de Direção Superior
1	Assistente de Direção Superior - Esp. Estatístico
10	Assistente Especializado em Suporte e Gestão de Contratos
45	Assistente Executivo
39	Recepcionista
155	Secretário(a)
5	Secretário(a) - Reserva de Contingência
23	Supervisor Administrativo 200 H
14	Supervisor Administrativo 220 H
65	Telefonista
2	Telefonista - Reserva de Contingência
1322	TOTAL

Valor do contrato: R\$ 54.543.114,01

Declaramos ainda que o serviço é prestado a contento.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2016.

Lufza Augusta de Souza  
TJMG  
CNPJ.: 21.154.554/0001-13  
Telefone: 3249-8044

*[Assinatura]*

PLANSUL Planejamento e Consultoria Ltda.  
Rodrigo Boda Gualda  
Administrador CRA/SC 5593

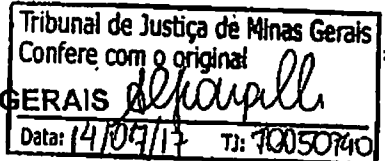
100



Rua Laura Linhares, 1849, 1ª andar - Trindade - Florianópolis - Estado de Santa Catarina - CEP 88036-003 - Fone: (48) 3234-0073



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



GECONT/CONTRAT  
Ct. nº. 407/2014

Publicado no Diário Oficial Eletrônico  
Em 28 / 11 / 2014

**CONTRATO**

de prestação de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, que entre si celebram o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e a empresa PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.

Pelo presente instrumento, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede em Belo Horizonte na Av. Afonso Pena nº. 1420 e na Rua Goiás nº. 229, CNPJ nº 21.154.554/0001-13, neste ato representado pela Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. LÍLIAN MACIEL SANTOS, conforme delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria TJMG nº. 3.025/2014, de 17 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, a seguir denominado TRIBUNAL, e a empresa PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA., com sede em Florianópolis/SC, na Rua Joaquim Costa, nº. 270, Bairro Agrônômica, CNPJ nº. 78.533.312/0001-58, representada por seu Procurador, Sr. RAFAEL BEDA GUALDA, CPF nº. 932.194.409-59, a seguir denominada CONTRATADA, celebram o presente Contrato decorrente do Processo nº. 694/2014 – Licitação nº. 132/2014 – Pregão Eletrônico, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, Leis Estaduais nº. 13.994/01 e nº. 14.167/02, Decretos Estaduais nº. 44.786/08 e nº. 45.902/12, subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666/93, pelas alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e às Cláusulas deste.

**DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O objeto do presente Contrato é a prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, a serem executados nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, nos termos do Edital da Licitação nº 132/2014, dos Anexos abaixo relacionados deste Contrato e da proposta apresentada pela CONTRATADA, partes integrantes e inseparáveis deste instrumento.

- 1.1. A prestação dos serviços compreende, além dos postos de serviços, o fornecimento de uniformes necessários à execução do objeto contratual, conforme relação constante dos anexos deste Termo.
- 1.2. Constituem anexos deste Contrato:

ANEXO I – QUANTITATIVO DE PROFISSIONAIS;  
ANEXO II – TOTAL DE OCUPAÇÕES POR ÁREA;  
ANEXO III – RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO;  
ANEXO IV – PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO;  
ANEXO V – PLANILHA ESTIMATIVA DE UNIFORMES EPI'S E EPC'S;  
ANEXO VI – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS;  
ANEXO VII – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO MENSAL DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFISSIONAIS;  
ANEXO VIII – MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO;  
ANEXO IX – MODELO DE CARTA DE PREPOSIÇÃO;  
ANEXO X – FORMULÁRIO RELATÓRIO DE VIAGEM – PRESTAÇÃO DE CONTAS;  
ANEXO XI – FORMULÁRIO AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM;  
ANEXO XII – MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO;  
ANEXO XIII – TERMO DE REFERÊNCIA.

201



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tribunal de Justiça de Minas Gerais  
Confere com o original  
*de paolini*  
Data: 14/07/17 T: 10050740

1.3. Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o TRIBUNAL e os agentes, prepostos e supervisores, profissionais, ou demais pessoas da CONTRATADA, designadas para a execução dos serviços.

## DO REGIME DE EXECUÇÃO

**CLÁUSULA SEGUNDA:** A execução dos serviços nas dependências das edificações do Poder Judiciário Estadual, localizadas nas diversas unidades do Tribunal, por profissionais pertencentes ao quadro funcional da CONTRATADA, observará o REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, previsto no art. 10, inciso II, alínea "b", da Lei Federal nº. 8.666/93.

## DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Para a prestação dos serviços deverão ser observadas as seguintes disposições:

3.1. A descrição dos serviços contratados e as condições para prestação dos serviços constam do item 7 do TERMO DE REFERENCIA anexo ao Edital da Licitação nº 132/2014.

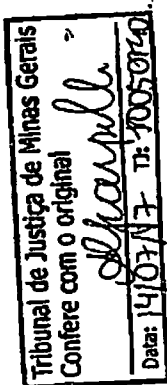
### 3.2. JORNADA DE TRABALHO

3.2.1. A jornada de trabalho para cada ocupação está prevista no item 8 do TERMO DE REFERENCIA anexo ao Edital da Licitação nº. 132/2014 e estimada conforme quadro seguinte:

CATEGORIA	JORNADA
Arquivista	220h
Articulador de Rede	150h
Ascensorista	150h
Assistente Administrativo	200h
Assistente de Direção Superior	200h
Assistente de Direção Superior - Estatístico	200h
Assistente Especializado em Suporte à Gestão de Contratos	200h
Assistente Executivo	200h
Auxiliar de Arquivo	220h
Auxiliar de Biblioteca	200h
Auxiliar de Enfermagem	150h
Auxiliar em Saúde Bucal	150h
Digitador	150h
Encarregado de Serviços	220h
Mensageiro	200h
Recepcionista	200h
Secretário(a)	200h
Supervisor Administrativo 220h	220h
Supervisor Administrativo 200h	200h
Técnico de Suporte	200h
Telefonista	150h

3.2.2. As jornadas constantes do subitem anterior cumpridas em 220 (duzentas e vinte) horas mensais, correspondentes a 44 (quarenta e quatro) horas semanais, serão distribuídas em:

- a.1.) 8 (oito) horas e 48 (quarenta e oito) minutos diários, de segunda a sexta-feira; ou,  
a.2) 8 (oito) horas diária, de segunda a sexta-feira e 4 (quatro) horas aos sábados.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3.2.2.1. A carga horária diária constante das alíneas a.1 e a.2 do subitem anterior deverá ser cumprida no horário compreendido entre 6 (seis) e 22 (vinte e duas) horas, sendo dividida em dois turnos, com intervalo para refeição de, no mínimo, 1 (uma) hora e no máximo 2 (duas) horas.

3.2.3. As jornadas constantes do subitem 3.2.1 cumpridas em 200 (duzentas) horas mensais, correspondentes a 40 (quarenta) horas semanais, serão distribuídas em:

a) 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira.

3.2.3.1. A carga horária diária deverá ser cumprida no horário compreendido entre 6 (seis) e 22 (vinte e duas) horas, sendo dividida em dois turnos, com um intervalo para refeição de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, 2 (duas) horas.

3.2.4. As jornadas constantes do subitem 3.2.1 cumpridas em 150 (cento e cinquenta) horas mensais, correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, serão distribuídas em:

a) 6 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira.

3.2.4.1. A carga horária diária deverá ser cumprida no horário compreendido entre 6 (seis) e 22 (vinte e duas) horas, em um só turno, manhã, tarde ou noite, com intervalo de 15 (quinze) minutos para descanso.

3.2.5. Nas localidades onde não houver expediente aos sábados, e havendo compatibilidade com a jornada de trabalho estabelecida para o profissional, a carga horária prevista para os sábados deverá ser redistribuída de segunda a sexta-feira, nos termos da legislação trabalhista.

3.2.5.1. Na hipótese de redistribuição da carga horária referente aos sábados, a CONTRATADA deverá celebrar acordo formal de compensação com os seus profissionais.

3.2.5.2. Excepcionalmente, de acordo com as necessidades, poderá ocorrer à convocação dos empregados da CONTRATADA para atenderem demandas fora da jornada de trabalho, como sábados, domingos, feriados ou além da jornada diária com o devido regime de compensação e banco de horas dentro do mesmo mês, desde que não dilatada a jornada máxima mensal, ficando a CONTRATADA OBRIGADA a apresentar acordo individual escrito (desde que não haja norma coletiva em sentido contrário), acordo coletivo ou convenção coletiva em que haja previsão de compensação, sob pena de a CONTRATADA arcar com os custos decorrentes do descumprimento desta cláusula, sendo que tal medida não configurará alteração da cláusula econômico-financeira do contrato.

3.2.6. A forma de cumprimento da jornada de trabalho pelos profissionais alocados será determinada pela CONTRATADA, mediante orientação do TRIBUNAL, conforme peculiaridades do local da prestação de serviços, nos termos descritos no TERMO DE REFERENCIA anexo ao Edital da Licitação nº.132/ 2014.

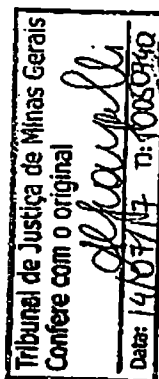
3.2.7. A CONTRATADA deverá submeter-se às condições contratuais, quanto ao cumprimento dos horários estabelecidos pelo TRIBUNAL, em conformidade com as leis trabalhistas e ao controle da presença e permanência dos profissionais em serviço e, ainda:

3.2.7.1. Assegurar que os profissionais não executem os serviços em dias e/ou horários distintos dos previamente estabelecidos, bem como que cumpram integralmente a jornada e os horários fixados para a prestação de serviços ao TRIBUNAL, em conformidade com as leis trabalhistas, vedada à alteração do horário de trabalho sem autorização dos FISCALIS do Contrato.

3.2.7.2. Exercer, por meio de seu PREPOSTO, controle diário da frequência e pontualidade dos profissionais alocados, visando ao fiel desempenho das atividades contratadas, independente do acompanhamento do TRIBUNAL.

3.2.7.3. Estabelecer, dentro dos parâmetros legais, os critérios de intervalos para refeição que deverão ser observados.

102



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3.2.7.4. Assegurar que a jornada de trabalho seja cumprida integralmente no local onde o profissional presta serviços, permitida a ausência somente em situações previstas em lei, mediante a imediata substituição para assegurar a continuidade da prestação dos serviços.

3.2.7.5. Assegurar o cumprimento de horas extras programadas, bem como aquelas executadas em atendimento a outras situações inadiáveis, excepcionais ou atípicas, devidamente justificadas, desde que previamente autorizadas, por escrito, pela Gerência de Acompanhamento e Gestão de Serviços Gerais - GESEG.

3.2.7.6. Observar, na hipótese de aprovação da realização de horas extras, os limites, diário e mensal, máximos estabelecidos nas normas trabalhistas aplicáveis e em acordos ou convenções coletivas de trabalho das categorias profissionais do objeto deste Contrato.

3.2.7.7. Proibir a prorrogação da jornada normal de trabalho do profissional alocado, que não esteja previamente autorizada, por escrito, pela GESEG.

3.2.7.8. Adequar as jornadas de trabalho estipuladas, quando for detectado que elas são superiores à estabelecida para a categoria profissional nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho.

### 3.3. QUANTITATIVO DE PROFISSIONAIS

3.3.1. O quantitativo de ocupações, separado por unidade, encontra-se descrito no ANEXO II – TOTAL DE OCUPAÇÕES POR ÁREA.

### 3.4. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

3.4.1. Os serviços deverão ser executados por meio de profissionais capacitados do seu quadro próprio de pessoal, que preencham, no mínimo, os requisitos constantes no item 9 do TERMO DE REFERENCIA anexo ao Edital da Licitação nº. 132/2014.

3.4.2. A CONTRATADA se responsabilizará pela realização de treinamento, qualificação e reciclagem dos profissionais alocados, sem onerar o preço contratado, como forma de garantir o aprimoramento e a manutenção do nível de execução da prestação de serviços, inclusive para aqueles que farão as substituições.

3.4.3. O TRIBUNAL, a seu critério, poderá exigir da CONTRATADA a comprovação da realização de treinamento de qualificação dos profissionais alocados.

### 3.5. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.5.1. A relação dos prédios e respectivos endereços para a prestação de serviços é a constante do ANEXO III – Relação de Endereços para a Prestação dos Serviços deste Contrato.

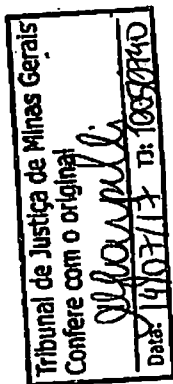
3.5.2. A distribuição do efetivo de pessoal nos locais da prestação de serviços poderá ser alterada de acordo com as necessidades administrativas do TRIBUNAL e será determinada pela GESEG, ficando qualquer outra alteração sujeita à sua prévia análise e aprovação.

### DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA QUARTA: Observando o disposto no art. 67 da Lei nº. 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização dos serviços objeto deste Contrato serão geridos por servidor efetivo ocupante do cargo de Gerente da Gerência de Acompanhamento e Gestão de Serviços Gerais – GESEG, vinculada à Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio – DIRSEP, ficando designados para a fiscalização contratual os servidores efetivos ocupantes dos cargos de Coordenador da Coordenação de Controle do Fornecimento de Serviços Gerais - COSERG e da Coordenação de Controle da Prestação de Serviços Gerais - COSEC.

4.1. Durante o período de vigência contratual, a CONTRATADA deverá manter, diariamente, entre 08 (oito) e 19 (dezenove) horas, pelo menos um PREPOSTO, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, bem como para gerenciar os profissionais envolvidos na prestação de serviços, conforme previsto no art. 68 da Lei Federal nº 8.666/93.





## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4.1.2. Na qualidade de representante administrativo da CONTRATADA, o PREPOSTO/SUPERVISOR terá competência para receber comunicações, prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e tomar decisões sobre a execução do Contrato, devendo reportar-se unicamente ao GESTOR e/ou FISCAIS do Contrato.

4.1.3. Ao PREPOSTO, indicado pela CONTRATADA, caberá comandar, coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, devendo para tanto:

- a) Garantir o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que não devem ser interrompidos ressalvados os casos de força maior, justificados pela CONTRATADA e aceitos pelo TRIBUNAL;
- b) Administrar todo e qualquer assunto que envolva a prestação dos serviços nas dependências do TRIBUNAL;
- c) Estar sempre em contato com os órgãos de fiscalização do TRIBUNAL, adotando as providências requeridas quanto à execução dos serviços;
- d) Cuidar da disciplina dos profissionais alocados, diligenciando para que os mesmos executem unicamente as tarefas pertinentes ao objeto contratado, conforme exigências previstas no TERMO DE REFERENCIA anexo ao Edital da Licitação nº. 132/2014 e neste Contrato, observando-se as peculiaridades dos serviços, com vistas a assegurar a perfeita execução dos serviços e evitar o desvio de função;
- e) Diligenciar para que os profissionais alocados não se afastem de seus afazeres, principalmente para atender a chamados, ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- f) Garantir que seus profissionais ajam com cordialidade e respeito quando do atendimento ao público Interno e externo;
- g) Comunicar ao TRIBUNAL, por escrito, qualquer irregularidade ou anormalidade observada no local da prestação dos serviços;
- h) Avisar ao TRIBUNAL, imediatamente, qualquer avaria, furto, roubo ou extravio de materiais, equipamentos e objetos de propriedade do TRIBUNAL, ou que estejam sob a responsabilidade da CONTRATADA, ou de terceiros;
- i) Apurar, sem prejuízo das providências adotadas pela Administração, o envolvimento de seus profissionais nas ocorrências relacionadas com avaria ou extravio de bens nas dependências do TRIBUNAL, inclusive nas situações descritas anteriormente;
- j) Prestar esclarecimentos, independentemente de solicitação, sobre outros eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a CONTRATADA;
- k) Encaminhar à COSEGE e/ou à COSEC todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e à fiscalização da prestação dos serviços.

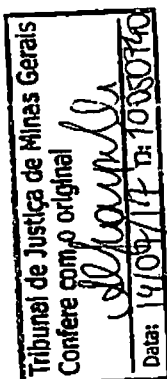
4.2. Para fins de acompanhamento e fiscalização dos serviços, todos os edifícios constantes no ANEXO III - RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS deverão ser visitados pelos SUPERVISORES indicados pela CONTRATADA, pelo menos uma vez a cada mês e sempre que solicitado por este TRIBUNAL.

4.2.1. O TRIBUNAL poderá reportar-se diretamente aos SUPERVISORES, dando ciência ao PREPOSTO, para resolução de qualquer problema operacional relacionado ao Contrato.

4.3. Cabe à CONTRATADA encaminhar à COSEC, mensalmente, até o dia 20 (vinte) de cada mês, em formato digital, cópia do relatório de acompanhamento da execução do Contrato, devidamente preenchido, conforme modelo sugerido pelo TRIBUNAL, no ANEXO VI - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS, atestando as condições de prestação dos serviços e, se for o caso, sugerindo melhorias e destacando as ocorrências relevantes verificadas na execução contratual.

4.3.1. Os relatórios entregues, descritos no subitem anterior, deverão corresponder à avaliação dos serviços prestados no mês anterior.

4.4. A periodicidade mencionada poderá ser alterada pelos FISCAIS do Contrato, podendo ficar condicionada à solicitação do TRIBUNAL, quando então terá a CONTRATADA o prazo máximo de 30 (trinta) dias para entrega dos relatórios referentes à prestação dos serviços do mês em que ocorreu a solicitação, contados a partir da data da notificação pela COSEC.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4.5. A CONTRATADA deverá encaminhar à COSEC, em formato digital, cópia do relatório mensal das substituições, inclusive de férias, dos profissionais alocados na contratação, atestando as condições das substituições dos profissionais, conforme modelo sugerido pelo TRIBUNAL no ANEXO VII - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO MENSAL DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFISSIONAIS.

4.6. Os relatórios descritos nos subitens 4.3 e 4.5 deverão ser preenchidos, de maneira clara e concisa, pelo Juiz Diretor do Foro, Gerentes, Coordenadores, ou também por representante indicado por esse, bem como pelo PREPOSTO ou SUPERVISOR da CONTRATADA e atestado por ambos.

4.7. O relatório de substituição, inclusive de férias, devidamente preenchido, deve ser encaminhado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a ocorrência da substituição.

4.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao TRIBUNAL números telefônicos para localização imediata de seu PREPOSTO e SUPERVISORES, bem como fornecer e-mails, *pager*, ou outros meios legalmente eficazes, para contato com os mesmos, ainda que fora do expediente normal de trabalho, sem quaisquer custos adicionais para o TRIBUNAL.

4.8.1. A CONTRATADA deverá verificar diariamente o correio eletrônico indicado no ato da contratação, a fim de verificar eventuais comunicações efetuadas pelos FISCAIS ou GESTOR do Contrato.

4.9. O TRIBUNAL comunicará, por escrito, as deficiências e as irregularidades de qualquer natureza porventura verificadas na execução dos serviços e no descumprimento de cláusulas contratuais, que sejam de responsabilidade da CONTRATADA, estabelecendo prazo para as correções, sem prejuízo das sanções cabíveis.

4.10. Os FISCAIS indicados pelo TRIBUNAL deverão reportar-se, preferencialmente, ao PREPOSTO indicado pela CONTRATADA, a seus procuradores ou aos SUPERVISORES, quando se tratar de ciência das ocorrências e de assuntos relacionados à administração e operacionalização da execução deste Contrato.

4.11. A administração e a fiscalização do TRIBUNAL não farão cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

4.12. A ocorrência de danos ou irregularidades na execução deste Contrato não implicará corresponsabilidade do TRIBUNAL.

4.13. Não obstante a CONTRATADA seja o único e exclusivo responsável pela execução de todos os serviços, o TRIBUNAL se reserva o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente, ou pelo GESTOR ou pelos FISCAIS designados.

4.13.1. Os FISCAIS acompanharão continuamente os serviços para aferir se os resultados estão em conformidade com os termos contratados.

### DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

**CLÁUSULA QUINTA:** Constituem obrigações das partes:

#### **5.1. DO TRIBUNAL:**

5.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Contrato.

5.1.2. Fiscalizar e supervisionar a execução dos serviços, em observância às exigências do presente instrumento, efetuando registros de falhas e sugestões corretivas.

5.1.3. Expedir ao PREPOSTO da CONTRATADA autorização escrita para início da execução dos serviços.

5.1.4. Transmitir ao PREPOSTO e SUPERVISORES da CONTRATADA, por meio da COSEMG e/ou CÓSEC, conforme o caso, as instruções necessárias à realização dos serviços.

5.1.5. Permitir e assegurar, respeitadas as normas internas, o acesso e a movimentação dos profissionais da CONTRATADA às instalações onde os serviços serão prestados, desde que devidamente uniformizados, quando for o caso, e identificados por meio de crachá.

5.1.6. Manter representante do TRIBUNAL portador das chaves, que deverá acompanhar durante todo o tempo a execução dos serviços, caso haja necessidade de entrada e/ou permanência de pessoal da CONTRATADA em salas de trabalho vazias ou em outras repartições.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- 5.1.7 Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazo para corrigi-la.
- 5.1.8. Comunicar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil qualquer irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS por parte da CONTRATADA.
- 5.1.9. Comunicar à CONTRATADA, imediatamente, a ocorrência de qualquer acidente com os profissionais alocados por ela.
- 5.1.10. Efetuar os pagamentos mensais devidos pela execução dos serviços, cumprindo os prazos determinados, desde que observadas as formalidades legais e exigências deste Contrato.
- 5.1.11. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme, crachá, equipamentos e/ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.
- 5.1.12. Prestar informações e esclarecimentos necessários à plena execução do objeto deste Contrato.
- 5.1.13. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução dos serviços.

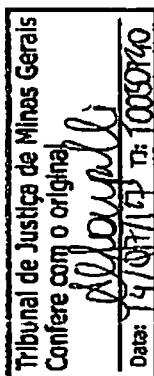
### 5.2. DA CONTRATADA, além daquelas descritas no Edital da Licitação nº 132/2014 e seus Anexos:

- 5.2.1. Implantar, a partir da data prevista na "Autorização de Início da Prestação de Serviços", a execução e supervisão permanente das atividades, nos locais relacionados no ANEXO II – TOTAL DE OCUPAÇÕES POR ÁREA deste Contrato, observando os horários e a programação de execução, bem como as respectivas alterações, segundo cronograma elaborado conjuntamente pela GESEG e pela COSEC.
- 5.2.2. Executar o contrato sem transferência de responsabilidades ou subcontratações.
- 5.2.3. Manter na Capital ou Região Metropolitana de Belo Horizonte estrutura administrativa e operacional que garanta a ininterrupta execução dos serviços e o pleno cumprimento de suas obrigações, resguardando o TRIBUNAL de problemas advindos da dificuldade de contato com a CONTRATADA, bem como dispêndio de recursos com ligações interurbanas e correspondências, quando da necessidade de regularização de pendências porventura existentes.
- 5.2.4. Comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, o cumprimento da obrigação prevista no subitem anterior.
- 5.2.5. Fiscalizar, através de seu PREPOSTO/SUPERVISOR, o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo TRIBUNAL, não devem ser interrompidos.
- 5.2.5.1. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do TRIBUNAL não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade por seus atos falhos.
- 5.2.6. Orientar seus profissionais para que incluam, na rotina de serviço, a verificação e o desligamento das luzes das salas desocupadas após às 18h30min.
- 5.2.7. Instruir seus empregados através de cursos ou palestras quanto à prevenção de incêndios e acidentes do trabalho, bem como orientá-los quanto à redução de consumo de energia elétrica, água e produção de resíduos sólidos, nas dependências do TRIBUNAL, realizando, periodicamente, programas de treinamento e aperfeiçoamento, observadas as normas ambientais vigentes.
- 5.2.8. Recrutar, selecionar, preparar e encaminhar os profissionais integrantes do seu quadro funcional próprio em quantidade suficiente e qualificação mínima exigida necessária à execução dos serviços requisitados pelo TRIBUNAL, observadas as disposições e as condições mínimas estabelecidas no presente termo de referência.
- 5.2.9. Remanejar seus profissionais mediante autorização por escrito da GESEG, conforme o caso.
- 5.2.10. Assumir as responsabilidades e providenciar as medidas necessárias ao atendimento daqueles empregados acidentados ou vítimas de mal súbito durante o horário de trabalho, devendo providenciar a sua substituição.
- 5.2.11. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.
- 5.2.12. Manter atualizadas as carteiras dos seus empregados.
- 5.2.12.1. Os FISCAIS do contrato poderão examinar as carteiras profissionais dos empregados colocados ao seu serviço, para comprovar o registro de função profissional, bem como conferir todas as anotações

2

✓

204



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

na carteira de trabalho, dando atenção especial quanto à função exercida, a remuneração e todas eventuais alterações dos contratos de trabalho.

5.2.13. Realizar às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão, quanto na demissão, como durante toda a vigência do contrato de trabalho de seus profissionais, todos os exames médicos exigidos, apresentando os atestados de sanidade física e mental ao TRIBUNAL, quando houver solicitação formal do GESTOR ou de qualquer um dos FISCAIS do contrato.

5.2.14. Providenciar, no início da prestação de serviços e sempre que necessário, a realização de perícia, a ser procedida por profissional competente e devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego, atestando o grau de insalubridade/periculosidade (máximo, médio ou mínimo), quando for o caso, bem como se a atividade apontada como insalubre consta na relação da NR-15 do Ministério do Trabalho, nos termos do art. 192 da CLT e NR-15, aprovada pela portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, ficando o pagamento do adicional de insalubridade condicionado à realização da referida perícia.

5.2.15. Zelar pela disciplina dos profissionais alocados na prestação de serviços, que deverão obedecer às normas internas disciplinares e de segurança do TRIBUNAL, sendo vedado:

- a) Qualquer tipo de jogo, bem como a venda de rifas e bilhetes, a circulação de listas e pedidos de qualquer natureza;
- b) A permanência dos profissionais cedidos nas dependências do órgão no qual prestam serviços, antes ou depois dos horários de trabalho;
- c) O consumo ou guarda de bebidas alcoólicas nas dependências do TRIBUNAL;
- d) O uso de uniforme quando não estiver prestando serviços.

5.2.16. Garantir que os profissionais envolvidos na prestação dos serviços assumam o posto com aparência pessoal adequada, observando as regras de higiene pessoal, mantendo-os uniformizados e devidamente identificados, através de crachás.

5.2.16.1. Os crachás, cujo fornecimento e recolhimento são de responsabilidade da CONTRATADA, serão confeccionados com fotografia recente do empregado e tarja magnética, conforme modelo previamente aprovado pela COSEC, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do início da prestação de serviços, devendo ser obrigatoriamente recolhidos e destruídos pela CONTRATADA, quando do término do contrato de trabalho dos profissionais alocados nesta contratação.

5.2.16.2. A entrega do crachá far-se-á mediante "Recibo de Entrega" assinado e datado pelo profissional cedido, elaborado em três vias, sendo uma para a CONTRATADA, uma para o empregado alocado e uma a ser encaminhada à COSEC, em arquivo digital.

5.2.16.3. Os uniformes e complementos adequados deverão ser fornecidos, sem ônus para os profissionais alocados, conforme especificações, periodicidade e quantidades indicadas no item 10 do TERMO DE REFERENCIA anexo ao Edital da Licitação nº 132/2014.

5.2.17. Conceder férias aos seus funcionários dentro do período concessivo, sob pena de rescisão contratual, informando mensalmente ao TRIBUNAL os nomes dos funcionários em férias.

5.2.18. Encaminhar à COSEC, até o nono mês de vigência contratual, na hipótese de manifestação formal das partes para prorrogação do contrato, escala com período de usufruto das férias regulamentares de todos profissionais alocados.

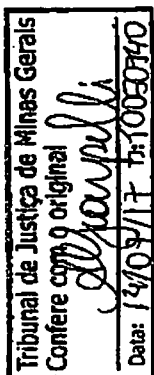
5.2.18.1. A escala de férias deverá ser elaborada de forma a não prejudicar o andamento dos trabalhos habituais, com análise prévia da COSEC.

5.2.18.2. A CONTRATADA, mediante solicitação da COSEC, deverá registrar as ocorrências e efetuar as substituições dos profissionais que entrarem em férias.

5.2.18.3. No período de férias a CONTRATADA deverá repor a mão-de-obra necessária à execução dos serviços, substituindo um profissional por outro.

5.2.18.4. Caso o profissional manifeste o interesse em converter 1/3 (um terço) de suas férias em abono pecuniário, dentro do prazo legal, o seu substituto irá laborar por vinte dias, que, somados aos dez dias convertidos em abono pecuniário, totalizará os trinta dias que serão reembolsados pelo TRIBUNAL.

5.2.18.5. A COSEC poderá dispensar a reposição do substituto.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

5.2.18.5.1. Para fins de acompanhamento das substituições de profissionais em férias regulamentares, a CONTRATADA deverá encaminhar à COSEC, mensalmente, a relação contendo nome dos profissionais substituídos e substitutos.

5.2.19. Providenciar as substituições de profissionais que se ausentarem das atividades por licença-paternidade, licença-maternidade, licença-médica, ou outro afastamento.

5.2.19.1. Em todos os casos de substituição, a CONTRATADA deverá encaminhar os profissionais substitutos para os locais de trabalho mediante formulário próprio de apresentação, onde constará obrigatoriamente: o nome completo do empregado substituto e do empregado substituído, a qualificação, a ocupação e jornada de trabalho, o motivo da substituição e, quando possível, a data de início e término da substituição.

5.2.20. Substituir, mediante da formalização da GESEG, qualquer empregado em serviço, cuja apresentação, saúde, conduta moral ou profissional, sejam consideradas prejudiciais, inconvenientes, ou insatisfatórias, ou aqueles que, por qualquer forma, não satisfizerem as condições requeridas pela natureza dos serviços.

5.2.20.1. No cumprimento desse encargo, a CONTRATADA deverá assegurar que todo profissional que cometer falta disciplinar ou não estiver atendendo ao serviço contratado será retirado do local de trabalho ou quaisquer outras instalações do TRIBUNAL.

5.2.21. Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços, abrangidos: os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, fiscais e comerciais, os benefícios obrigatórios e legais concedidos aos profissionais alocados, inclusive vale-transporte e vale-lanche.

5.2.22. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de início da prestação de serviços, a emissão do cartão cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

5.2.23. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de início da prestação de serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil, para verificar se suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

5.2.24. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização.

5.2.25. Excluir do faturamento mensal os dias de faltas não justificadas dos profissionais alocados, os salários daqueles que o TRIBUNAL colocar à sua disposição e dos que receberem benefícios do INSS (licença-maternidade, auxílio-enfermidade, auxílio acidente do trabalho, dentre outros).

5.2.26. Calcular as despesas não previstas na planilha de custos, consignadas nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias profissionais alocadas na contratação, no percentual do GRUPO C – LUCRO E DESPESAS INDIRETAS e detalhadas para devidos fins.

5.2.27. Efetuar o pagamento mensal direto na conta corrente dos seus profissionais, visto que não será permitido pagamento em espécie nas dependências do TRIBUNAL.

5.2.27.1. O domicílio bancário dos empregados deverá ser na cidade ou na Região Metropolitana na qual serão prestados os serviços.

5.2.28. Providenciar, nos moldes previstos nas Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, contratação de seguro de vida em grupo, com auxílio-funeral e auxílio-familiar para seus profissionais.

5.2.29. Encaminhar, sem ônus adicional para o Tribunal, ao local de trabalho, quaisquer comprovantes de pagamento devidos aos seus empregados, tais como: vales-transporte, vales-lanche, contracheques, bem como o conjunto de uniformes, quando for o caso.

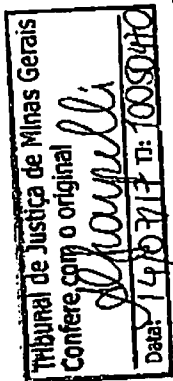
5.2.30. Encaminhar, às suas custas, ao local de trabalho, a folha de ponto dos funcionários.

5.2.31. Fornecer ou disponibilizar o contracheque aos empregados até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

5.2.32. Fornecer à COSERG, por meio eletrônico, a relação nominal dos profissionais que atuarão junto ao TRIBUNAL, contendo os dados descritos abaixo, comunicando toda e qualquer alteração que venha a ocorrer posteriormente:

a) nome completo;

105



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- b) endereço residencial, telefone e e-mail, se houver;
- c) registro profissional nas entidades afins, quando for o caso;
- d) CPF, RG e PIS;
- e) data de admissão pela CONTRATADA;
- f) data de início da prestação de serviços no TRIBUNAL;
- g) ocupação;
- h) horário de trabalho;
- i) local da prestação dos serviços.

5.2.33. Fornecer à GESEG, obrigatoriamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após assinatura do contrato, relação contendo entidades sindicais a que pertencem os funcionários alocados para a execução do objeto contratual, bem como as informações referentes às Convenções Coletivas e dissídios salariais.

5.2.34. Encaminhar, mensalmente, à GERÊNCIA DE SISTEMAS ADMINISTRATIVOS INFORMATIZADOS – GESAD, os arquivos de dados com as informações constantes da folha de pagamento, bem como aquelas referentes a outros benefícios concedidos aos profissionais que prestam serviços através desta contratação, nos formatos estabelecidos pelo TRIBUNAL.

5.2.35. Enviar, mensalmente, à COSERG:

a) Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, do mês de competência da prestação de serviços, com as informações relativas aos empregados constantes do contrato, com os seguintes documentos integrantes:

I) Protocolo da Conectividade Social;

II) Guia de Recolhimento do FGTS – GRF do mês de competência da prestação de serviços e respectivo comprovante bancário de recolhimento;

III) Relação de Empregado por Tomador de Serviços – RET (específico para o Tomador);

IV) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP – RE, com resumo do fechamento (específico para o Tomador);

V) Comprovante de Declaração à Previdência Social (específico para o Tomador);

VI) Comprovante de Solicitação de Retificação para o FGTS, quando ocorrer;

VII) Comprovante de Solicitação de Exclusão, quando ocorrer;

VIII) A REC, a RET, o Comprovante de Declaração à Previdência, a Confissão de Não Recolhimento de FGTS e de Contribuição Social, a Declaração de Ausência de Fato Gerador para Recolhimento FGTS, a Retificação/Protocolo de Dados do FGTS e o Comprovante/Protocolo de Solicitação de Exclusão, quando ocorrer, devem ser impressos para apresentação ao TRIBUNAL;

IX) Guia da Previdência Social – GPS (específica para o Tomador).

5.2.36. Fornecer quaisquer documentos solicitados pelo TRIBUNAL, para fins de comprovação da regularidade e cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, relativas aos profissionais que prestam ou prestaram serviços em razão deste instrumento, no prazo estabelecido pelo TRIBUNAL.

5.2.37. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

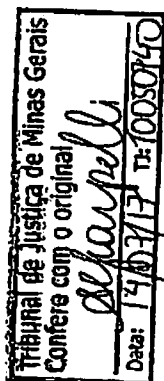
5.2.38. Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço, aqueles empregados que se negarem a usá-los, bem como manter nas dependências do TRIBUNAL membros da CIPA, quando exigido pelas normas de segurança do trabalho.

5.2.39. Responder, na qualidade de empregadora exclusiva, em juízo, ou fora dele, para todos os efeitos de direito, cabendo-lhe assumir inteira responsabilidade:

- a) por todos os atos de negligência de seus empregados, praticados durante o horário de trabalho;
- b) por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja no âmbito trabalhista, previdenciário, social, de caráter securitário ou qualquer outro, obrigando-se a saldá-los na época própria;



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



- c) por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas em dependências do TRIBUNAL;
- d) pelos encargos de possível demanda trabalhista, civil e administrativa, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- e) pelas multas e indenizações aplicadas ao TRIBUNAL por autoridade competente, pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, ou por qualquer outro órgão fiscalizador dos serviços contratados, em decorrência:

I - do descumprimento das obrigações relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e comerciais resultantes da execução deste Contrato;

II - do descumprimento da legislação específica, de regulamentos e de posturas municipais; e,

III - da inobservância, por parte de seus profissionais, de leis, decretos, normas de segurança do trabalho, regulamentos e posturas municipais.

- f) pela violação de sigilo dos documentos, processo e assuntos internos do TRIBUNAL;
- g) pelo uso indevido de informações sigilosas ou de uso restrito;
- h) por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços do TRIBUNAL, provocados por ineficiência ou irregularidades na execução dos serviços ora contratados;
- i) por quaisquer danos materiais ou pessoais, direta ou indiretamente, ocasionados ao TRIBUNAL, ao seu patrimônio, à CONTRATADA ou a tercelros, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus empregados ou PREPOSTO e SUPERVISORES, na execução dos serviços, ou na área de prestação de serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste termo, sendo sua obrigação:

I - avisar ao TRIBUNAL, imediatamente, após tomar conhecimento da ocorrência, qualquer avaria, furto, roubo ou extravio de materiais, equipamentos e objetos de propriedade, ou que estejam sob a responsabilidade da CONTRATADA, do TRIBUNAL, ou de terceiro;

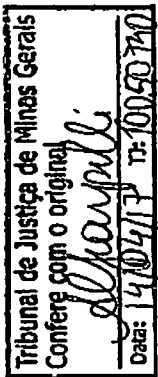
II - apurar, sem prejuízo das providências adotadas pelo TRIBUNAL, o envolvimento de seus profissionais nas ocorrências relacionadas com avaria ou extravio de bens nas dependências do TRIBUNAL, inclusive nas situações descritas anteriormente;

III - guardar, segurar e proteger todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, de propriedade da CONTRATADA, utilizados nos serviços; e,

IV - manter conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, de forma que eles se apresentem em perfeitas condições de uso.

5.2.40. Encaminhar, por mídia digital à COSERG, no início da prestação dos serviços e/ou a cada nova admissão, os documentos específicos relacionados à CONTRATADA e aos profissionais pertencentes ao seu quadro funcional, conforme descrição abaixo:

- a) Contrato de trabalho;
- b) Ficha de registro dos profissionais e das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social, comprovando o registro do empregado;
- c) Comprovante do cadastramento dos empregados no regime do PIS/PASEP;
- d) Documento que comprove o recebimento de equipamento de proteção individual ou coletiva, se o serviço exigir;
- e) Atestado de saúde ocupacional (ASO), exigível por força da Norma Regulamentadora nº. 7, subitem 7.4.4., anexo à Portaria nº. 3.214, de 8 de junho de 1978, nas seguintes situações: admissional, periódico, demissional e retorno ao trabalho;



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- f) Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho aplicáveis às categorias profissionais envolvidas na contratação, observada rigorosamente a data de vigência dos mesmos;
- g) Regulamento interno da CONTRATADA, se houver;
- h) Comprovante de opção de fornecimento do vale-transporte, com a quantidade a ser fornecida mensalmente e o valor correspondente, quando for o caso;
- i) Comprovante de quitação do prêmio e cópia da apólice do seguro de vida em grupo dos profissionais alocados na prestação de serviços;
- j) Comunicado de Acidente do Trabalho (CAT), na hipótese de ocorrência.

5.2.41. Encaminhar, por mídia digital à COSERG, durante a prestação dos serviços, quando devidamente solicitado:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – cópias das páginas com anotações, amostras por cargo;
- b) Cartão, ficha, ou livro de ponto assinado pelo empregado, constando as horas normais e extraordinárias trabalhadas;
- c) Recibo de concessão do aviso de férias;
- d) Comprovante da entrega da RAIS e de que o trabalhador dela fez parte, quando for o caso;
- e) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED;
- f) Documento comprovando a concessão de aviso-prévio pela CONTRATADA, ou pelo profissional alocado;
- g) Recibo de entrega da Comunicação de Dispensa (CD) e do Requerimento de Seguro Desemprego, nas hipóteses em que o trabalhador possa requerer o benefício (dispensa sem justa causa, por exemplo);
- h) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização do exame médico demissional.

5.2.42. Executar a prestação dos serviços observando as normas regulamentadoras prescritas pela Consolidação das Leis do Trabalho - C.L.T. e pela legislação complementar, além dos dispositivos contidos nas Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho, pactuados entre os Sindicatos que abrangem as categorias profissionais envolvidas nesta contratação.

5.2.43. Utilizar a Convenção Coletiva de Trabalho conforme enquadramento das categorias profissionais alocadas nesta contratação.

5.2.43.1. O TRIBUNAL não se vinculará às disposições contidas nos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

5.2.44. Adequar o valor salarial estimado pelo TRIBUNAL, na planilha de formação de preços da contratação, quando detectado que este está inferior ao piso da categoria profissional fixado nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho, observando a proporcionalidade da jornada de trabalho inerente às ocupações CONTRATADA.

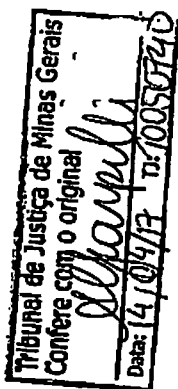
5.2.45. Fornecer e exigir dos empregados, sem repasse de qualquer ônus aos profissionais, o uso de todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e/ou Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC's, exigidos pelas normas regulamentares, quando for o caso, responsabilizando-se pela orientação correta da utilização dos equipamentos.

5.2.45.1. O quantitativo de equipamentos a serem utilizados será determinado pela CONTRATADA, com base no número de empregados necessários à perfeita execução dos serviços, a produtividade de referência e a vida útil do equipamento envolvido.

5.2.45.2. Os equipamentos deverão ser substituídos, sem ônus para o TRIBUNAL, sempre que necessário, seja por desgaste natural ou defeito que impossibilite sua perfeita utilização ou extravio, ficando a CONTRATADA responsável pela guarda dos mesmos.

5.2.46. A CONTRATADA, caso seja optante pelo Simples Nacional, deverá, no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, apresentar ao Gestor do contrato, cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de





## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

5.2.46.1. Caso não efetue a comunicação no prazo estabelecido na condição anterior, o TRIBUNAL, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

5.2.46.2. A vedação estabelecida na condição anterior não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

5.2.47. Caberá à CONTRATADA conceder adiantamento financeiro aos profissionais envolvidos na contratação, para fazer face às despesas em viagem, no período que estiver consignado no formulário “Autorização de Viagem”.

5.2.47.1. As despesas em viagem correspondem àquelas despendidas com alimentação e hospedagem pelos profissionais que, em razão do serviço, necessitam se deslocar de sua sede, no valor máximo de R\$140,00 (cento e quarenta reais), por dia.

5.2.47.2. As despesas referidas deverão ser aprovadas em respectiva prestação de contas.

5.2.47.3. O reembolso das despesas em viagem observará os seguintes critérios:

a) Para os efeitos deste reembolso considera-se sede o local onde o empregado está lotado para o exercício habitual de suas atividades;

b) Somente caberá reembolso de despesa de viagem quando exigir pernoite.

5.2.47.4. Despesas, tais como, telefonemas, bebidas alcoólicas e cigarros não serão reembolsáveis à CONTRATADA.

### DO VALOR DOS SERVIÇOS

**CLÁUSULA SEXTA:** O custo total da contratação está estimado em R\$ 47.279.880,00 (quarenta e sete milhões, duzentos e setenta e nove mil, oitocentos e oitenta reais), divididos em parcelas mensais de R\$ 3.939.990,00 (três milhões, novecentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa reais), correndo à conta da Dotação Orçamentária nº 4031.02.061.706.4.224.3.3.90.37.02 – Locação de Serviços de Apoio Administrativo ou de outra que vier a ser consignada para este fim.

### DO FATURAMENTO DOS SERVIÇOS

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Para fins de conferência do TRIBUNAL, a CONTRATADA deverá encaminhar à **COSERG** o demonstrativo dos valores a serem faturados, correspondentes aos serviços efetivamente prestados, ou aos créditos previstos neste Contrato, observando os procedimentos abaixo.

7.1. A apresentação da folha analítica e sintética (impressa e eletrônica) deverá ocorrer até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço realizada.

7.2. Para liquidação e pagamento correspondente às despesas, a CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal/fatura discriminada, emitida após o primeiro e, no máximo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao da prestação realizada.

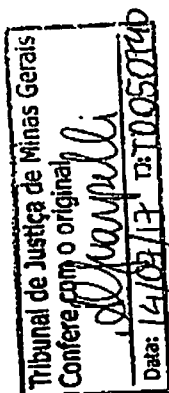
#### **7.3. FATURA MENSAL:**

7.3.1. **Valor:** corresponderá ao previsto no SUBGRUPO A.1 – SALÁRIOS (considerado o total de mão-de-obra utilizada para a prestação dos serviços contratados, deduzidas as ocorrências arroladas no mês, tais como faltas, admissões, demissões, férias, dentre outros), acrescido:

a) dos valores referentes ao GRUPO B – ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS [(SUBGRUPO A.1+ADICIONAIS) X GRUPO B];

b) do valor (fixo) referentes ao GRUPO C – LUCRO E DESPESAS INDIRETAS – LDI;

107



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- c) do valor (fixo) referente ao GRUPO D – INSUMOS, DESPESAS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONVENÇÃO COLETIVA;
- d) dos valores referentes ao GRUPO F – CONTA VINCULADA [(SUBGRUPO A.1+ADICIONAIS) X GRUPO G];
- e) Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no GRUPO G – TRIBUTOS.

### 7.3.2. Documentos Necessários:

- a) Folhas de pagamento, analítica e sintética (Impressa e eletrônica - que deverão estar também em formato ou extensões XLS, XLSX, TXT ou CSV), dos profissionais alocados no mês de competência da prestação dos serviços faturados, específicas para o TRIBUNAL, na forma prevista no art. 225, inciso I, do Decreto Federal nº. 3.048, de 06 de maio de 1999;
- b) Comprovante de depósito bancário;
- c) Relação das ocorrências do mês, como: data de início ou término do contrato de trabalho, férias, afastamentos por motivo legal, contendo o nome completo dos profissionais dos substitutos e substituídos, data de início e término da substituição, ocupação e relação dos profissionais que recebem benefícios do INSS, faltas e repouso semanal remunerado, com respectivos valores, contendo nome, matrícula, salário-base;
- d) Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP (impressa e eletrônica), do mês de competência da prestação de serviços, com as informações relativas aos empregados alocados na contratação;
- e) Relação emitida pela empresa fornecedora dos vales-lanche de compra e recarga, a qual deverá conter o nome do beneficiário e o montante creditado, ou comprovante de fornecimento dos vales-lanche, separado por localidade da prestação de serviços;
- f) Relação emitida pela empresa fornecedora dos vales-transporte de compra e recarga, a qual deverá conter o nome do beneficiário e o montante creditado, ou comprovante do depósito efetuado diretamente na conta bancária do profissional nos locais que não exista bilhetagem eletrônica ou outro meio documental hábil previamente aprovado pelo TRIBUNAL.

### 7.4. HORAS EXTRAS AUTORIZADAS:

7.4.1. Valor: Corresponderá ao reembolso do valor da hora normal de trabalho do empregado, multiplicado pelo percentual previsto nas Convenções Coletivas de Trabalho – CCT, pela quantidade de horas realizadas. Sobre o resultado será acrescido o percentual referente ao GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS (Horas Extras x Grupo B – Encargos Sociais Básicos), acrescido o percentual referente ao GRUPO F – CONTA VINCULADA (Horas Extras x Grupo G – Conta Vinculada). Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no GRUPO G – TRIBUTOS.

### 7.4.2. Documentos Necessários:

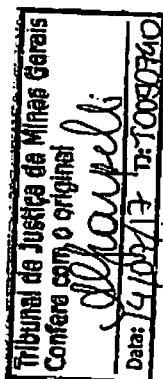
- a) Espelho de ponto devidamente assinado pelo empregado e resumo da apuração das horas extras realizadas;
- b) Comprovante de depósito bancário.

### 7.5. ADICIONAL INSALUBRIDADE:

7.5.1. Valor: corresponderá ao grau atestado pela Contratada mediante perícia, realizada pelo profissional competente e devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego aplicado sobre o salário mínimo. Sobre o resultado será acrescido o percentual referente ao GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS, acrescido o percentual referente ao GRUPO G – CONTA VINCULADA (Adicional Insalubridade x Grupo G – Conta Vinculada). Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no GRUPO H – TRIBUTOS. 6

### 7.5.2. Documentos Necessários:

- a) Comprovante de depósito bancário.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### 7.6. ADICIONAL PERICULOSIDADE:

7.6.1. Valor: corresponderá ao grau atestado pela Contratada mediante perícia, realizada pelo profissional competente e devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego aplicado sobre o vencimento da ocupação considera periculosa. Sobre o resultado será acrescido o percentual referente ao GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS, acrescido o percentual referente ao GRUPO G - CONTA VINCULADA (Adicional Periculosidade x Grupo G - Conta Vinculada). Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no GRUPO H - TRIBUTOS.

#### 7.6.2. Documentos Necessários:

- a) Comprovante de depósito bancário.

### 7.7. ADICIONAL NOTURNO:

7.7.1. Valor: corresponderá ao reembolso do valor da hora normal de trabalho do empregado, multiplicado pelo percentual previsto nas Convenções Coletivas de Trabalho - CCT, pela quantidade de horas praticadas. Sobre o resultado será acrescido o percentual referente ao GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS, acrescido o percentual referente ao GRUPO F - CONTA VINCULADA (Adicional Noturno x Grupo F - Conta Vinculada). Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no GRUPO G - TRIBUTOS.

#### 7.7.1. Documentos Necessários:

- a) Folhas de pagamento, analítica e sintética (impressa e eletrônica - que deverão estar também em formato ou extensões XLS, XLSX, TXT OU CSV)), dos profissionais que realizaram serviço noturno, alocados nesta contratação, do mês de competência da prestação dos serviços faturados, específicas para o TRIBUNAL, na forma prevista no art. 225, inciso I, do Decreto Federal nº. 3.048, de 06 de maio de 1999;
- b) Comprovante de depósito bancário.

### 7.8. REEMBOLSO DE DESPESA DE VIAGEM:

7.8.1. Valor: corresponderá ao pagamento das despesas reembolsáveis, aprovadas na prestação de contas, respeitado o valor diário máximo estipulado na Planilha Estimativa de Custos e Composição de Preços da Contratação. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no GRUPO G - TRIBUTOS.

#### 7.8.2. Documentos Necessários:

- a) Formulários "Autorização de Viagem" e "Relatório de Viagem/Prestação de Contas", devidamente preenchidos, assinados e aprovados.

### 7.9. INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS BÁSICOS (GRUPO B.1) SOBRE FÉRIAS E ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS

7.9.1. Valor: corresponderá ao percentual referente ao GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS, sobre o valor liberado da Conta Vinculada mais os percentuais previstos no GRUPO G - TRIBUTOS.

7.9.1.1. O disposto acima não se aplica às Férias de caráter indenizatório.

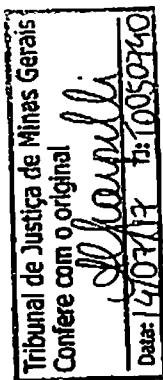
#### 7.9.1. Documentos Necessários:

- a) Folha analítica contendo a rubrica "Férias e Abono Constitucional";
- b) Comprovante de depósito bancário;
- c) Recibo de Férias.

### 7.10. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL / INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA (Multa FGTS)

7.10.1. Valor: corresponderá ao reembolso de 50% (cinquenta por cento) dos depósitos relativos ao FGTS (sendo 10% - Contribuição Social e 40% - Indenização por Rescisão sem Justa Causa (Multa FGTS)), efetuados durante a vigência do Contrato, considerando como depósito inicial o referente ao mês de competência da assinatura do Contrato, em consonância com a data de admissão do profissional alocado na prestação dos serviços ora contratado. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no GRUPO G - TRIBUTOS.

108



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### 7.10.2. Documentos Necessários:

- a) Extrato do FGTS para fins rescisórios;
- b) Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento FGTS Rescisório;
- c) Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS – GRRF;
- d) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT (original, cópia autenticada ou cópia não autenticada, desde que acompanhada de originais para conferência no local do recebimento, nos termos do Anexo IV da IN.02/08 da SLTI – alterada pela IN.06/13 – SLTI), devidamente homologado perante a autoridade competente, contendo os encargos e verbas rescisórias previstos na contratação e acaso devidas;
- e) Documento comprovando a concessão de aviso prévio pela CONTRATADA, ou pelo empregado alocado;
- f) Atestado de saúde ocupacional – ASO.

### 7.11. VERBAS RESCISÓRIAS:

7.11.1. **Valor:** O reembolso de verbas rescisórias compreenderá as seguintes rubricas com as obrigações abaixo:

- a) **AVISO PRÉVIO INDENIZADO E REFLEXOS:** constante do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT, acrescido do percentual de incidência do FGTS. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no GRUPO G – TRIBUTOS.

### 7.11.1. Documentos Necessários:

- a) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT (original, cópia autenticada ou cópia não autenticada, desde que acompanhada dos originais para conferência no local do recebimento, nos termos do Anexo IV da IN.02/08 da SLTI – alterada pela IN.06/13 – SLTI), devidamente homologado perante a autoridade competente, contendo os encargos e verbas rescisórias previstos na contratação e acaso devidas.

### 7.12. PROCEDIMENTOS PARA LIBERAÇÃO DE VALORES DA CONTA VINCULADA:

#### 7.12.1. 13º SALÁRIO:

7.12.1.1. A liberação de valores referentes a essa rubrica corresponderá ao valor expresso na folha de pagamento, acrescido do percentual referente ao GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento dos empregados em duas parcelas, sendo a primeira parcela paga em julho proporcional ao período trabalhado até o mês de junho e a segunda parcela em dezembro.

#### 7.12.1.2. Documentos Necessários:

- a) Folha analítica contendo a rubrica “13º Salário”;
- b) Comprovante de Pagamento.

#### 7.12.2. FÉRIAS E ABONO CONSTITUCIONAL

7.12.2.1. A liberação de valores referentes a essa rubrica, corresponderá ao valor expresso na folha de pagamento.

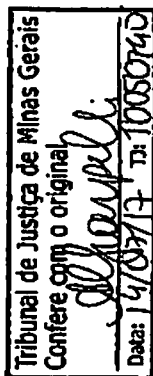
#### 7.12.2.2. Documentos Necessários:

- a) Folha analítica contendo a rubrica “Férias e Abono Constitucional”;
- b) Comprovante de Pagamento.

### DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

**CLÁUSULA OITAVA:** O processo de liquidação da despesa decorrerá da verificação da efetiva prestação dos serviços, tomada por prazo de execução, o que dará o direito a CONTRATADA de receber seu crédito, vedada qualquer antecipação de pagamentos ou inclusão de serviços não previstos.

8.1. Para liquidação e pagamento correspondente às despesas, a CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura discriminada.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, nas propostas e no próprio instrumento contratual, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz, devendo esta ainda ser acompanhada dos originais das certidões negativa de débito junto ao INSS e FGTS, a Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Municipais, Estaduais, Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e a CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (válidas e regulares).

8.2.1. A nota fiscal/fatura será emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências contratuais e legais, especialmente as de natureza fiscal/tributária, acrescidas das seguintes informações:

- a) Indicação do objeto contratado;
- b) Indicação do número do Contrato;
- c) Indicação, clara e precisa, dos serviços prestados; e,
- d) Destaque, conforme regulação específica, da base de cálculo, alíquota e valor das retenções incidentes - ISSQN, INSS, IRRF e outros, se houver.

8.3. O TRIBUNAL reserva-se o direito de somente efetuar o pagamento da prestação de serviços contínuos após comprovação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações, cláusulas e condições deste Contrato.

8.4. O ateste da fatura correspondente à prestação dos serviços caberá aos FISCAIS da contratação.

8.5. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado pelo TRIBUNAL, através de sua Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária - DIRFIN, em moeda nacional, por meio de ordem bancária, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de apresentação do documento fiscal hábil de cobrança à COSERG.

8.6. Quando da efetivação do pagamento da nota fiscal/fatura serão deduzidos os valores correspondentes à retenção na fonte de tributos e contribuições de qualquer esfera de governo (federal, estadual/distrital ou municipal), na forma e modo determinado pelo ordenamento jurídico aplicável.

8.7. No primeiro e último mês de vigência contratual, os valores a serem pagos pelo TRIBUNAL serão calculados "pro rata die", pelo período da efetiva prestação dos serviços, considerando o mês comercial de 30 (trinta) dias para efetuar o cálculo.

8.8. O pagamento da nota fiscal/fatura somente será efetuado após a verificação da regularidade das Certidões indicadas no subitem 8.2 deste Contrato, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no Edital da Licitação nº 132/2014.

8.9 Na hipótese de isenção de algum dos Encargos Sociais Básicos e/ou Tributos, a CONTRATADA deverá apresentar documentos comprobatórios, deduzindo este percentual do GRUPO B e/ou G.

8.9.1. No caso de isenção ainda não transitada em julgado, o valor será depositado em juízo até o término do contrato ou decisão terminativa.

8.10. Do montante a pagar à CONTRATADA, poderá o TRIBUNAL deduzir:

- a) O valor proporcional aos dias não justificados pelos profissionais da CONTRATADA; e,
- b) Os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, em conformidade com este Contrato.

8.11. O TRIBUNAL identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, mormente no que tange a valores dos serviços prestados, deverá devolvê-la à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações referentes aos motivos de sua rejeição, observado que o prazo estabelecido nesta cláusula passará a ser contado a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura, devidamente corrigida.

8.12. A devolução de nota fiscal/fatura não aprovada pelo TRIBUNAL, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus profissionais ou fornecedores.

8.13. Caso a CONTRATADA não encaminhe a nota fiscal/fatura e demais documentos ao TRIBUNAL no prazo fixado, a data do pagamento poderá ser alterada na mesma proporção dos dias úteis de atraso.

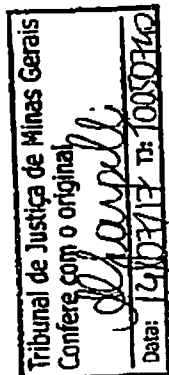
7

2

109



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



8.14. O pagamento correspondente à última nota fiscal/fatura somente será liberado após o cumprimento de todas as tarefas mensais, bem como a correção de todas as pendências apuradas.

8.15. O TRIBUNAL poderá sustar os pagamentos devidos à CONTRATADA, no todo ou em parte, enquanto houver pendência relativa:

- a) A liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- b) A existência de débitos para com o TRIBUNAL, quando não coberto pela garantia contratual ou esta for insuficiente;
- c) A existência de débitos para com terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA, relacionados com os serviços contratados e que possam pôr em risco seu bom andamento ou causar prejuízos materiais ou morais ao TRIBUNAL;
- d) Ao descumprimento de obrigação relacionada ao objeto deste Contrato, que possa ensejar a responsabilização solidária ou subsidiária do TRIBUNAL;
- e) A não apresentação da garantia de execução, ou sua apresentação de forma irregular;

8.16. As ocorrências em espécie não constituem o TRIBUNAL em mora, não geram direito à alteração de preços, atualização monetária, compensação financeira ou paralisação da prestação dos serviços, reservando-se o TRIBUNAL ao direito de se utilizar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, para cobrir as pendências apuradas.

8.17. O pagamento efetuado pelo TRIBUNAL não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho na prestação do serviço e de quaisquer irregularidades detectadas durante a vigência contratual.

8.18. O TRIBUNAL poderá realizar glosa de valores de serviços não realizados, na própria fatura, oficiando a CONTRATADA sobre as razões que ensejaram o desconto.

8.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, "*pro rata tempore*", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

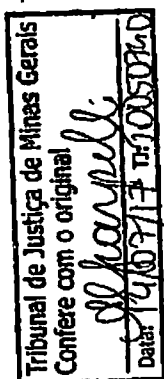
Em que:

I = taxa percentual anual no valor de 6%

8.19.1. A atualização financeira tratada neste item será incluída no faturamento seguinte ao da ocorrência e dependerá de solicitação da CONTRATADA.

8.20. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos neste contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao TRIBUNAL, nem poderá onerar o objeto contratado, razão porque as partes contratantes renunciam expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva.

8.21. Na hipótese do TRIBUNAL arcar com o pagamento de alguma despesa advinda de conduta que esteja sob a responsabilidade da CONTRATADA, esta se obriga a promover o respectivo ressarcimento a preços atualizados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comprovação da responsabilidade.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.22. Caso a CONTRATADA não execute o ressarcimento dentro do prazo estipulado, o TRIBUNAL reserva-se ao direito de descontar o valor do pagamento dos créditos vincendos, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

### DA CONTA VINCULADA

**CLÁUSULA NONA:** Será observado o contingenciamento mensal de parcela do pagamento devido à CONTRATADA, em atendimento a Resolução nº. 169, de 31 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com a redação dada pela Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2013.

9.1. O montante mensal a ser contingenciado será obtido mediante a aplicação dos percentuais constantes no ANEXO IV – PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO referentes aos provisionamentos das seguintes rubricas:

- a) 13º salário
- b) Incidência dos encargos sociais básicos sobre 13º salário;
- c) Férias e Abono Constitucional.

9.2. Os valores a serem contingenciados serão glosados do pagamento mensal à CONTRATADA e depositados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da CONTRATADA em banco público oficial.

9.3. Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados pelo índice da poupança ou outro índice que venha a ser utilizado, desde que de maior rentabilidade.

9.4. A CONTRATADA, no prazo de vinte dias, contado a partir da data da assinatura do Contrato, deverá atender à solicitação de assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, em banco público indicado pelo TRIBUNAL, nos termos estabelecidos no inciso II do art. 6º da Resolução CNJ nº. 169, de 31 de janeiro de 2013, com redação dada pela Resolução CNJ nº. 183/2013.

9.5. Eventuais despesas para abertura e manutenção da conta-depósito vinculada deverão ser suportadas pela taxa de administração constante na proposta comercial da empresa.

9.6. O valor das despesas com a cobrança de abertura e de manutenção da referida conta-depósito vinculada será retido do pagamento do valor mensal devido à CONTRATADA e depositado na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação.

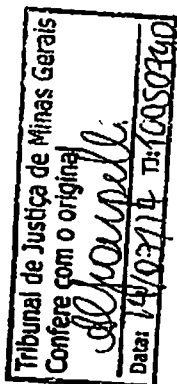
9.7. Para resgate dos recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – a CONTRATADA deverá expedir solicitação formal à COSERG.

9.8. Para resgate dos recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – a CONTRATADA, após pagamento da rubrica aprovacionada, deverá apresentar à COSERG os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado alocado no Contrato as rubricas correspondentes ao valor a ser resgatado.

9.9. A solicitação deverá ser acompanhada de planilha detalhando, para cada empregado, o cálculo do 13º salário, que resultará no valor a ser lançado em holerite, restringindo-se ao lapso de tempo em que o empregado estiver alocado na execução do Contrato, acompanhando a proporcionalidade dos provisionamentos havidos e culminando no valor total do resgate.

9.10. O responsável pela fiscalização do Contrato ratificará as informações que integrarem os cálculos e que influenciem nos valores a serem levantados da conta depósito vinculada, no que disser respeito à frequência do empregado no posto de trabalho, número de ausências, adicional noturno, se o período abrangido pelo cálculo é compatível com a alocação do empregado na Unidade, dentre outros, e enviará de imediato, por meio eletrônico, a planilha de cálculo atestada, a folha de pagamento e a solicitação formal da empresa para os setores competentes nos termos do art. 12 da Resolução CNJ nº 169/2013, com redação dada pela Resolução CNJ nº 183/2013.

9.11. No caso de o sindicato exigir o pagamento antes da assistência, a CONTRATADA solicitará o resgate do valor ao TRIBUNAL, observando os procedimentos descritos acima, devendo apresentar ao TRIBUNAL, no prazo de dez dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

conta depósito do empregado, a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários.

9.12. A CONTRATADA poderá solicitar autorização do TRIBUNAL para movimentar os recursos da CONTA-DEPÓSITO VINCULADA – bloqueada para movimentação – diretamente para a conta corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem 9.1 desta Cláusula.

9.12.1. Na situação descrita acima, o TRIBUNAL solicitará ao banco público oficial que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos.

9.13. No encerramento do contrato, eventuais saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – do contrato findo serão transferidos para novo contrato quando a última CONTRATADA e a LICITANTE VENCEDORA forem a mesma empresa, ocorrendo aproveitamento total ou parcial da mão-de-obra pela LICITANTE VENCEDORA.

9.14. No encerramento do contrato, eventuais saldos referentes às obrigações trabalhistas da CONTRATADA não revertidos em favor de seus empregados, os mesmos deverão ser mantidos na CONTA-DEPÓSITO VINCULADA até a comprovação do efetivo pagamento desses empregados.

### DO REAJUSTAMENTO

**CLÁUSULA DÉCIMA:** O restabelecimento da relação pactuada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, dar-se-á segundo os critérios abaixo especificados:

a) O valor referente à remuneração prevista dos profissionais alocados na prestação de serviço será reajustado quando ocorrer alteração dos salários das categorias, em decorrência de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho, desde que devidamente registrados e homologados pela DRT-MG, ou ato do Poder Público, ou, ainda, por autorização do TRIBUNAL, vedada a inclusão de antecipações e de benefícios não previstos originariamente, salvo interesse desta Administração. Isso se refletirá nos grupos onde estiver prevista a incidência do valor remuneratório. Estarão assegurados os reajustes decorrentes das Convenções Coletivas de Trabalho – CCT / 2013.

b) O valor dos benefícios vale lanche e despesas decorrentes de convenção coletiva (tais como: PAT, PAF, PQM, Seguro de Vida, Contribuição Assistencial Patronal etc) serão reajustados de acordo com a variação ocorrida quando da alteração em decorrência de convenção(ões) coletiva(s) de trabalho, desde que devidamente registrada(s) e homologada(s) pela Delegacia Regional do Trabalho – DRT/MG, ou ato do Poder Público.

b.1) Os valores das rubricas acima mencionadas sofrerão alterações decorrentes de acréscimos ou decréscimos de serviços.

c) O valor (fixo) do vale-transporte será majorado no mesmo percentual do reajuste concedido quando da alteração do valor da passagem do transporte coletivo do Município onde o serviço é prestado, desde que o reajuste seja homologado pelos órgãos competentes.

c.1) O valor da rubrica acima mencionada sofrerá alteração decorrente de acréscimos ou decréscimos de serviços.

d) Os valores relativos aos uniformes somente serão reajustados após 12 (doze) meses contados da data limite de apresentação da proposta, com aplicação máxima do índice acumulado do IPCA, mediante negociação entre as partes.

d.1) O valor da rubrica uniforme sofrerá alteração decorrente de acréscimos ou decréscimos de serviços.

e) Os valores relativos ao LDI - Lucro e Despesas Indiretas, somente serão reajustados após 12 (doze) meses contados da data limite de apresentação da proposta, com aplicação máxima do índice acumulado do IPCA, mediante negociação entre as partes.

e.1) Ocorrendo a prorrogação do Contrato, os valores poderão ser reajustados somente após 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Termo Aditivo referente a tal prorrogação.



Tribunal de Justiça de Minas Gerais  
Confere com o original  
Data: 14/07/17  
Tr: 10050740



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- 10.1. A proposta de reajuste dependerá de iniciativa da CONTRATADA, devendo ser apresentada ao TRIBUNAL, em até 30 (trinta) dias da ocorrência do fato ensejador da variação dos componentes de custo desta contratação, sob pena de reconhecimento da preclusão lógica do direito ao reajuste.
- 10.2. É vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando, após a formalização do Contrato, tornarem-se obrigatórios, por força de Instrumento legal; sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva, ou quando este TRIBUNAL assim autorizar.
- 10.3. A CONTRATADA deverá informar ao TRIBUNAL toda alteração de caráter obrigatório e superveniente, decorrente de acordos ou convenções coletivas de trabalho, durante a execução do objeto contratual.

### DO PRAZO

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O prazo de vigência deste contrato de prestação de serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir de 21.11.2014, podendo este prazo ser prorrogado, mediante a celebração de termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

11.1. No caso de prorrogação do prazo contratual, o TRIBUNAL se reserva o direito de exigir, durante todo o período de prorrogação, o mesmo atendimento prestado no decorrer da vigência do termo inicial.

11.2. Caso a CONTRATADA não tenha interesse em renovar o contrato, deverá manifestar formalmente sua intenção ao TRIBUNAL, no prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias antes da data prevista para o término da relação contratual.

### DA GARANTIA

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A CONTRATADA deverá entregar na Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária, situada à Rua Guajajaras nº. 40, 17º andar em Belo Horizonte/MG, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da Autorização de Início dos Serviços, comprovante de garantia na modalidade SEGURO GARANTIA no valor de R\$ 2.363.994,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e três mil, novecentos e noventa e quatro reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste ajuste, como forma de garantir a perfeita execução do seu objeto.

12.1. A vigência da garantia ofertada deverá abranger toda a vigência deste Contrato e seu valor corresponderá sempre a 5% (cinco por cento) do valor total contratual, ou seja, valor inicial mais os termos aditivos formalizados.

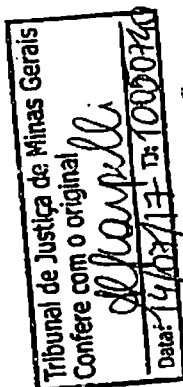
12.1.1. A vigência ofertada deverá ser de 15 (quinze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, sendo 12 (doze) meses relativos ao prazo de execução dos serviços, acrescido a esse período de execução de 03 (três) meses, ou seja, 90 (noventa) dias referentes à extensão do prazo de garantia contratual, para fins de verificação da conformidade de execução e cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, podendo este prazo ser prorrogado, mediante celebração de termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

12.2. A prorrogação da vigência do Contrato, fundada no art. 57, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, obriga a Contratada a prorrogar a vigência da garantia inicialmente ofertada, para cada etapa do Contrato, ou prestar nova garantia, observando que:

a) O valor corresponderá ao período aditado.

b) A nova vigência deverá abranger todo o período acrescido, cabendo à CONTRATADA prestá-la ao TRIBUNAL no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do extrato do respectivo Termo Aditivo.

12.2.1. O TRIBUNAL reterá todos os créditos relativos à prestação dos serviços até que seja atendido o disposto no subitem anterior.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

12.3. A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do Contrato, ficando o TRIBUNAL autorizado a executá-la para cobrir as sanções previstas na Cláusula Décima Sétima.

12.3.1. Se o valor da garantia for utilizado para o fim do subitem anterior, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data da notificação.

12.4. A execução da garantia em razão de multa sancionatória não inviabiliza a aplicação desta em valor superior ao da garantia prestada.

12.5. Havendo garantia, após a execução deste Contrato, competirá à CONTRATADA formular ao TRIBUNAL, por meio da DIRFIN/COFIS, o pedido de liberação ou restituição, desde que não haja no plano administrativo ou judicial qualquer pendência ou reclamação, hipótese em que ficará retida até solução final.

12.5.1. A devolução da garantia não exime a CONTRATADA das responsabilidades civil e penal oriundas da execução do objeto contratual.

12.6. O TRIBUNAL, no decorrer da execução contratual, poderá autorizar a substituição da garantia inicialmente ofertada se, cumulativamente:

- a) a CONTRATADA comunicar ao TRIBUNAL previa e justificadamente essa intenção;
- b) os GESTORES do Contrato declararem inexistir descumprimento de cláusula contratual de responsabilidade da CONTRATADA, bem como pendências relativas à execução do objeto ou que foi instaurado, ou em vias de instauração, qualquer procedimento administrativo visando à apuração de responsabilidade da CONTRATADA;
- c) a substituição seja por modalidade estabelecida no §1º do art. 56 da Lei Federal nº. 8.666/93.

12.6.1. A nova garantia prestada deverá preencher os requisitos do ato convocatório e deste Contrato.

12.6.2. No caso de Fiança e Seguro-Garantia deverá existir expressamente prevista a cobertura de eventual inadimplência ocorrida na vigência da garantia substituída, ainda que o fato venha a ser apurado posteriormente ou, ainda, a garantia substituta tenha vigência e igual à da substituída.

### DA ALTERAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Este Contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários nos quantitativos do objeto deste Contrato, observados os limites dispostos no citado artigo.

### DAS VEDAÇÕES

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira, bem como:

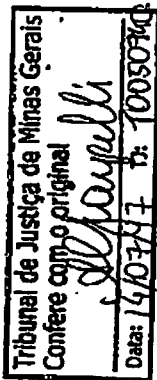
14.1. Interromper a execução dos serviços sob a alegação de inadimplemento por parte do TRIBUNAL, salvo nos casos previstos em lei.

14.2. Subcontratar o todo ou parte do serviço, sem prévia e expressa autorização do TRIBUNAL, ensejando tal ato em sanções administrativas e rescisão previstas neste Contrato.

14.3. Contratar empregado que possua parentesco natural e civil, na linha reta e colateral, até o terceiro grau, inclusive, e o parentesco por afinidade, na linha reta ou colateral, alcançando ainda o parente colateral de terceiro grau, do cônjuge ou companheiro dos magistrados ou de servidores em exercício de cargos de direção ou de assessoramento da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais da Justiça de Primeira Instância, nos termos da Resolução CNJ nº 7, de 18 de outubro de 2005 e alterações posteriores;

14.4. Alocar trabalhador autônomo ou equiparado, para a prestação de serviços neste TRIBUNAL;

14.5. Ter entre seus empregados colocados a disposição do TRIBUNAL, para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156, de 08 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

14.6. Designar para função de confiança ou nomear para cargo em comissão, incluídos os de natureza especial, pessoa que tenha sido condenada em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão Jurisdicional colegiado, nos seguintes casos:

I – atos de improbidade administrativa;

II – crimes:

- a) contra a administração pública;
- b) contra a incolumidade pública;
- c) contra a fé pública;
- d) hediondos;
- e) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;
- f) de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;
- g) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
- h) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

14.6.1. A vedação descrita no subitem 14.6. abrange aqueles que tenham:

I – praticado atos causadores da perda do cargo ou emprego público;

II – sido excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;

III – tido suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecurável do órgão competente.

### DA HIPÓTESE DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** Na hipótese de alteração das condições de habilitação jurídica da CONTRATADA, mediante fusão, cisão, Incorporação ou associação com outrem, o TRIBUNAL se reserva o direito de rescindir o Contrato ou continuar sua execução com empresa resultante da alteração social.

15.1. Em caso de cisão, o TRIBUNAL poderá rescindir o Contrato ou continuar sua execução pela empresa que, dentre as que surgidas da cisão, melhor atenda as condições iniciais de habilitação em relação ao prazo restante do Contrato.

15.1.1. Em qualquer dessas hipóteses, deverá ser formalmente comunicada a ocorrência ao TRIBUNAL, com a documentação comprobatória da alteração, devidamente registrada.

15.2. A não apresentação do comprovante em até 05 (cinco) dias úteis após o registro da alteração social ocorrida implicará na aplicação da sanção de advertência e, persistindo a situação, poderá ser rescindido o Contrato por culpa da CONTRATADA, com a aplicação da multa e das demais sanções previstas em lei nessa hipótese.

### DA RESCISÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:** O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, bem como:

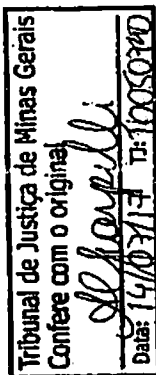
- a) Por ato unilateral e escrito do TRIBUNAL, independente de aviso, interpelação ou notificação judicial.
- b) Por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que seja conveniente para o TRIBUNAL.
- c) Por incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade revelados pela CONTRATADA durante a prestação dos serviços.

16.1. No caso de rescisão unilateral, o TRIBUNAL não indenizará a CONTRATADA, salvo pelo serviço já prestado até o momento da rescisão.

### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:** Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente Contrato, execução insatisfatória do serviço, mora de execução, omissão e outras falhas, o TRIBUNAL poderá aplicar à

112



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTRATADA, após regular processo administrativo, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas falhas técnicas corrigíveis;

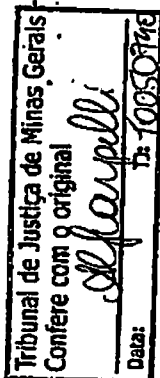
b) Multas, conforme abaixo:

b.1) até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor mensal do contrato, sobre ocorrência notificada, nos casos de a CONTRATADA:

ITEM	OCORRÊNCIA (INFRAÇÃO)
b.1.1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá, aplicada por profissional e por ocorrência.
b.1.2	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços, aplicada por dia e por ocorrência.
b.1.3	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar, aplicada por dia e por ocorrência.
b.1.4	Retirar das dependências do TRIBUNAL quaisquer equipamentos ou materiais previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável, aplicada por dia e por ocorrência.
b.1.5	Deixar de registrar e controlar diariamente a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, aplicada por empregado e por dia.
b.1.6	Deixar de substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições, aplicada por empregado e por dia.
b.1.7	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada, aplicada por item e por dia.
b.1.8	Deixar de cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pelo TRIBUNAL, aplicada por empregado e por dia.
b.1.9	Deixar de cumprir determinação do TRIBUNAL para controle de acesso de seus funcionários, aplicada por dia e por ocorrência.
b.1.10	Deixar de entregar o uniforme aos funcionários a cada 6 (seis) meses, aplicada por dia e por ocorrência.
b.1.11	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local diverso da prestação dos serviços, aplicada por empregado e por dia.
b.1.12	Deixar de entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida no contrato, aplicada por dia e por ocorrência.
b.1.13	Deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais e relatórios solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida no contrato, aplicada por dia e por ocorrência.
b.1.14	Deixar de viabilizar a emissão de cartão cidadão expedido pela CEF e o acesso, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil para todos os empregados, aplicada por dia e por empregado.

b.2) até 1% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato, sobre ocorrência notificada, nos casos de a CONTRATADA:

ITEM	OCORRÊNCIA (INFRAÇÃO)
b.2.1	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material, aplicada por dia e por ocorrência.
b.2.2	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes, aplicada por ocorrência.
b.2.3	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE, aplicada por dia e por ocorrência..
b.2.4	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO do TRIBUNAL, aplicada por dia e por ocorrência..



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

b.2.5	Deixar de efetuar a reposição de funcionários faltosos, aplicada por empregado e por ocorrência.
b.2.6	Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária, aplicada por documento e por dia.
b.2.7	Deixar de entregar, entregar com atraso ou entregar fora das especificações qualquer insumo, material e equipamento, aplicada por item e por dia.

b.3) até 5% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato, sobre ocorrência notificada, nos casos de a CONTRATADA:

ITEM	OCORRÊNCIA (INFRAÇÃO)
b.3.1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por dia e por ocorrência.
b.3.2	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato, por dia e por ocorrência.
b.3.3	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado, por dia e por ocorrência.
b.3.4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por pessoa e por ocorrência.
b.3.5	Deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-lanche, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas, por dia e por empregado.
b.3.6	Deixar de fornecer a seus empregados todos os equipamentos de proteção individual – EPI's e equipamentos de proteção coletiva – EPC's necessários à prestação de serviço a ser desempenhado, por equipamento e por empregado.

b.4) até 10% (dez) por cento sobre o valor do Contrato, em caso de recusa da CONTRATADA em efetuar o reforço da garantia, retardar a execução do Contrato, não cumprir ou cumprir parcialmente as obrigações decorrentes de Contrato celebrado ou incidir na prática dos itens I a XII do art. 78 da Lei 8.666/93, com possível rescisão contratual.

b.5) até 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em casos de fornecimento ou serviço não realizado, com atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas, com a possível rescisão contratual;

b.6) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo acarretar a rescisão unilateral da avença e demais cominações legais decorrentes da inexecução do ajuste.

c) Impedimento de contratar e licitar com a Administração Pública Estadual e descredenciamento no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de MG, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, nos seguintes casos:

- c.1) apresentação de documentação falsa;
- c.2) retardamento da execução do objeto;
- c.3) falha na execução do contrato;
- c.4) fraude na execução do contrato;
- c.5) comportamento inidôneo;
- c.6) declaração falsa; e
- c.7) fraude fiscal.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

d) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a 02 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001 e demais disposições correlatas;

17.1. O retardamento da execução do objeto contratado estará configurado quando a CONTRATADA:

- deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do Contrato após 7 (sete) dias contados da data constante na ordem de início de execução dos serviços;
- deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

17.2. A falha na execução do Contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas nas tabelas dos subitens b.1 -- b.2 e b.3 desta cláusula, respeitada a graduação de infrações, conforme tabela abaixo e alcançado o total de 20 (vinte) pontos cumulativamente:

Itens	Grau de infração	Pontos
b.1.1 a b.1.14	1	1
b.2.1 a b.2.7	2	3
b.3.1 a b.3.6	3	5

17.3. O comportamento de modo inidôneo estará configurado quando a CONTRATADA executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

17.4. Todas as ocorrências serão registradas em arquivos do TRIBUNAL e serão notificadas à CONTRATADA, por meio de ofício ou e-mail, com vistas as soluções das falhas apontadas, momento em que serão concedidos 03 (três) dias correção ou para a apresentação das devidas justificativas.

17.4.1. Cada falha apontada será considerada uma ocorrência por dia.

17.4.2. As falhas não corrigidas e nem justificadas dentro do prazo estipulado pela FISCALIZAÇÃO do TRIBUNAL ensejará a aplicação das multas, mediante a abertura do devido processo administrativo, garantido a ampla defesa e o contraditório, observada a graduação estabelecida no subitem 17.2.

17.5. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente entre si e com as demais sanções previstas neste contrato, observado o devido processo legal.

17.5.1. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido pela CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração e, caso não seja suficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da comunicação oficial.

17.5.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

17.5.3. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa e os valores do pagamento forem insuficientes para sua complementação, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dias) dias úteis, contado da solicitação do TRIBUNAL, a partir do qual se observará o disposto na cláusula de garantia prevista em Contrato.

17.6. As multas aplicadas em razão de falha na execução do Contrato, previstas no subitem 17.2 desta cláusula, não excederão a 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, sob pena de possível rescisão do mesmo.

17.7. *Ad cautelam*, o TRIBUNAL poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular processo administrativo.

17.8. Os instrumentos de defesa prévia e de recursos eventualmente interpostos pela CONTRATADA deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Os referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais ou em versões



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

autenticadas por servidores da Administração, mediante prévio recolhimento das despesas, em casos de requisição de cópia, sob pena de, a critério do TRIBUNAL, não serem analisados.

### DA PUBLICAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:** A eficácia deste Contrato decorrerá da publicação de seu extrato no órgão de comunicação oficial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ("Diário Judiciário Eletrônico").

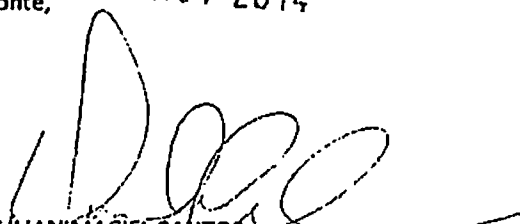
### DO FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA:** As partes elegem o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para um mesmo efeito.

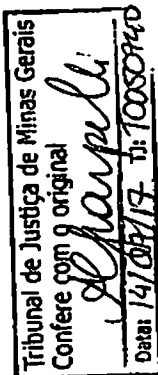
Belo Horizonte, 21 NOV 2014

PELO TRIBUNAL:

  
LILIAN MACIEL SANTOS  
Juíza Auxiliar da Presidência

PELA CONTRATADA:

  
RAFAEL BEDA GUALDA  
Procurador



**Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**

ANEXO I - GT. 407/2014		
QUANTITATIVO DE PROFISSIONAIS		
LOTE UNICO		
QTDE	CARGO	CARGA HORÁRIA
2	Arquivista	220h
18	Articulador de Rode	150h
64	Ascensorista	150h
331	Assistente Administrativo	200h
27	Assistente de Direção Superior	200h
1	Assistente de Direção Superior - Estatístico	200h
10	Assistente Especializado em Suporte à Gestão de Contratos	200h
43	Assistente Executivo	200h
159	Auxiliar de Arquivo	220h
5	Auxiliar de Biblioteca	200h
5	Auxiliar de Conservação de Museu	220h
19	Auxiliar em Saúde Bucal	150h
6	Auxiliar de Enfermagem	150h
21	Digitador	150h
3	Encarregado de Serviços	220h
222	Mensageiro	200h
37	Receptionista	200h
159	Secretário(a)	200h
10	Supervisor Administrativo 220h	220h
22	Supervisor Administrativo 200h	200h
18	Técnico de Suporte	200h
67	Telefonista	150h
<b>TOTAL DE PROFISSIONAIS</b>		<b>1249</b>

Tribunal de Justiça de Minas Gerais  
 Confere com original  
*[Assinatura]*  
 Data: 14/07/17





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br  
Andar: 6º

## **TERMO ADITIVO Nº 46º - CT. 407/2014**

### **GECONT/CONTRAT**

#### **46º TERMO ADITIVO**

ao contrato nº. 407/2014 (9049902), firmado entre o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** e a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.**

Pelo presente instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, CNPJ nº. 21.154.554/0001-13, neste ato representado pela Juíza Auxiliar da Presidência, **ROSIMERE DAS GRAÇAS DO COUTO**, conforme delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria TJMG nº. 4.158/PR/2018, de 02 de julho de 2018, e a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.**, CNPJ nº. 78.533.312/0001-58, representada por seu Procurador, Sr. **RAFAEL BEDA GUALDA**, CPF nº. 932.194.409-59, acordam em alterar as Cláusulas Sexta, Oitava, Décima e Décima Primeira, bem como os Anexos IV e V do Contrato firmado em 21.11.2014, que tem como objeto a prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, a serem executados nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, permanecendo inalteradas as demais disposições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O prazo de vigência, previsto na Cláusula Décima Primeira do Contrato, fica prorrogado para o período de **21.11.2018 a 20.11.2019**.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Alteram-se, a partir de 13.09.2018, a Cláusula Sexta, bem como o Anexo IV (Planilha Estimativa de Custos e Composição de Preços da Contratação) do Contrato, para refletir a substituição da CCT SINDEAC pelo Acordo Coletivo SINDEES, registrado no Ministério do Trabalho sob o nº. MG003348/2018, para as ocupações de Auxiliar de Enfermagem e Auxiliar de Saúde Bucal.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Alteram-se, a partir de 21.11.2018, a Cláusula Sexta, bem como os Anexos IV (Planilha Estimativa de Custos e Composição de Preços da Contratação) e V (Planilha Estimativa de Uniformes EPI'S e EPC's) do Contrato, para refletir a aplicação de reajuste aos valores de Uniformes/LDI, decorrente da variação do IPCA-IBGE, relativo ao período compreendido entre outubro/2017 a setembro/2018, no percentual de 4,52556%.

**CLÁUSULA QUARTA:** Alteram-se as Cláusulas Oitava e Décima do Contrato, que passam a vigorar conforme as disposições abaixo:

115

**4.1.** Altera-se a Cláusula Oitava do Contrato, para incluir o subitem 8.23, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"CLÁUSULA OITAVA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

**8.1. a 8.22. (...)**

*8.23. Nenhum pagamento será efetuado estando pendente de liquidação qualquer obrigação da CONTRATADA, exceto a descrita no subitem 5.2.37 do Contrato, sem que isso implique alteração do preço proposto, correção monetária, compensação financeira ou interrupção na prestação dos serviços.*

**4.2.** Altera-se a alínea e.1 para f da Cláusula Décima do Contrato, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO**

**a a e (...)**

*f) Ocorrendo a prorrogação do Contrato, os valores poderão ser reajustados somente após 12 (doze) meses, contados a partir da vigência do Termo Aditivo referente a tal prorrogação.*

**10.1. a 10.3. (...)."**

**CLÁUSULA QUINTA:** As despesas com a execução deste Termo Aditivo estão estimadas em **R\$ 74.918.119,74** (setenta e quatro milhões, novecentos e dezoito mil, cento e dezenove reais e setenta e quatro centavos), distribuídas da seguinte forma:

**a) Redução de R\$ 3.404,22** (três mil, quatrocentos e quatro reais e vinte e dois centavos), referentes à inclusão do Acordo Coletivo SINDEES em substituição à CCT SINDEAC, para o período de **13.09.2018 a 20.11.2018**.

**b) R\$ 74.921.523,96** (setenta e quatro milhões, novecentos e vinte e um mil, quinhentos e vinte e três reais e noventa e seis centavos), referentes à prorrogação do prazo de vigência, já incluído o reajustamento de Uniformes/LDI, para o período de **21.11.2018 a 20.11.2019**.

**5.1.** As despesas acima correrão à conta da Dotação Orçamentária nº. **4031.02.061.706.2050.3.3.90.37.02** ou de outra que vier a ser consignada para este fim.

**5.2.** Os valores acima estão representados nas **planilhas anexas** ao presente Termo, partes integrantes e inseparáveis deste instrumento.

E, por estarem de acordo, assinam os partícipes o presente instrumento eletronicamente, no Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Belo Horizonte,

**PELO TRIBUNAL:**

**ROSIMERE DAS GRAÇAS DO COUTO**  
Juíza Auxiliar da Presidência

**PELA CONTRATADA:**

**RAFAEL BEDA GUALDA**  
Procurador

*GESTOR: GESEG - CC*



Documento assinado eletronicamente por **Rosimere das Graças do Couto, Juiz Auxiliar da Presidência**, em 23/10/2018, às 11:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL BEDA GUALDA, Usuário Externo**, em 23/10/2018, às 13:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **1284778** e o código CRC **6846C71D**.

*A*

*116*



**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO (NÃO EMPREGA MENOR)**  
(Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal)

Processo Licitatório nº 13/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A PLANSUL - Planejamento e Consultoria Eireli., inscrita no CNPJ sob o nº 78.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. Rafael Beda Gualda, portador do Documento de Identidade nº 2678326-6, expedido pela SSP/SC e do CPF nº 932.194.409-59, DECLARA, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

(X) Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Florianópolis, 23 de março de 2019.

  
Rafael Beda Gualda  
Superintendente

117



## ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO (REGULARIDADE)

Processo Licitatório nº 13/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A PLANSUL - Planejamento e Consultoria Eireli., inscrita no CNPJ sob o nº 78.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. Rafael Beda Gualda, portador do Documento de Identidade nº 2678326-6, expedido pela SSP/SC e do CPF nº 932.194.409-59, DECLARA, sob as penas da lei, que não está sob controle de grupo de pessoas, físicas ou jurídicas, já participante desta licitação como controlador de outra empresa.

DECLARA ainda, em cumprimento ao disposto na Resolução 37/09 do Conselho Nacional do Ministério Público, alterada pela Resolução nº 172/17, que não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, inclusive no período compreendido entre os 6 (seis) meses anteriores à publicação deste Edital até a presente data.

Florianópolis, 26 de março de 2019.



Rafael Beda Gualda  
Superintendente

RG: 2678326-6, expedido pela SSP/SC  
CPF: 932.194.409-59

118





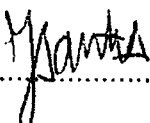
## ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO (COMPARECIMENTO)

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

Certifico que o Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro, representante da empresa **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, compareceu a ED. JOSE CAMPOS FILHO, no dia 30/01/2019, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 62/2018.

BH. \_\_\_\_\_, 30 de JANEIRO de 19

  
\_\_\_\_\_  
Nome legível, assinatura e matrícula do servidor

membro que recebeu o licitante



119



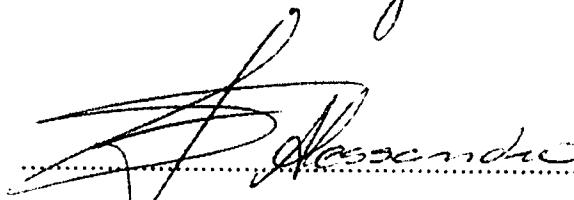
## ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO (VISTORIA TÉCNICA)

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa, **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 78.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro), portador do documento de identidade nº MG-8.806.085 e do CPF nº 026.420.806-41 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 30/01/2019, vistoria técnica no(a) Ed. José Camargo Filho (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Av. Alexandre Cabral, 1740 - São Domingos (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Pelo Ata, 30 de Janeiro de 2019



Assinatura do representante legal



120



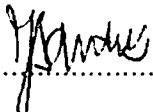
## ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO (COMPARECIMENTO)

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

Certifico que o Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro, representante da empresa **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, compareceu a CD. CASTELLAR GUIMARÃES, no dia 30/01/2019, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 62/2018.

B.H. .... 30 de JANEIRO de 19

  
..... Elcio José dos Santos  
Assista do Ministério .....  
Nº 2358 .....

Nome legível, assinatura e matrícula do servidor

membro que recebeu o licitante





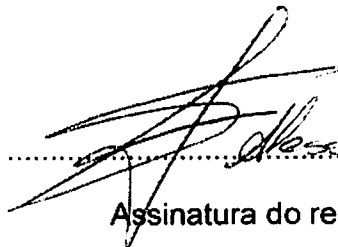
## ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO (VISTORIA TÉCNICA)

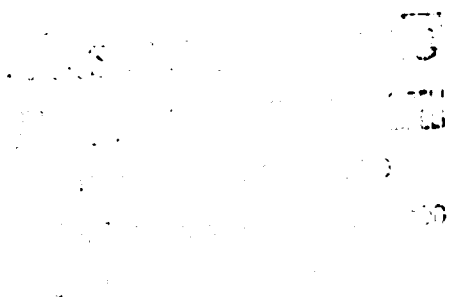
Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa, **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 78.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro), portador do documento de identidade nº MG-8.806.085 e do CPF nº 026.420.806-41 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 30/01/2019, vistoria técnica no(a) Ed. Castellon Guimarães - Sude (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Av. Manoel Cabral, 1690 - Santos Agostinho (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Pelo ..... 30 de Janeiro de 2019.

 .....  
Assinatura do representante legal



7

122





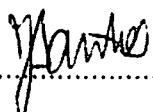
## ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO (COMPARECIMENTO)

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.


Certifico que o Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro, representante da empresa **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, compareceu a ED. CARLOS FERREIRA BRANDAO, no dia 30/01/2019, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 62/2018.

B.H. ..... 30 de JAANEIRO de 19 .....

 .....  
Elio José dos Santos  
Assessor de Planejamento  
PLANSUL

Nome legível, assinatura e matrícula do servidor

membro que recebeu o licitante

   
PLANSUL  
EIRELI  
CNPJ  
12.123.456/0001-90



123




## ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO (VISTORIA TÉCNICA)

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa, **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 78.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro), portador do documento de identidade nº MG-8.806.085 e do CPF nº 026.420.806-41 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 30/01/2019, vistoria técnica no(a) Ed. Carlos Ferreira Brandão (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Rua Dias Adorno, 367 - Santo Agostinho (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Rdo Sta....., 30 de Jan de 2019

  
.....  
Assinatura do representante legal

9A



## ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO (COMPARECIMENTO)

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

Certifico que o Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro, representante da empresa **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, compareceu a PROCON - M C, no dia 30/01/2019, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 62/2018.

30 de Janeiro de 2019

Jose Oneyra - 1492

Nome legível, assinatura e matrícula do servidor

membro que recebeu o licitante

9

PROCON - M C  
MUNICÍPIO DE...

125



## ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO (VISTORIA TÉCNICA)

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa, **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 78.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro), portador do documento de identidade nº MG-8.806.085 e do CPF nº 026.420.806-41 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 30/01/2019, vistoria técnica no(a) PROCOV - MG (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Rua da Constituição, 1202 - Bairro Ponte (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Belo Horizonte, 30 de Janeiro de 2019

Alexandro Guedes Monteiro - 1492  
Assinatura do representante legal  
Alexandro

170.533.312/0001-58

PLANSUL - EIRELI

Rua da Constituição

Bairro Ponte

126





## ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO (COMPARECIMENTO)

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

Certifico que o Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro, representante da empresa **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, compareceu a DIRETORIA DE APOIO AS PROMOTORIAS DE JUSTICA no dia 30/10/2019, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 62/2018.

B.H. \_\_\_\_\_, 30 de JANEIRO de 19\_\_

Assinatura do Sr. José dos Santos  
Assinatura do Sr. José dos Santos  
Assinatura do Sr. José dos Santos

*M. Monteiro*

Nome legível, assinatura e matrícula do servidor

membro que recebeu o licitante

*9*





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

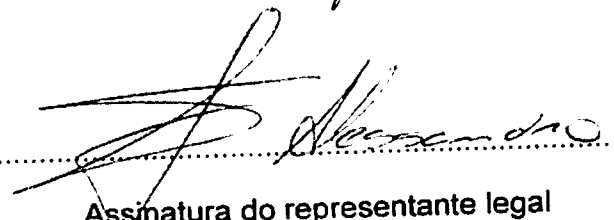
**ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO (VISTORIA TÉCNICA)**

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa Planosul Planejamento e Consultoria inscrita no CNPJ nº 18.933.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) Alexandro (nome do representante), portador do documento de identidade nº 116.8.091.058 e do CPF nº 026.420.886-1 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 30/01/2019, vistoria técnica no(a) Distrito Agrícola Sumaré, Fátima (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Av. Heitor Cabral, 1690, 3º andar (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Belo Horizonte, 30 de fevereiro de 2019

  
Assinatura do representante legal



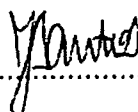
## ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO (COMPARECIMENTO)

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

Certifico que o Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro, representante da empresa **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, compareceu a DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E AVALIAÇÃO no dia 30/01/2019, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 62/2018.

B.H. .... 30 de JANEIRO de 19 .....

  
.....  
Nome legível, assinatura e matrícula do servidor

membro que recebeu o licitante



129





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

**ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO (VISTORIA TÉCNICA)**

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa Planosul Planejamento e Consultoria inscrita no CNPJ nº 18.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) André (nome do representante), portador do documento de identidade nº 16.808.033 e do CPF nº 026.420.803-51 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 30/01/2019, vistoria técnica no(a) Dir. de Imp. Financeira (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Av. Henrique Cabral, 1340 - Pampulha (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Roberto, 30 de Janeiro de 2019

André  
Assinatura do representante legal

7





## ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO (COMPARECIMENTO)

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

Certifico que o Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro, representante da empresa **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, compareceu a Rua Ouro Preto, 703-18º Pj, no dia 30/01/2019, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 62/2018.

Belo Horizonte, 30 de Janeiro de 2019

Muriberto

Nome legível, assinatura e matrícula do servidor

membro que recebeu o licitante

*Margareta Maria Ribetto*  
M.M.R. 1557-00

PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI  
Rua Ouro Preto, 703-18º Pj  
Belo Horizonte, Minas Gerais  
CNPJ nº 16.088.888/0001-00



## ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO (VISTORIA TÉCNICA)

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa, **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 78.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro), portador do documento de identidade nº MG-8.806.085 e do CPF nº 026.420.806-41 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 30/01/2019, vistoria técnica no(a) 18ª Rf - Refaria dos Direitos Humanos (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Rua Ousado Paulo, 703 - Bairro Paulo (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

BH nº 30, de Janeiro de 2019

M. Ribeiro

**Margarida Maria Ribetto**  
NAMP 1552-00

Assinatura do representante legal

Alessandro

9

132




## ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO (COMPARECIMENTO)

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

Certifico que o Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro, representante da empresa **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, compareceu a Sede das Promotorias de Justiça de Betim/MG, no dia 31/01/2019, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 62/2018.

.....Betim....., 31 de .....janeiro..... de 2019

  
..... Gabriel Augusto A. Grossi  
..... Promotor Público  
..... 6217

Nome legível, assinatura e matrícula do servidor

membro que recebeu o licitante

78.824.747/11-0001

PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI

Rua J. ...

Betim/2019

.....

7



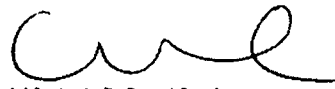
## ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO (VISTORIA TÉCNICA)

Processo Licitatório nº 62/2018

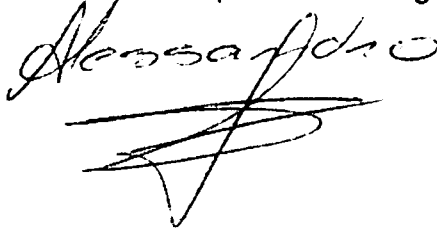
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa, **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 78.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro), portador do documento de identidade nº MG-8.806.085 e do CPF nº 026.420.806-41 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 31 / 01 / 2019, vistoria técnica no(a) sede das Promotorias de Justiça de Betim/MG (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Inspetor Jaime Caldeira, 870, Brasileira, Betim/MG (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

.....Betim..... 31 de .....janeiro..... de 2019

  
Gabriel Andrade S. Grossi Ribeiro  
Oficial do Ministério Público  
DEMP 6217

Assinatura do representante legal





PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI  
CNPJ nº 78.533.312/0001-58  
RUA S. ...  
BETIM/MG





## ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO (VISTORIA TÉCNICA)

Processo Licitatório nº 62/2018

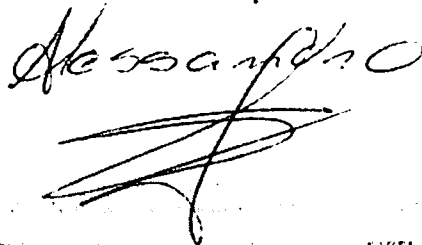
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa, **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 78.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro), portador do documento de identidade nº MG-8.806.085 e do CPF nº 026.420.806-41 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 30/01/2019, vistoria técnica no(a) Sede das Promotorias de Justiça de Igarapé (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Rua Altidônio Amarel 787, B. Cidade Jardim, Igarapé (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Igarapé....., 30 de januário..... de 2019

Alexandro Guedes Monteiro.....11.11.11.11.11.11

Assinatura do representante legal







## ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO (COMPARECIMENTO)

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

Certifico que o Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro, representante da empresa **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, compareceu a Sede das Promotorias de Justiça de Igarapé, no dia 30/01/2019, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 62/2018.

Igarapé, ..... 30 de ..... janeiro ..... de 2019

Alexandre Nunes Martins, Alexandre Nunes Martins, NAMP 6333

Nome legível, assinatura e matrícula do servidor

membro que recebeu o licitante

178.588.311-1-58  
RUA ...  
Bairro Ag ...  
...

7

136



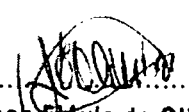
## ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO (COMPARECIMENTO)

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

Certifico que o Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro, representante da empresa **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, compareceu a Preterito de justiça da Comarca de Itaquara, no dia 31/01/2019, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 62/2018.

Itaquara, 31 de  janeiro de 2019

  
.....  
**Anderson Flávio de Oliveira**  
Nome legível, assinatura e matrícula do servidor  
**MAMP:1819**  
membro que recebeu o licitante

7

137



## ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO (VISTORIA TÉCNICA)

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa, **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 78.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro), portador do documento de identidade nº MG-8.806.085 e do CPF nº 026.420.806-41 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 31/05/2019, vistoria técnica no(a) Secretaria de Justiça da Comarca de Itaquara (nome do setor), situado na Rua, Av., Praça, etc.) Rua Raimundo de Almeida Sara nº 199 - Centro (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Itaquara, 31 de maio de 2019

.....  
Andersen Elias de Oliveira  
Oficial do Ministério Público  
Assinatura representante legal

18.806.085-0001-58  
PLANSUL - EIRELI  
Rua Raimundo de Almeida Sara nº 199 - Centro  
Itaquara - MG  
CNPJ nº 78.533.312/0001-58







MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Declaração (comparecimento)**

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

Certifico que o Sr. Alessandro Guedes Monteiro, representante da empresa **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, compareceu as Promotorias de Justiça da Comarca de Mateus Leme, no dia 1º/02/2019, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 62/2018.

Mateus Leme, 1º de fevereiro de 2019

  
Denise de Sousa Moraes Silva

Oficial do Ministério Público – MAMP 3369

DECLARAÇÃO DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA  
COMARCA DE MATEUS LEME  
MAMP 3369

R

139




## ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO (VISTORIA TÉCNICA)

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa, **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 78.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro), portador do documento de identidade nº MG-8.806.085 e do CPF nº 026.420.806-41 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 01/02/2019, vistoria técnica no(a) Junta Camara de Navea Leme (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Praça Benedito Valadarez, 267/304 - Centro (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Navea Leme, 01 de Fevereiro de 2019

  
.....  
Assinatura do representante legal



78.533.312/0001-58  
PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
Rua Leopoldo de Almeida  
Bairro: Centro - Navea Leme  
Fone: (11) 3333-3333



## ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO (VISTORIA TÉCNICA)

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa, **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 78.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro), portador do documento de identidade nº MG-8.806.085 e do CPF nº 026.420.806-41 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 31/01/2019, vistoria técnica no(a) Promotoria de Justiça Criminal de Urua (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Praça Camero, 190 - Camero (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Camero, Urua, 31 de Janeiro de 2019

Rafael Cristina Almeida MMP 5423-00

Assinatura do representante legal

Alessandro

9

78.533.312/0001-58  
PLANSUL  
EIRELI  
CNPJ nº 78.533.312/0001-58  
Insc. Est. nº 12.123.456-7  
Insc. Mun. nº 12.123.456-7

141



## ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO (COMPARECIMENTO)

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

Certifico que o Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro, representante da empresa **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, compareceu a Comissão de Julgamento de Propostas de Mudas no dia 31/11/2019, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 62/2018.

*Carmezinda Lima, 31 de Janeiro de 2019*

*Isabel Cristina Pimenta MAMP 5423-a*

Nome legível, assinatura e matrícula do servidor

membro que recebeu o licitante

*7*

*142*





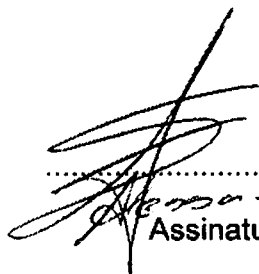
## ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO (VISTORIA TÉCNICA)

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa, **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 78.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro), portador do documento de identidade nº MG-8.806.085 e do CPF nº 026.420.806-41 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 01 / 02 / 2019, vistoria técnica no(a) Promitória de Justiça da Comarca de Ituíra/MG (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Rua Getúlio Gonçalves, 310 - Centro - Ituíra/MG - 35680-043 (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Ituíra, 01 de fevereiro de 2019

  
Assinatura do representante legal

*Handwritten mark*

143



## ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO (COMPARECIMENTO)

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

Certifico que o Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro, representante da empresa **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, compareceu a Perícia de Justiça da Comarca de Ituiuna/MS, no dia 01/02/2019, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 62/2018.

Ituiuna, Ituiuna, 01 de fevereiro de 2019



.....  
Assinatura do Servidor

Nome legível, assinatura e matrícula do servidor

membro que recebeu o licitante



.....  
Assinatura do  
.....  
.....  
.....  
.....

144



Contragem

## ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO (COMPARECIMENTO)

Processo Licitatório nº 62/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

Certifico que o Sr.(a) Alessandro Guedes Monteiro, representante da empresa **PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI**, compareceu a Contragem, no dia 30/01/2019, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 62/2018.

Contragem 30 de Janeiro de 2019

Wagner da Costa Correia  
Assessor I  
Assessor II

Nome legível, assinatura e matrícula do servidor

membro que recebeu o licitante

2

PLANSUL  
PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI  
Rua J.  
S/Nº  
Fone: (11) 3000-0000

145

